



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
CURSO DE Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento



ARMANDO WILSON TAFNER JUNIOR

**COOPERATIVISMO COMO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: A Contribuição da
Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu para a Sustentabilidade na Amazônia**

Belém
2010

ARMANDO WILSON TAFNER JUNIOR

**COOPERATIVISMO COMO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: A Contribuição da
Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu para a Sustentabilidade na Amazônia**

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico
Úmido do Núcleo de Altos Estudos
Amazônicos da Universidade Federal do Pará
para a obtenção do título de Mestre em
Planejamento do Desenvolvimento
Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva

Belém
2010

ARMANDO WILSON TAFNER JUNIOR

**COOPERATIVISMO COMO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: A Contribuição da
Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu para a Sustentabilidade na Amazônia**

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico
Úmido do Núcleo de Altos Estudos
Amazônicos da Universidade Federal do Pará
para a obtenção do título de Mestre em
Planejamento do Desenvolvimento
Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva
Orientador – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luís Eduardo Aragón Vaca
Examinadora Interno – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra
Examinador Externo – NEAF/UF

*Aos meus pais, Armando e Marta, pelo esforço
imensurável que fizeram para que eu chegasse
até aqui.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me consagrar com um grande poder de superação para que eu pudesse terminar esse trabalho.

A minha família, meus pais Armando e Marta e as minhas irmãs Joyce e Karina, por sempre terem me apoiado e nunca terem me faltado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva, por ser o meu mentor intelectual, pelos conhecimentos a mim concedidos e pelo comprometimento na execução do trabalho e por acreditar em mim.

Aos membros da República dos Pingüins de Maringá-PR, que sempre me compreenderam e deram força para que eu chegasse até aqui.

Aos Srs. Francisco Sakaguchi (Presidente da CAMTA) e, Ivan Saiki (Diretor Gerente da CAMTA) e ao Sr. Hajime Yamada por ter me recebido de braços abertos em sua casa.

Agradeço também especialmente aos colegas Bruno, Rafael e Rogério, todos da República da Pedreira por me fazerem compartilhar da idéia de comprar uma piscina para a República ao invés de uma geladeira.

Agradeço a todos os funcionários do NAEA que muito me ajudaram para que eu chegasse a concluir esse trabalho, em especial, Tabila, Herbert, Marcelo e a Dona Graça.

Agradeço também a Carol e a Cris pela paciência que tiveram comigo durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

E por fim, agradeço especialmente a Girlane, pelo amor, carinho e paciência destinados a mim, por ter feito parte da sua vida a minha vida.

Quanto mais entendermos o passado, melhor estaremos preparados para o futuro.

Thomas Roosevelt

Observe a natureza e, aprenda com ela.

Noburo Sakaguchi

RESUMO

A imigração japonesa no Brasil teve início em 18 de junho de 1908, quando chegaram os primeiros imigrantes japoneses no Brasil no porto de Santos, 52 dias após saírem do porto de Kobe. Vinte e um anos depois, chegavam na Amazônia os primeiros imigrantes japoneses que vieram para esta região, com destino a Tomé-Açu, então distrito do município de Acará. Enfrentando diversas dificuldades, os imigrantes japoneses implementaram o cooperativismo como sistema de produção, com o objetivo de melhorar as suas condições de vida. O cooperativismo surgiu, durante a Revolução Industrial, por meio de uma movimentação de proletários que trabalhavam basicamente na indústria têxtil inglesa e que queriam ter melhorias em suas condições de trabalho e na renda. Os imigrantes japoneses também recorreram a esse recurso na Amazônia, e após a Segunda Guerra Mundial, fundaram a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA). Nesta dissertação, mostraremos os fatos históricos e econômicos mais importantes que caracterizaram os 80 anos da imigração japonesa na Amazônia, e como ocorreu o processo de colonização e de solidificação dos japoneses no nordeste paraense, uma das regiões menos desenvolvidas do estado, onde esses imigrantes japoneses conseguiram efetivar o Arranjo Produtivo Local (APL) mais bem sucedido da Amazônia, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico do município de Tomé-Açu, e inovando na sua forma de produção.

Palavras-chave: imigração japonesa; cooperativismo; desenvolvimento; CAMTA; APL; Amazônia.

ABSTRACT

The Japanese immigration to Brazil began on 18 June 1908, when they reached the first Japanese immigrants in Brazil at the port of Santos, 52 days after leaving the port of Kobe. Twenty-one years later, they arrived in the Amazon the first Japanese immigrants who came to this region, bound for Tome-Açu, then district of the city of Acará. Facing many difficulties, the Japanese immigrants have implemented the cooperative as system of production, in order to improve their living conditions. The cooperative movement, during the Industrial Revolution, through of a movement of workers who worked primarily in the British textile industry and that wanted improvements in their working conditions and income. Japanese immigrants also made use of this feature in the Amazon, after World War II, founded the Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA). In this dissertation, we exhibit the historical economics fact that major important marked the 80 years of Japanese immigration in the Amazon, and how did the colonization process and solidification of the Japanese in the northeast of Pará, one of the regions less developed of the state where they managed to Japanese immigrants effect the local arrangement productive (LAP), the more successful of the Amazon, contributing to the socio-economic development of the city of Tome-Acu, and innovating on its way to production.

Keywords: Japanese immigration; cooperative; development; CAMTA; LAP; Amazon.

LISTA DE QUADRO E TABELAS

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Princípios que contribuíram para a formação da cooperativa moderna (Plockboy e Bellers). | 21 |
| Tabela 1: Avanço da sociedade de Rochdale. | 32 |
| Tabela 2: Percentual de pobreza nas mesorregiões do Pará . | 47 |
| Tabela 3: Taxa de alfabetização nas mesorregiões do Pará | 48 |
| Tabela 4: Taxa de desmatamento nas mesorregiões do Pará | 48 |
| Tabela 5: Índice de Desenvolvimento Social – IDS – das mesorregiões do Pará | 49 |
| Tabela 6: Número de cooperados e de pés de pimenta-do-reino e produção na colônia de Tomé-Açu – PA, no período de 1947-1966 | 75 |
| Tabela 7: O número de cooperados e o valor da produção de pimenta-do-reino | 77 |
| Tabela 8: Produção da pimenta-do-reino e do cacau em Tomé-Açu – 1973-1982 | 80 |
| Tabela 9: Área plantada com cacau e pimenta-do-reino em 42 propriedades de Tomé-Açu em 1982 | 81 |
| Tabela 10: Demonstração de Resultado da CAMTA – Exercício 1995 | 83 |
| Tabela 11: Demonstração de Resultado da CAMTA – Exercício 1996 | 83 |
| Tabela 12: Demonstração de Resultado da CAMTA – Exercício 1997 | 84 |
| Tabela 13: Demonstração de Resultado da CAMTA – Exercício 1998 | 85 |
| Tabela 14: Demonstrativo de Vendas de Polpas de Frutas em 2007. | 86 |
| Tabela 15: Demonstrativo de Exportação de Polpas em 2007. | 87 |
| Tabela 16: Demonstrativos de Vendas de Produtos secos em 2007. | 87 |
| Tabela 17: Demonstrativo de Exportação de Produtos Secos em 2007. | 88 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Mapa 1: Localização de Rochdale na Grã-Bretanha. | 28 |
| Mapa 2: Índice de exclusão social do Pará | 46 |
| Figura 1: Hachiro Fukuhara. | 58 |
| Figura 2: Busto de Hachiro Fukuhara na sede da CAMTA. | 58 |
| Figura 3: Sanji Muto. | 59 |
| Figura 4: Busto de Sanji Muto na sede da Associação Cultural de Tomé-Açu. | 59 |
| Mapa 3: Localização do município de Tomé-Açu. | 60 |
| Figura 5: Barco Antonia I. | 63 |
| Figura 6: Makinossuke Ussui. | 64 |
| Figura 7: Barco Universal I | 70 |
| Figura 8: Hospital da CAMTA – Água Branca | 89 |
| Figura 9: 1ª equipe médica do Hospital Água Branca. | 90 |
| Figura 10: Escritório da Companhia de Erradicação da Malária em Tomé-Açu. | 90 |
| Figura 11: Escola Primária Dr. Dionísio Bentes de Carvalho. | 90 |
| Figura 12: Escola Primária Reunido de Ipitinga. | 90 |
| Figura 13: Grupo Escolar de Tomé-Açu. | 91 |
| Figura 14: Carreta especial transportando os alunos de casa para a escola. | 91 |
| Figura 15: Escola Reunida. | 91 |
| Figura 16: Escola Isolada Esperança. | 91 |
| Figura 17: Ginásio Estadual Antônio Brasil. | 92 |
| Figura 18: Fábrica de sucos da CAMTA ampliada. | 93 |
| Figura 19: Fábrica de sucos da CAMTA totalmente automatizada vista do escritório administrativo. | 94 |
| Figura 20: Lavagem da fruta Automatizada. | 95 |
| Figura 21: Máquina de esterilização do suco antes de ser embalado e congelado. | 95 |
| Figura 22: Laboratório de pesquisa da CAMTA. | 95 |
| Figura 23: Obras de ampliação da fábrica: construção de uma nova câmara fria. | 95 |
| Mapa 4: Cidades do Brasil onde há representação dos Produtos da CAMTA | 95 |
| Figura 24: Plantação em seu quinto ano. | 98 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS, HISTÓRICOS E METODOLÓGICOS DO COOPERATIVISMO..... | 18 |
| <i>1.1 A FORMAÇÃO DA DOCTRINA COOPERATIVISTA.....</i> | <i>19</i> |
| <i>1.2 ROCHDALE.....</i> | <i>26</i> |
| <i>1.3 A TEORIA NO MOVIMENTO COOPERATIVISTA.....</i> | <i>33</i> |
| <i>1.4 TIPOS DE COOPERATIVAS.....</i> | <i>35</i> |
| <i>1.5 O SISTEMA ECONÔMICO COOPERATIVO.....</i> | <i>36</i> |
| 2 FORMAÇÃO ECONÔMICA DO NORDESTE PARAENSE E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DOS IMIGRANTES JAPONESES EM TOMÉ-AÇU..... | 41 |
| <i>2.1 FORMAÇÃO ECONÔMICA DA MESORREGIÃO DO NORDESTE PARAENSE.....</i> | <i>43</i> |
| <i>2.2 O ATUAL QUADRO DA MESORREGIÃO DO NORDESTE PARAENSE.....</i> | <i>45</i> |
| 2.2.1 Fundamentos Conceituais de Arranjos Produtivos Locais..... | 50 |
| <i>2.3 OS MOTIVOS QUE ORIGINARAM A EMIGRAÇÃO JAPONESA.....</i> | <i>51</i> |
| <i>2.4 UMA BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE AS GUERRAS SINO-JAPONESA E RUSSO-JAPONESA.....</i> | <i>54</i> |
| <i>2.5 CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DO JAPÃO ANTES DA CHEGADA DOS IMIGRANTES JAPONESES À AMAZÔNIA.....</i> | <i>55</i> |
| <i>2.6 A CHEGADA DOS IMIGRANTES JAPONESES NA AMAZÔNIA.....</i> | <i>55</i> |
| <i>2.7 O COOPERATIVISMO COMO SAÍDA PARA SANAR OS PROBLEMAS E ALCANÇAR A ESTABILIDADE.....</i> | <i>61</i> |
| <i>2.8 A REORGANIZAÇÃO DOS COLONOS.....</i> | <i>65</i> |
| <i>2.9 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E AS CONSEQÜÊNCIAS PARA A COLÔNIA JAPONESA EM TOMÉ-AÇU.....</i> | <i>67</i> |
| 3 A PIPERICULTURA E A FUNDAÇÃO DA CAMTA..... | 72 |
| <i>3.1 A IMPORTÂNCIA DA PIMENTA-DO-REINO ATÉ A FORMAÇÃO DA CAMTA.....</i> | <i>72</i> |

| | |
|--|------------|
| 3.2 A FUNDAÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ-AÇU (CAMTA)..... | 73 |
| 3.3 PIMENTA-DO-REINO: DA ASCENSÃO À QUEDA..... | 74 |
| 3.3.1 A Ascensão da Pimenta-do-reino como Atração para a Imigração Pós-Guerra..... | 78 |
| 3.3.2 A Necessidade da Diversificação..... | 78 |
| 3.4 O PROCESSO DE INTRODUÇÃO DO CACAU APÓS A CRISE DA PIMENTA-DO-REINO..... | 79 |
| 3.5 A COOPERATIVA DE TELEFONIA E ELETRECIDADE..... | 82 |
| 3.6 O AVANÇO DA FRUTICULTURA..... | 86 |
| | |
| 4 AS CONTRIBUIÇÕES DA CAMTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE TOMÉ AÇU..... | 89 |
| 4.1 AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DA CAMTA PARA O DESENVOLVIMENTO..... | 89 |
| 4.2 A MODERNIZAÇÃO DA CAMTA..... | 93 |
| 4.3 O SISTEMA DE PLANTAÇÃO AGROFLORESTAL..... | 97 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 100 |
| REFERÊNCIAS..... | 103 |
| ANEXO..... | 111 |

INTRODUÇÃO

A História nos faz entender por meio de fatos, o “por quê” de tudo o que está ao nosso redor, fazendo com que nos identifiquemos nos dias de hoje. A História pode nos mostrar muito sobre um lugar, uma região, um grupo de pessoas e até mesmo sobre apenas uma pessoa. A História pode nos explicar ações, o porque dos atos que uma pessoa comete ou por qual motivo um lugar tem dessemelhanças de um outro. A História nos esclarece o porque que a cultura de incontáveis grupos de pessoas são diferentes entre si, assim como a educação e tantas formas diferentes de relações existentes. A formação de todos esses processos em diferentes lugares pode elucidar as nossas dúvidas e questões perante a diversidade e complexidade que se tem para se obter esse entendimento.

A História Científica nos mostra que é possível unir em um ponto em comum autores com idéias divergentes como Marx (dialética) e Von Ranke (formal), que encontraram na concepção materialista da história o foco para o desenvolvimento de suas obras. O materialismo histórico afirma que todas as passagens, transformações e mudanças de paradigmas que a História nos mostrou e nos mostrará, foram e serão condicionados pela Economia. Assim sendo, o acesso a bens materiais seria o quesito dominante para uma sociedade fazer sua escolha em situações adversas ou favoráveis. Portanto, as transformações históricas seriam para melhorar o bem-estar de uma pessoa, ou um grupo de pessoas, facilitando o acesso destas à bens essenciais, tais como: alimentos, moradia, roupas e instrumentos de produção. A concepção materialista da história nos mostra o alto grau de dependência entre História e Economia.

A História Econômica nos mostra as condições materiais que se oferecem ao homem, as causas físicas de tais condições e as conseqüências do desenvolvimento da sociedade através de uma forma individual e coletiva (MOZARÈ, 1952). O homem é o elemento chave da evolução, e a História Econômica não se restringiu apenas em mostrar as doutrinas econômicas ou somente análises históricas destas, mas sim em mostrar como os homens a usaram para melhorar a sua vida, fazendo a evolução humana acontecer (TEIXEIRA, 2004). Mostraremos nesta dissertação como ocorreu o desenvolvimento da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), situada no município de Tomé-Açu localizado no nordeste do Pará, e suas colaborações para o desenvolvimento sócio-econômico de seu entorno.

A História de Empresas é um dos objetos de investigação da História Econômica. Nos últimos anos percebemos um aumento no interesse, por parte das empresas de vários países do mundo, em demonstrar toda a sua trajetória, resgatando a sua história. Esse tipo de pesquisa faz parte de uma política de *marketing* das empresas, que tem o objetivo de mostrar aos seus clientes situações importantes que a empresa passou ao longo de sua existência demonstrando credibilidade a esse cliente. Alguns exemplos dessas situações são: a consolidação da marca, conquistas importantes, antigas metas atingidas e datas marcantes para a empresa em foco. Esses trabalhos encomendados pelas empresas são divulgados de várias maneiras como: livros, revistas, CD-Rom, e em malas diretas enviadas aos clientes preferenciais. A elaboração e encomenda desses trabalhos são feitas de formas legítimas, mas as informações levantadas nestes tipos de trabalho nem sempre seguem o espírito científico em sua forma. A História de Empresas tem um objetivo maior e mais complexo do que as pesquisas encomendadas pelo departamento de *marketing* de alguma empresa. A abordagem da História de Empresa tem como objetivo ir além do conceito destinado às empresas, que normalmente são definidos como um local de coordenação de fatores que reproduz o modo de produção capitalista, e supera o pensamento marxista de que a empresa é o centro do conflito entre capitalistas e operários. A História de Empresas nos mostra em sua investigação a dimensão simbólica de uma unidade que produz bens e serviços, e que, principalmente, produz significados sociais ao seu entorno e à seus operários, fazendo com que haja uma melhora nas condições de vida, beneficiando um contingente expressivo de pessoas (MARQUES, 1998).

Este estudo pretende verificar por meio da história da CAMTA, se uma empresa pode colaborar para o desenvolvimento sócio-econômico de uma região, alcançando-o com o mínimo impacto ambiental, tendo por finalidade mostrar que por meio da iniciativa privada pode-se alcançar o progresso e que o Arranjo Produtivo Local (APL) desenvolvido no município de Tomé-Açu pode servir de exemplo para que outras regiões da Amazônia obtenham o desenvolvimento com sustentabilidade, o que se faz cada vez mais necessário no mundo contemporâneo, pois esse ideário proporciona um dinamismo econômico sem que os recursos utilizados sejam esgotados, podendo assim, elevar as oportunidades sociais. Atualmente não há mais espaço para modelos insustentáveis que não levam em consideração a variável ambiental.

A CAMTA foi fundada por imigrantes japoneses que chegaram na Amazônia em 1929, e com a implementação do cooperativismo começaram a produzir e até hoje a

cooperativa continua produzindo, sendo esta cada vez intensificada e em harmonia com a natureza.

Para efeito de exposição, dividimos essa dissertação em quatro partes. Na primeira mostraremos como surgiu o cooperativismo e suas bases práticas e teóricas, nessa ordem, pois o cooperativismo surge primeiro na prática para depois ser estudado pelos teóricos. Cooperativismo é um modelo de associação de produtores ou operários afim de fortalecer a produção, diminuir os custos e aumentar as possibilidades de obtenção de lucros. O cooperativismo é uma associação que pertence aos cooperados, pois é uma associação de pessoas e não de capital. A propriedade da cooperativa independe das contribuições financeiras individuais, fazendo com que todos os cooperados tenham igual poder de decisão perante a assuntos referentes a cooperativa, como gestão cooperativa, venda e escoamento da produção e processo de produção. Essas decisões são tomadas em uma assembléia, em que todos os associados têm poder de voto. O lucro da cooperativa é repartido de acordo com a participação dos cooperados nas operações da cooperativa. Assim, o lucro não é extraído do trabalho dos assalariados como em uma empresa que exerce o modelo capitalista. O lucro dentro de uma cooperativa é originário do trabalho direto dos próprios associados (RIOS, 1987).

A segunda parte tratará dos motivos que fizeram com que os imigrantes japoneses viessem para a Amazônia, e do início do processo de colonização das terras do atual município de Tomé-Açu. Começaremos falando da passagem do regime do governo do Japão denominado xogunato para a Era Meiji. A divisão temporal é necessária quando há um grande esforço para elaborar sínteses de períodos da história em geral. Esse é o motivo principal para que pesquisadores recorram à divisão cronológica. Ainda assim, há que se medir essa divisão com extrema coerência, tendo-se sempre o cuidado de não ferir a inter-relação dos acontecimentos (HICKS, 1972). A partir dessa divisão temporal começaremos a relatar a saga dos japoneses na Amazônia de 1929 até depois da Segunda Guerra Mundial, passando pelo período de adaptação, pelo início da implementação do cooperativismo e pelas conseqüências da Segunda Guerra Mundial na colônia de Tomé-Açu.

Na terceira parte será relatado como ocorreu a fundação da CAMTA e toda a importância da pimenta-do-reino – pipericultura - na fundação desta cooperativa. Mostraremos nesta seção a fragilidade da monocultura e a necessidade da diversificação de produtos em um APL.

A quarta parte desta dissertação, é dedicada a relatar a situação sócio-econômica da mesorregião do nordeste paraense e como foi a sua formação. Também mostraremos porquê

a CAMTA conseguiu se desenvolver na região menos privilegiada do Pará, e as contribuições que esta cooperativa proporcionou à população, não só de imigrantes japoneses, mas também à toda população de Tomé-Açu. Falaremos da modernização e automação implementada na cooperativa e sobre o sistema agroflorestal desenvolvido pelos cooperados que está servindo de estudos para agrônomos de vários países do mundo.

Finalmente, faremos algumas considerações e sugestões que se fazem pertinentes para que o objetivo geral do trabalho seja completado e sugestões para que se faça o desenvolvimento na Amazônia por meio do cooperativismo em APLs, procurando contribuir para que o progresso possa ser alcançado futuramente na região, e assim tentar aproximar a universidade da sociedade (SILVA, 2002).

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho foi baseada nos seguintes exercícios: pesquisa bibliográfica referente ao tema do trabalho – cooperativismo, desenvolvimento regional, imigração e histórias de empresas –, coleta de dados, entrevistas e figuras.

A pesquisa realizada não foi apenas quantitativa, demonstrando somente os números da CAMTA. Esse estudo também irá se mostrar qualitativo, começando pela imigração, a qual não abordaremos apenas do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista social. Com a coleta de dados feita na pesquisa de campo os mesmos foram relacionados analiticamente com a pesquisa bibliográfica, e assim ocorreu a elaboração do trabalho. Utilizamos as entrevistas para dar maior veracidade aos fatos, sendo fundamental os depoimentos dos entrevistados para que não houvesse um vazio na dissertação. As figuras, sendo a maioria antigas, portanto em preto e branco, ilustram o conteúdo da dissertação.

Na Amazônia há poucos relatos da história da região. Sabemos que a Amazônia tem uma cultura própria, crenças, contos, mas em se tratando de História Científica há uma lacuna a ser preenchida. Atualmente a Amazônia é estudada em todos os lugares do mundo, até mesmo por quem nunca esteve na região, e para que consigamos estabelecer nossas convicções é preciso que tenhamos a nossa base consolidada e a história é o alicerce que faz com que as raízes da região sejam recuperadas e afloradas para obtermos uma identidade. A presente dissertação tem o intuito de colaborar com o preenchimento desta lacuna, demonstrando uma pequena parte da História da Amazônia.

Portanto, nos propomos neste trabalho a analisar a relação existente entre o cooperativismo e o desenvolvimento regional na Amazônia por meio do estudo do processo histórico de formação e solidificação da CAMTA e sua contribuição para Tomé-Açu, colaborando, assim, com novas pesquisas e estudos que poderão ajudar na formação de

outras cooperativas que possam contribuir para o crescimento sócio-econômico da região, fazendo com que a população da Amazônia tenha a colaboração direta da comunidade acadêmica.

1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS, HISTÓRICOS E METODOLÓGICOS DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo foi a base da solidificação dos imigrantes japoneses na Amazônia, e sendo assim, explicitaremos os alicerces teóricos históricos e metodológicos do mesmo, para, nos capítulos seguintes, confrontá-los com as características do modelo implantado pela CAMTA no Pará. O cooperativismo pode ser explicado como uma iniciativa dos homens para superarem as adversidades e obstáculos que impedem a melhoria das suas condições de vida. Assim, o homem fez e faz do cooperativismo um instrumento de luta pela sobrevivência ao longo do tempo. Neste capítulo, abordaremos aspectos teóricos históricos do cooperativismo, mostrando como esta doutrina se desenvolveu.

O cooperativismo, como modelo, pode ser visto como uma reação ao sistema capitalista. A produção por meio da exploração da força de trabalho ocasiona uma grande separação entre classes, e este resíduo derivado do modo de produção capitalista, não existe em uma empresa cooperativista. Cada cooperado tem poder de decisão igual ao de outro cooperado, independente da quantidade produzida por cada um deles. Assembleias são feitas para que decisões a respeito da cooperativa sejam tomadas. E estas serão efetuadas de acordo com a preferência da maioria dos cooperados (RIOS, 1987). Sendo assim, todos acabam por ter o mesmo poder, pertencendo a mesma classe e estando unidos a uma empresa democrática solidária.

As associações cooperativistas têm como principal finalidade melhorar as condições de vida de seus cooperados e não o lucro. O cooperativismo busca uma oportunidade no mercado de trabalho por meio da força da união de seus cooperados. A forma igualitária de cooperativismo é a maior atração para que os pequenos agricultores, consumidores e operários, se tornem associados de alguma cooperativa.

O cooperativismo é reconhecido por todos os governos como uma forma de resolver problemas sócio-econômicos (ALIANÇA..., 2009), e isto torna as empresas cooperativas um agente de desenvolvimento, podendo ter uma função importante na formulação e implementação de políticas públicas, principalmente no âmbito regional, visando melhorar as condições de vida, não só dos cooperados, mas como a de quem está no entorno da cooperativa.

1.1 A FORMAÇÃO DA DOCTRINA COOPERATIVISTA

A associação de pessoas existe desde a pré-história. Os homens, naquela época, trabalhavam conjuntamente em várias tarefas como a plantação e colheitas, a caça, a pesca e nas tarefas domésticas. Esse trabalho em conjunto evoluiu ao longo dos tempos, gerando diversas formas de associações, provando que o espírito cooperativista faz parte do ser humano, sendo uma constante ao longo dos tempos.

Na Babilônia, Grécia e Egito, há relatos de cooperação nas plantações de trigo e na produção de artesanato. Com o descobrimento das Américas no século XV, foram constatadas várias formas de associações nas civilizações pré-colombianas, astecas, maias e incas. O cooperativismo predominava nestas sociedades. Estas civilizações viviam em um regime de verdadeira ajuda mútua (MONEZI, 2005).

Entre a metade do século XV até meados do século XVII, vários autores escreveram sobre civilizações que no futuro formariam organizações nas quais todos se ajudariam, fazendo com que os problemas que afetavam a sociedade naquela época fossem superados de forma racional. Estes autores foram denominados como *utópicos*. Entre eles se destacam Thomas Morus (1478-1536) com a obra *A Utopia* e Francis Bacon (1561-1626) com a obra *A Nova Atlantis* (MLADENATZ, 2003).

Nos primeiros anos da revolução industrial - que perdurou por 90 anos, entre 1760-1850 - vários artesãos e trabalhadores rurais migraram para as grandes cidades, atraídos pelas fábricas em busca de melhores condições de vida. Essa migração fez com que houvesse excesso de mão-de-obra resultando na exploração do trabalhador de forma abusiva e desumana.

Diversas sociedades com características cooperativistas foram organizadas na Inglaterra e na França por idealistas que se basearam nas civilizações antigas e nas obras dos *utopistas*. Defendiam propostas baseadas nas idéias de ajuda mútua, igualdade, associativismo e auto-gestão, e com isto começaram a tentar modificar o comportamento da sociedade (MONEZI, 2005). Estes idealistas foram considerados os precursores do cooperativismo, dentre os quais se destacam P. C. Plockboy, John Bellers, Robert Owen, William King, Charles Fourier, Victor Considérant, Claude Henri Saint-Simon, Philippe Buchez, Louis Blanc e Pierre Joseph Proudhon (MLADENATZ, 2003; PINHO, 1977; HUGON, 1980).

P. C. Plockboy (+ 1695) era holandês radicado na Inglaterra. Tinha, como aspiração para a sociedade em que vivia, a implementação de um sistema em que não haveria exploração, e que todos os membros receberiam um crédito de acordo com sua contribuição.

Esse crédito seria em moeda e ou em artigos manufatureiros produzidos pelos próprios membros desta sociedade. Haveria um intercâmbio entre as pessoas da cidade e do campo, aumentando, assim, o conhecimento de todos. Plockboy publicou esse sistema em 1659, em um panfleto com o pseudônimo de Peter Cornelius von Zurickzee, que tinha um título muito longo, mas bastante direto: “ Ensaio sobre um método para tornar felizes os pobres desta nação e os dos outros povos, reunindo um certo número de homens competentes em uma pequena associação econômica ou pequena república na qual cada um conservará sua propriedade e poderá, sem recorrer à força, ser empregado no gênero de trabalho para o qual tem mais aptidão. O meio de livrar esta nação, assim como as demais, não somente dos preguiçosos e dos malvados, mas também das pessoas que buscaram e encontraram um meio de viver às custas do trabalho dos outros. Como anexo, publica-se um conjunto a esta associação ou pequena república”. Plockboy chegou a empregar seu pensamento em Nouvelle-Holland, mas o governo britânico a diluiu em 1664 (MLADENATZ, 2003).

John Bellers (1654-1725) publicou um panfleto em 1695 com o título: “Propostas para a criação de um associação de trabalho de todas as indústrias úteis e da agricultura”. Neste trabalho, Bellers demonstra muita semelhança ao trabalho de P. C. Plockboy. Mas John Bellers coloca em seu sistema um item que faz com que o seu método se diferencie do método que P.C. Plockboy propôs: a produção além das necessidades. O excedente produzido pelo que Bellers chamava de “colégio” seria empregado na infra-estrutura com objetivos de aumentá-la e atrair um maior número de associados, aumentando a comunidade, o grau de colaboração entre os comunitários e o bem-estar destes. Assim, o lucro chegaria aos associados em forma de benefícios e não em espécie, fazendo com que o trabalho fosse a riqueza fundamental do “colégio”. Karl Marx em *O Capital*, refere-se a Bellers como “um verdadeiro milagre na história da economia política” (MLADENATZ apud MARX, 2003 p.33) citando-o diversas vezes nesta obra. Para o cooperativismo moderno, Bellers e Plockboy que antecederam a revolução industrial, demonstraram um alto grau de percepção da sociedade em que viviam deixando em seus legados alguns princípios que norteiam esse sistema original, sintetizados no quadro 1.

Quadro 1 – Princípios que contribuíram para a formação da cooperativa moderna (Plockboy e Bellers).

1. A idéia – bem desenvolvida – de *self help* (auto-ajuda) que têm como foco as massas miseráveis da população, tendo em vista a realização de uma vida mais humana.
2. Realização desse *self help* por meio da associação de pequenas forças econômicas, formando assim *associações livres*.
3. Economias coletivas constituídas por essas associações. As funções econômicas dos membros, em ligação com a produção e o consumo, são obtidas em comum por meio de uma empresa econômica.
4. Estrutura democrática dessas associações. Participam da direção e da administração todos os associados, que elegem dirigentes efetivos.
5. Idéia da *supressão dos intermediários* que não são úteis à engrenagem da vida econômica, revertendo-se o lucro deles para o produtor útil.
6. Relações orgânicas entre a indústria e a agricultura, entre a produção e o consumo.
7. Passar das construções ideais utópicas aos *programas de realizações práticas*.

Fonte: Mladenatz (2003).

Com essas diretrizes, Bellers influenciado diretamente por Plockboy, contribuiu diretamente para a formação do modelo das cooperativas atuais (MLADENATZ, 2003).

Robert Owen (1771-1858) é tido como o pai do cooperativismo moderno. Ele era empresário na revolução industrial e muito o chocava a situação dos trabalhadores na época. Para Owen, o homem era o espelho do meio social em que vivia, sendo necessário transformar este meio social para ocasionar mudanças no ser humano. Essa transformação teria que ocorrer de forma pacífica, moderada e gradativa. A partir deste ideal, Owen propunha um modelo em que defendia uma convivência harmoniosa e sem competição. Em

sua empresa, reduziu drasticamente a carga horária de trabalho, aumentou os salários, proibiu o trabalho infantil e concedeu aos filhos de seus operários educação gratuita. Estava andando na contra-mão, perante as estratégias empresariais da época. A empresa cresceu rapidamente alcançando resultados expressivos. Fundou uma colônia em New-Lanarck, a qual foi considerada uma colônia modelo, em que não havia governantes nem governados, objetivando uma sociedade justa e solidária. Em 1829, foi para a América do Norte tentar colocar em prática seu modelo. Não obteve sucesso e Owen verificou que o cooperativismo não deveria ser imposto. O cooperativismo deveria surgir da espontaneidade e da ajuda recíproca dos sujeitos (PINHO, 1977).

William King (1780-1865) partia de um pensamento que com uma quantidade maior de capital em mãos, maior seria o poder de barganha em relação aos preços das mercadorias. Partia daqui a idéia da cooperativa de consumo. Em Brighton, cidade inglesa onde se estabeleceu, King conseguiu montar algo parecido com uma cooperativa de consumo em 1817. Durante os anos de 1828 e 1829, publicou uma revista mensal chamada *The co-operator*, que era toda escrita por ele. A idéia de King era a de que o excedente de capital formasse um fundo coletivo, sendo que este não era repartido entre os membros da associação, nem como juros ou benefícios. Esse fundo coletivo seria destinado a construção de escolas que ensinariam a organização cooperativista às crianças, que cresceriam com o seu pensamento dentro deste sistema. A escola seria baseada no tema cristão “amar o próximo como a si mesmo”. Não oferecendo nenhuma vantagem aos sócios, o sistema de King não foi duradouro, mas serviu de base para a primeira cooperativa, a de Rochdale, que veremos com mais detalhes na próxima seção (MLADENATZ, 2003).

Charles Fourier (1772-1837) é estimado na França da mesma forma que Robert Owen é na Inglaterra. Fourier é o pai do cooperativismo francês. Fourier foi um comerciante que perdeu toda sua fortuna e a solução que encontrou para obter uma melhor condição de vida foi propor a criação de vários grupos econômicos. Esses grupos econômicos teriam resultados somente se fossem compostos por membros de todas as classes sociais, divididos em falanges – por isso seus empreendimentos eram denominados de falanstério - e baseado na produção rural sem abolição da propriedade privada. As falanges consistiam em divisões compostas por operários (trabalho), capitalistas (capital) e intelectuais (talento), que trabalhariam em uma oficina onde seriam feitos todos os processos necessários para o funcionamento desta associação, desde o beneficiamento do produto até a sua escoação. Este grupo econômico teria que obedecer sete condições para que o empreendimento tivesse êxito:

1º que cada trabalhador seja associado, remunerado com dividendos e não assalariado; 2º que cada um, homem, mulher ou criança, seja remunerado de acordo com as três faculdades; trabalho, capital e talento; 3º que as sessões industriais variem aproximadamente oito vezes por dia, pois o entusiasmo não se pode manter por mais de uma hora e meia ou duas horas no exercício de uma função agrícola ou manufatureira; 4º que elas sejam exercidas em companhia de amigos espontaneamente reunidos, enredados e estimulados por rivalidades muito ativas; 5º que as oficinas e os cultivos apresentem aos operários os atrativos da elegância e da limpeza; 6º que a divisão do trabalho alcance o supremo grau a fim de designar cada sexo e idade para as funções que lhe convêm; 7º que nessa distribuição cada um, homem, mulher ou criança, goze plenamente do direito de intervir a qualquer momento no ramo de trabalho que lhe convier, desde que comprove probidade e aptidão (MLADENATZ, 2003, pg. 53-54).

O início do funcionamento deste grupo econômico, segundo Charles Fourier, seria a construção da oficina, sendo que esta construção teria que ser bancada com recurso externo e isso nunca ocorreu. Fourier nunca conseguiu colocar em prática o seu modelo, mas conseguiu obter vários discípulos que tentaram fazer acontecer suas idéias (PINHO, 1977). Várias experiências ocorreram, sendo que uma delas foi no Brasil em Santa Catarina. Dr. Bento Julio Mure, um médico francês, discípulo de Fourier, veio ao Brasil em novembro de 1840 com intuito de instalar um empreendimento aos moldes *fourieristas* em terras brasileiras, o qual chamava de *Union Industrielle*. Dr. Mure escreveu seus propósitos em uma carta e, intermediado por um ministro, a entregou diretamente a D. Pedro II – ainda adolescente. O governo o mandou em um navio da Marinha da Guerra à então Província de Santa Catarina para que lhe concedesse todo aparato necessário, inclusive transporte, para que o Dr. Mure pudesse navegar por rios e pelo litoral, com o fim de escolher um terreno para estabelecer o empreendimento idealizado pelo mesmo. O local escolhido pelo Dr. Mure foi a Península de Saí, em um terreno pertencente ao município de São Francisco do Sul. O contrato de consentimento à instalação da colônia ocorreu em dezembro de 1841. Foi destinado ao Dr. Mure 64 contos de réis dos 80 que este pedira em sua carta, para iniciar as atividades na colônia de Saí. Não era uma doação, assim que a colônia alcançasse a sustentabilidade esse dinheiro teria que ser devolvido aos cofres do governo. No início de 1842, chegaram os primeiros franceses ao falanstério do Saí. Em poucos meses, a colônia se desenvolveu rapidamente com estradas e pontes, plantações e oficinas, e instalações para os colonos. Mas começou a concorrência entre os colonos. Engenheiros, maquinistas e carpinteiros estavam

entre os colonos, e assim, cada um começou a fazer o que achasse que era melhor para si e sua família. Dr. Mure não se mostrava um hábil fundador, pois não conseguiu fazer com que a coletividade superasse a individualidade. Outro fator que colaborou com o fim da utopia do Dr. Mure foi o alto dispêndio para a conservação da infra-estrutura já estabelecida. Estas estavam se deteriorando rapidamente e dificultando a vida dos colonos. Houve uma debandada entre os colonos, incluindo o Dr. Mure em meados de 1844. Passaram pela colônia cerca de 500 colonos entre o período de 1841-1844, e no fim de 1844 apenas 38 deles estavam na colônia vivendo em condições precárias. O processo de imigração foi interrompido, decretando assim o fim do falanstério de Saí (NUNES LINS, 2009).

Victor Considérant (1808-1893) também foi discípulo de Charles Fourier, e considerado por muitos o mais brilhante deles. Publicou o livro *O Destino Local*, baseado no sistema idealizado por Fourier. Em 1854, Considérant tentou implementar o sistema de Fourier no Texas, chegando também a instalar oficinas e estabelecer uma base agrícola, mas assim como o Dr. Mure no Brasil também não conseguiu êxito em seu falanstério (PINHO, 1966).

Claude Henri Saint-Simon (1760-1825) fundava sua concepção em uma associação de indústrias, mas ele não pensava em uma associação somente de algumas indústrias. Saint-Simon concebia um modelo para toda a sociedade no qual não haveria governantes e sim capitães de indústrias. Estes trabalhariam organizando toda a produção industrial, alocando todos os homens para a produção, fazendo com que todos, sem exceção, trabalhassem e com que a indústria sempre estivesse em funcionamento, produzindo ao seu máximo. E assim, a produção voltaria aos operários. Seria uma produção sem limites, voltada ao consumo da população, assegurando a prosperidade em uma melhor organização social. Este sistema foi batizado de sansimonismo, ou socialismo industrialista (HUGON, 1980).

Philippe Buchez (1796-1865) era partidário das idéias de Saint-Simon. Visava também as cooperativas de produção industrial, tendo como governantes os próprios operários, sendo que dois destes, seriam eleitos para representá-los. A sua idéia, publicada em vários periódicos da época, propunha que os operários contribuiriam com o que tinham de instrumentos e com o seu pequeno capital economizado (não havia em sua proposta capital estatal e nem filantrópico), fazendo-os produzirem um excedente que compensava o investimento. O montante alcançado pela associação teria 80% como destino os operários, e os 20% restantes seriam acumulados como capital social. Ele criou duas instituições na França que funcionavam de acordo com sua idéia, uma marcenaria, em 1828, dissolvida

pouco tempo depois de sua fundação, e uma metalúrgica em 1832 que permaneceu um tempo considerável em funcionamento, terminando as atividades em 1873 (PINHO, 1977).

Louis Blanc (1811-1882) também seguiu os fundamentos e ideais de Saint-Simon. Diversificou-se de Philippe Buchez quanto a participação do Estado em uma associação. Louis Blanc era a favor da intervenção do Estado, mas esta intervenção teria que vir na forma de créditos e não de donativos para as associações. Condenava a livre concorrência e o Estado teria que ter a função de assegurar condições para qualquer pessoa ter a oportunidade de trabalhar, e por isso não poderia fazer donativos, pois precisaria de capital para intervir para que estes direitos fossem assegurados à população. Blanc teve suas tentativas de implementação de trabalhos associativos abafada pelo governo francês (PINHO, 1977).

Pierre Joseph Proudhon (1809-1865) tinha influências de Charles Fourier, diferenciando-se em relação à questão da propriedade privada. Para Proudhon, a propriedade privada teria que ser eliminada. Criticava a organização das relações econômicas e sociais que o sistema capitalista impunha em uma sociedade. Proudhon defendia a idéia de uma sociedade em que não haveria nenhuma autoridade que a controlasse. As transformações sociais ocorreriam por meio da cooperação, da ajuda mútua entre os trabalhadores. Chegou a ser eleito pela Assembléia Nacional francesa, mas nunca conseguiu colocar em prática suas idéias (HUGON, 1980).

Todas as teorias citadas e as tentativas de implementação prática destas teorias representaram os princípios do cooperativismo, que como dito anteriormente na abertura deste capítulo, nasceram em razão das circunstâncias econômicas pelas quais passavam a maioria da população na época, e estas foram agravadas com a chegada da revolução industrial.

Os precursores não atingiram o sucesso pleno em suas realizações, mas contribuíram, por meio de seus sistemas econômicos, para a formação do cooperativismo moderno. As características desses sistemas que podem ser aceitas ainda hoje, como inerentes ao cooperativismo são:

Inicialmente, a própria idéia de associação. A cooperativa realiza associação das forças econômicas na busca do fim comum. Logo, recorre ao espírito de solidariedade e não ao espírito de competição dos associados. Estabelece o princípio do *entendimento para toda a vida* e não o de *luta pela vida*; a cooperativa é uma ação de emancipação das classes trabalhadoras da nação (a expressão “classe trabalhadora” é aqui compreendida em sentido amplo). Parte da idéia de *organização dos interesses do trabalho*; essa organização do

trabalho, essa ação de emancipação das classes operárias faz-se pela própria iniciativa dos interessados. É uma ação de auto-assistência – bem distinta da ação filantrópica e da ação da autoridade pública para a defesa dos interesses dos fracos do ponto de vista econômico. O poder público só pode eventualmente coordenar e ajudar essa ação de *self help* (auto-ajuda); a cooperativa conclama o homem para que ele se associe com seus semelhantes. Aqui, o capital é apenas o meio de realização dos fins da instituição. A cooperativa não busca o ganho, mas oferece serviços aos associados. Encontramos essa idéia de *eliminação do lucro industrial ou comercial* em vários desses pensadores sociais que foram os apóstolos da cooperativa moderna; a cooperativa representa uma *economia coletiva*. Todas as funções econômicas dos membros ou somente uma parte dessas são assumidas por uma empresa comum; cada unidade cooperativa não se considera isolada, mas somente uma célula de uma *grande organização federativa* a serviço do *interesse geral*; essa organização é considerada perpétua. Pelos fundos acumulados por diferentes instituições ao longo dos anos, busca-se a acumulação de fundos coletivos, que vão contribuir para o desenvolvimento futuro do movimento (MLADENATZ, 2003 p.73).

São regras, conceitos e idéias que foram formuladas por pensadores que as elaboraram desde a segunda metade do século XVII até a primeira metade do século XIX, que hoje se vê presente nos princípios das cooperativas atuais.

O passado, o presente e o futuro estão assim, indissolavelmente unidos por laços sólidos, que dão ao movimento um caráter de ação de grande envergadura cujo objetivo é a transformação do regime econômico e social atual em um outro, baseado na organização cooperativa da economia social (MLADENATZ, 2003 p. 74).

As influências que os precursores do cooperativismo que se fazem presente no cooperativismo moderno podem ser soluções destinadas a uma mesma realidade, variando somente o nível de consciência da realidade e a capacidade de exercer a teoria na prática.

1.2 ROCHDALE

Apesar do desenvolvimento econômico ocasionado pela revolução industrial, que ocorreu na Inglaterra ter alcançado sucesso significativo, gerando avanços tecnológicos consideráveis para a época, inúmeras pessoas ficaram à margem desse desenvolvimento. Isso devido à forma de produção usada para a utilização dessa nova tecnologia. No período em que

se deu a revolução industrial houve um aumento da desigualdade social na Inglaterra, pois esse movimento praticamente só beneficiou os detentores dos meios de produção, o que acabou ocasionando vários problemas sociais como a exploração de trabalhador e a expropriação dos camponeses.

Na última década deste período inovador denominado de revolução industrial - que solidificou o modo de produção capitalista - os resultados obtidos por trabalhadores (donos da força de trabalho), pequenos comerciantes e pequenos agricultores, não foram bons, principalmente se comparados com os que conseguiram os detentores de capital na época. Como estratégia para superar essas dificuldades, um grupo de tecelões de Rochdale, pequeno distrito (atualmente município) pertencente a Lancashire, cidade situada no Sudoeste da Inglaterra, formou a primeira sociedade cooperativista moderna.

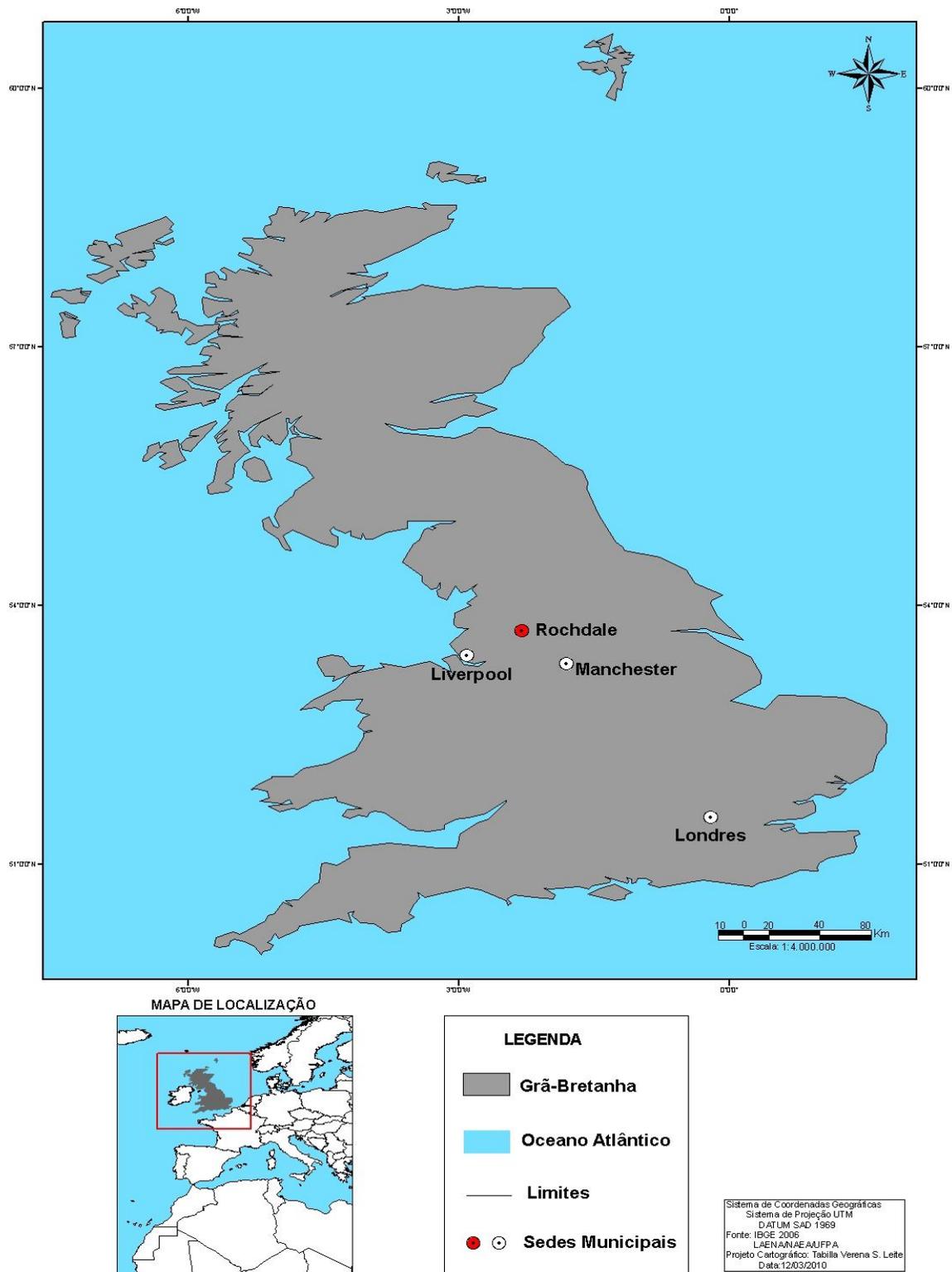
Em um momento favorável à busca de soluções para que as condições de vida dos proletários melhorassem, o cooperativismo foi a solução. Vinte e oito tecelões, após uma greve mal-sucedida, em novembro de 1843, economizaram durante um ano uma libra cada um, e alugaram um estabelecimento na *Toad Lane* (Travessa do Sapo) “que estava longe de ser uma rua atraente de Rochdale” (HOLYOAKE, 2000 p.23), por 10 libras anuais, e, com o restante do montante economizado compraram alimentos como farinha, açúcar e manteiga, para serem vendidos juntamente com vestimentas, em uma armazém montado no local que foi locado por estes tecelões.

Em 21 de dezembro de 1844, data de inauguração do armazém, era fundada a primeira cooperativa moderna, a *Rochdale Society of Equitable Pioneers*. Os 28 tecelões que tiveram esta iniciativa, são hoje conhecidos como os “Pioneiros de Rochdale”¹.

Os objetivos dos “Pioneiros de Rochdale” foram descritos no “Almanaque da Sociedade” - uma espécie de estatuto da Sociedade de Rochdale - que foi aprovado por unanimidade. Esses objetivos são:

A Sociedade tem por objetivo realizar uma atividade pecuniária e melhorar as condições domésticas e sociais de seus membros, mediante a economia formada por ações de uma libra esterlina, para levar a prática dos seguintes projetos: abrir um armazém para a venda de comestíveis, roupas, etc.; comprar ou construir casas para os membros que desejam ajudar-se mutuamente, com o fim de melhorar

¹ Os “Pioneiros de Rochdale” foram: Miles Ashworth; Samuel Ashworth; James Banford; John Bent; David Brooks; John Collier; William Cooper; James Dayle; Jhon Garside; George Healy; John Hill; John Holt; Charles Howarth; Benjamim Jordan; John Kershaw; James Maden; Willian Mallalien; James Manock; Benjamim Reedman; John Scowcroft; Joseph Smith; James Smithies; James Stranding; Robert Taylor; William Taylor; James Tweedale; Samuel Tweedale; James Wilkinson (HOLYOAKE, 2000 p.92).



Mapa 1- Localização de Rochdale na Grã-Bretanha.
 Fonte: IBGE (2006)

seu próprio estado doméstico e social; iniciar a fabricação dos artigos que a sociedade julgar conveniente para proporcionar trabalho aos membros que não tiverem ocupação ou que estiverem sujeitos a contínuas reduções nos seus salários; adquirir ou arrendar campos para serem cultivados pelos membros desocupados ou por aqueles cujo trabalho não receba a devida remuneração; a Sociedade procederá à organização das forças de produção, da distribuição, da educação, e do seu próprio governo; a Sociedade auxiliará as demais sociedades a fundar outras colônias; e com o fim de propagar a sobriedade, a Sociedade estabelecerá em uma de suas casas, um salão de temperança (HOLYOAKE, 2000, p. 25).

Vê-se nesses objetivos, a finalidade de mudar o meio em que os tecelões, fundadores da Sociedade de Rochdale, viviam. Pinho (1966) sistematiza esses. Os objetivos propostos para que ocorresse essa transformação foram:

Formação de um capital para emancipação do proletariado mediante economias realizadas sobre a compra em comum de gêneros alimentícios; construção de casas para fornecer alojamento a preço de custo; criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com duplo objetivo: produzir direta e economicamente tudo o que for indispensável às necessidades da classe operária, e assegurar o trabalho aos operários desempregados ou que recebam baixos salários; educação e luta contra o alcoolismo; cooperação integral, isto é, criação paulatina de pequenos núcleos nos quais a produção e a repartição serão reorganizados, e multiplicação desses núcleos através da propaganda e do exemplo (PINHO, 1966 p. 62).

Os planos dos tecelões de Rochdale eram grandiosos e sempre voltados à transformar a vida da população que estava colaborando com a Sociedade.

Para que esse projeto reformador conseguisse alcançar seus objetivos, foram estabelecidas normas de funcionamento do armazém cooperativo de consumo e as regras de estrutura da associação cooperativa que os pioneiros tiveram que seguir:

- a) Normas de funcionamento de armazém cooperativo de consumo:

- 1 Venda à vista: os pioneiros fizeram o diagnóstico de outras tentativas de implementação de cooperativas e perceberam que grande parte do aborto destas cooperativas foi devido ao sistema de

venda a crédito; [...] 2 Vendas a preço corrente do varejo do mercado: essa idéia pode parecer não muito coerente para uma cooperativa de consumo, mas a aceitação do preço do mercado faz com que aumente os bônus do cooperado na hora da divisão do capital; [...] 3 Volume de Vendas: o sistema de retorno para os cooperados seria de acordo com o consumo de cada um no armazém, e que fez com que o volume de vendas aumentasse, pois comprando mais, maior seria a importância que o cooperado iria receber na hora da distribuição do excedente (MLADENATZ, 2003 p. 85-87).

b) Regras da estrutura da associação cooperativa

1 um homem, um voto: não há diferença de direitos e deveres entre os membros desta sociedade, independentemente do grau de colaboração de cada um; [...] 2 priorizar a qualidade de vida dos associados: sendo esta uma associação de pessoas e não de dinheiro, há a necessidade de através da Sociedade melhorar a qualidade de vida dos associados; [...] 3 não-limitação do número de sócios: esta é outra diferença para as tentativas das colônias anteriores. O aumento do número de membros da cooperativa é interessante devido ao aumento da quantidade de clientes certos; [...] 4 seleção dos membros: para novos membros entrarem na Sociedade, teriam que passar pela apuração de uma Assembléia Geral e antes disso, teriam que ser indicado por um sócio; [...] 5 neutralidade política e religiosa: assim, a Sociedade se esquivava de todas as lutas políticas e diferenças de credos, atraindo a todos, independentemente de suas preferências; [...] 6 destino de parte dos lucros às obras sociais: antes da divisão do excedente, uma parte do montante do total arrecadado era destinado às obras sociais. Hospitais foram construídos no entorno da cooperativa. Havia assistência aos desempregados e mal-remunerados. Casas foram construídas, resolvendo o problema de moradia de todos. E uma grande quantia foi destinada à propaganda contra o alcoolismo (MLADENATZ, 2003 p.89-94).

Seguindo todos os pressupostos e cumprindo todas as regras e normas que agora foram citadas, a Sociedade dos tecelões de Rochdale passa a ser um sucesso e se expande exponencialmente. Em um período de aproximadamente 30 anos já desfrutava de uma grande estrutura. Em linhas gerais podemos sintetizar a história destes primeiros 30 anos da cooperativa, conforme os principais fatos a seguir:

Em 1844, 28 tecelões subempregados se reúnem para fundar a Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale. Cinco anos depois, em 1849, era organizada a Biblioteca da Cooperativa, com livros, revistas,

jornais etc. - em 1869, essa biblioteca já contava com 7.000 volumes e 11 salas de leitura. No ano seguinte, em 1850, foi organizada uma escola para crianças, e mais tarde uma sala de reuniões onde jovens de 14 a 40 anos “se encontravam para instruir-se mutuamente”. Em 1850 já existia várias cooperativas nos moldes de Rochdale. Neste ano, quinze entidades, inclusive a dos Pioneiros, criam a Sociedade do Moinho do Distrito de Rochdale, para a preparação e negociação de farinha pura. Dez anos mais tarde, em 1860, foi criada a sociedade de Previdência para os casos de enfermidades e de socorros para funerárias. Já em 1864, cerca de 500 cooperativas estão em operação, quando 45 delas, incluindo a de Rochdale, fundam a C.W.S. – Cooperative Wholesale Society para enfrentar os atacadistas que se negam a lhes fornecerem produtos. Foi fundada em 1867, a Sociedade para Construção de Casas Econômicas e 36 casas foram construídas para os associados no sistema de ajuda mútua. Ainda em 1867, criou-se uma organização de seguros, com a participação de várias cooperativas. Em 1874, sob o sistema federado, através da C.W.S., é criada uma seção bancária, para investimentos das economias dos associados que já o faziam a nível local. Com todas essas ações e construções, em 1876, ligados a outras cooperativas e a C.W.S., a Cooperativa de Rochdale, adquire seu primeiro navio, o Plover e abrem um escritório em New York, iniciando comércio com os Estados Unidos (SOUZA, 1990 p. 32).

A Sociedade dos tecelões de Rochdale não parou de crescer durante todo o final do século XIX e sobreviveu, inclusive aos duros efeitos das duas guerras mundiais do século XX conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Avanço da sociedade de Rochdale

| Anos | Membros | Capital (£) | Vendas (£) |
|------|---------|-------------|------------|
| 1844 | 28 | 28 | — |
| 1845 | 74 | 181 | 710 |
| 1855 | 1.400 | 11.032 | 44.902 |
| 1885 | 11.084 | 324.645 | 252.072 |
| 1915 | 21.798 | 380.630 | 458.954 |
| 1945 | 32.264 | 501.403 | 889.009 |
| 1965 | 45.864 | 2.530.891 | 4.965.863 |

Fonte: Pinho (1966); Souza (1990)

Vê-se nesta tabela um aumento freqüente do número de sócios em uma quantidade muito grande, tendo a diferença, entre os intervalos de 30 anos sempre aumentada entre um período e outro. De 1844, ano da fundação à 1885, a sociedade passou de 28 para onze mil e

oitenta e quatro membros. Conseqüentemente, o capital e o volume de vendas também tiveram sempre aumentadas as suas quantias, em libras, entre os mesmos intervalos. O capital aumentou de 28 libras para 324, 6 mil libras e as vendas atingiram 252 mil libras naquele ano. Nos oitenta anos seguintes os sócios quadruplicaram. O capital cresceu quase 800% e as vendas atingiram a quantidade relevante de quase 5 milhões de libras.

Assim, como houve ótimos resultados nesta sociedade, as normas e regras que os 28 tecelões de Rochdale formularam, não são mais apenas conceitos e idéias para melhorar as condições da população, mas sim as próprias regras que regem o cooperativismo, os chamados “Princípios de Rochdale”, que foram definidos em um Congresso da Aliança Cooperativa Internacional em:

1 Adesão livre – também conhecida como princípio da porta aberta, que possibilita o ingresso ou a retirada do cooperado, voluntariamente, sem coerção ou discriminação por motivos políticos, religiosos, étnicos ou sociais; 2 gestão democrática – ou administração dos próprios cooperados, através de delegados eleitos, por tempo determinado, em assembleias gerais, nas quais cada associado tem direito a um voto apenas, sem nenhuma relação com sua participação no capital social; 3 distribuição de sobras líquidas: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados por data das operações que cada um realizou com a cooperativa; 4 taxa limitada de juros ao capital social – ou pagamento de juros módicos ao capital, considerado este apenas como fator de produção; 5 constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral; 6 ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional (PINHO, 1977, p. 56).

A Rochdale Society of Equitable Pioneers continua em funcionamento ainda hoje, com milhares de associados, vários empreendimentos, prédios e investimentos, sendo que o estabelecimento em que era localizado o primeiro armazém foi entregue a Aliança Cooperativa Internacional, e hoje funciona como museu, mostrando à todos onde e como nasceu o cooperativismo no mundo (SOUZA, 1990).

O cooperativismo portanto, não nasceu por meio de teóricos, cientistas ou filósofos, mas sim de uma atitude popular, que alcançando o sucesso obteve inúmeros seguidores.

1.3 A TEORIA NO MOVIMENTO COOPERATIVISTA

Após a implementação e o sucesso da associação formada pelos “Pioneiros de Rochdale”, vários pensadores, teóricos e sistematizadores voltaram seus olhos para o cooperativismo, com o fim de estudar, entender, explicar e explicitar para todos este novo sistema econômico que surgia.

Dentre os primeiros estudiosos do cooperativismo, Charles Gide (1847-1932) foi o fundador de maior destaque. Ele acreditava que utilizando os princípios cooperativistas, poderiam ser sanados alguns problemas que surgiam com o sistema capitalista e por isso tentou colocar a prática do cooperativismo em teoria, pois fazendo essa conexão, haveria uma maior possibilidade de esta teoria alcançar um número maior de pessoas e assim aumentaria a probabilidade de prática e aperfeiçoamento do cooperativismo.

Gide (1949) imaginava uma “república cooperativa” não apenas nos moldes do pensamento rochdaleano. Gide foi além da cooperativa de consumo e estendeu a intenção de consumir deste modelo cooperativista formulado pelos “Pioneiros de Rochdale”. Após compreender e sistematizar todas as etapas da implementação da cooperativa de Rochdale, inseriu dentro do pensamento rochdaleano a indústria e a agricultura. Assim, os produtos agrícolas serviriam para fornecer as matérias-primas para a indústria produzir em grande escala, sendo todos os produtores, tanto agrícolas como industriais, participantes deste sistema como um cooperado. Haveria, segundo Gide, uma modificação pacífica da sociedade, transformando-a por meio do consumo.

Após a teorização do cooperativismo por parte de Charles Gide, a Aliança Cooperativa Internacional passou a divulgar as doze virtudes que este enumerou, com o fim de difundi-las pelo mundo. As doze virtudes são:

- 1 Viver melhor, ou seja, melhorar o nível de vida através do auxílio mútuo;
- 2 pagar a dinheiro, isto é, evitando a dívida elimina-se uma das formas da servidão;
- 3 poupar sem sofrimento, isto é, através do retorno poupa-se sem se sacrificar a satisfação das necessidades;
- 4 suprimir os parasitas – com isso, se reduz as despesas pela aproximação entre o produtor e o consumidor;
- 5 combater o alcoolismo, medida educativa, já constante do programa dos “Pioneiros de Rochdale”;
- 6 interessar as mulheres nas questões sociais, isso poderia ser atingido pela participação feminina nas cooperativas;
- 7 educar economicamente o povo, pois considerava que a autonomia econômica levaria à autonomia política;
- 8 facilitar a todos o acesso à propriedade, através da acumulação de sobras dos cooperados que são reservadas pela cooperativa;
- 9 reconstruir uma

propriedade coletiva, formando um patrimônio cooperativo, a serviço do interesse geral; 10 estabelecer o justo preço mantendo o custo de produção, sem deixar de remunerar adequadamente o trabalho, de qualquer categoria; 11 eliminar o lucro capitalista, desviando a preocupação de obter lucro, para preocupação com a satisfação das necessidades; 12 abolição dos conflitos, pela identificação do consumidor com o fornecedor, patrão com operário, uma vez que constituem-se nas mesmas pessoas, ocupando vários papéis na sociedade (GIDE, 1949 apud BORDALLO Junior. 1985 p. 33).

Enumeradas as doze virtudes do cooperativismo por Charles Gide, outros sistematizadores do cooperativismo como Ernest Poisson, Bernard Lavegne e George Lassere concordaram com a idéia da “República Cooperativa” de Gide, defendendo a implementação desta em suas obras. George Fauquet divergia dessa idéia, não acreditando que as cooperativas mudariam as relações econômicas, apenas a mudaria para um restrito grupo de pessoas, pois as empresas capitalistas que objetivam o lucro seriam tecnologicamente sempre mais avançadas e não deixariam isso ocorrer (BORDALLO Jr., 1985).

Embora haja divergência em alguns pontos, os fundadores do cooperativismo sempre o colocavam como uma alternativa ao capitalismo, mesmo quando há a intenção de aplicá-lo em proporções grandes como a “República Cooperativa” de Gide, ou em somente para algumas poucas pessoas como afirma Fauquet.

É possível observar as controvérsias entre alguns pensadores do cooperativismo. Alguns deles acreditando na sua capacidade de promover uma reforma total da sociedade, enquanto outros limitam sua atuação apenas a um determinado setor da economia, todos eles acreditando expressa ou implicitamente, que a integralização através das cooperativas, seria uma opção entre a planificação centralizada e o capitalismo concorrencial. (BORDALLO Junior., 1985 p. 48-49).

Assim, a “República Cooperativa” não se afirmava como uma doutrina, mesmo com Gide exaltando e enumerando suas virtudes, mas faria com que o cooperativismo se difundisse e sua prática aumentasse pelo mundo, abrindo novas portas para o desenvolvimento do cooperativismo em vários setores da economia.

1.4 TIPOS DE COOPERATIVAS

Com o cooperativismo sendo espalhado e difundido pelo mundo diversos agentes de diferentes setores da economia assimilaram este sistema e os adotaram para fortalecer e aumentar a produção, fazendo com que aumentasse o seu bem-estar.

Portanto, o cooperativismo atende as necessidades que surgem em uma sociedade, fornecendo oportunidades, adequando-se aos vários tipos de empreendimentos. É coerente com essa diversidade, a Aliança Cooperativa Internacional estabeleceu que as cooperativas se classifiquem de acordo com a forma e produto com que irá trabalhar.

Os principais tipos de cooperativas são: de consumo, crédito, produção industrial, produção agrícola, serviços agrícolas e pesca.

As cooperativas de consumo são tipos de associações em que os associados criam uma empresa com a finalidade de vender produtos de primeira necessidade que os mesmos adquirem, por meio da cooperativa, em grande quantidade. Esse foi o modelo clássico executado pelos “Pioneiros de Rochdale”.

As cooperativas de crédito funcionam de forma similar a um banco. Os associados deste tipo de cooperativa fazem depósitos em um certo período de tempo, e por meio desses recursos são repassados os créditos a outros associados.

Por outro lado, as cooperativas de produção industrial são constituídas por trabalhadores que exercem funções diferenciadas dentro de uma mesma empresa e que possuem capital necessário para o funcionamento desta. Este tipo de cooperativa surgiu devido a vontade que os trabalhadores tinham de não serem mais empregados. Os mesmos montavam suas próprias empresas e a comandavam democraticamente, mas a maioria das cooperativas de indústrias surgem quando os trabalhadores assumem as próprias empresas em que trabalhavam, devido as falências das mesmas, e este também era um modo de não ficarem desempregados.

As cooperativas de produção agrícola consistem em um forte planejamento comunitário, no qual há uma produção em comum entre os associados. A produção de produtos agrícolas, que são definidas de acordo com a estratégia da cooperativa por todos os associados, é a que caracteriza a mesma. A comercialização desses produtos se faz necessária devido a uma lógica de integração dos dois setores, fazendo com que a comercialização seja feita de acordo com os interesses dos produtores.

Ainda no setor agrícola existem as cooperativas de serviços agrícolas, que são as mais difundidas pelo mundo, conhecida como “mista” pela diversidade de serviços que

oferecem ao cooperado, os quais são: crédito, compra de insumos, beneficiamento, comercialização da produção, consumo doméstico, utilização em comum dos equipamentos, sendo estes alguns entre tantos outros tipos de serviços. Tendo sempre o objetivo de aumentar a renda de seus membros, a cooperativa auxilia os cooperados desde a colheita até a comercialização final. Este tipo de cooperativa é o qual se encaixa a CAMTA.

O setor pesqueiro também se organiza em cooperativas de pesca, que tem o seu funcionamento similar o da cooperativa de produção agrícola. Contribui com seus pescadores associados fornecendo estrutura e materiais para que haja uma melhoria nas condições de trabalho destes, aumentando o êxito da pesca, e ainda armazenando e comercializando esses produtos para estes associados.

Finalmente, existem ainda as associações de cooperativas, também chamadas de cooperativas de segundo grau. Estas ocorrem quando as cooperativas de um mesmo tipo, que estão situadas em locais próximos umas das outras têm os mesmos problemas. Se a resolução destes problemas for facilitada e mais vantajosa quando executada em uma escala maior, as cooperativas se auxiliam, reduzindo custos e aumentando a rapidez da resolução desses problemas. Assim, as cooperativas, se unem (não institucionalmente) para resolver problemas em comum, de uma forma mais proveitosa para ambas as partes (RIOS, 1987).

Podemos observar que o cooperativismo difundido criou braços em vários setores, podendo sanar problemas em dimensões diferentes, melhorando o bem-estar de seus cooperados. O aumento de adeptos do cooperativismo fez esse se solidificar por todo o mundo.

1.5 O SISTEMA ECONÔMICO COOPERATIVO ATUAL

Ao longo dos anos o cooperativismo se firmou em diversos países com sistemas econômicos e políticas diferentes. Alguns muito diferentes entre si, como os países socialistas e capitalistas, e outros com pequenas diferenças econômicas, mas com grandes distinções culturais. Ainda assim, o cooperativismo conseguiu se firmar. O cooperativismo tem demonstrado sua grande capacidade de adaptação, pois em qualquer lugar há um rápido ajuste às várias situações dessemelhantes a que é submetido.

Segundo Mladenatz (2003), existem três visões que economistas, sociólogos, filósofos e outros acadêmicos têm sobre o cooperativismo. A primeira é a visão de que a empresa cooperativista é apenas uma firma que se molda de acordo com as necessidades e intenções, se desenvolvendo atualmente, principalmente dentro do sistema econômico

capitalista já que seus princípios não seriam contrários a esse sistema. A segunda visão que temos é a do cooperativismo como uma associação de membros de uma classe social desprivilegiada e que se une com o fim de melhorar o seu bem-estar, transformando e melhorando as suas condições de vida socialmente e economicamente, fazendo com que suas necessidades sejam melhor atendidas. A terceira interpretação é formada por aqueles que vêem o cooperativismo não só como um meio de transformação da vida de alguns devido a implementação de uma empresa cooperativista, mas sim com um meio de solução para os problemas sociais, fazendo do cooperativismo um novo regime econômico.

O primeiro entendimento condiz com uma visão pragmática e capitalista na qual a empresa cooperativista reproduz o modelo de produção do capitalismo. A segunda preocupação demonstra que o cooperativismo é uma saída para empreendedores do mesmo ramo não serem prejudicados pelo próprio sistema capitalista monopolista, fazendo com que haja a possibilidade de produção e lucro mesmo com esse sistema que impera nos dias de hoje. O terceiro ponto de análise e definição do cooperativismo soa como uma utopia já que atualmente, dificilmente se poderia implantar uma nova ordem econômica. Mas tendo a verdade como relativa e não absoluta (LEFEBVRE, 1983), o cooperativismo tem alicerces tanto práticos como teóricos para tal.

Mesmo sendo amplamente diferentes, estas três percepções do cooperativismo têm este sistema como um modelo de eficiência e que já mostrou ser uma atividade rentável e provou poder mudar a realidade de muitas pessoas.

Ao proporcionar a multiplicação dos lucros e respeitar a divisão classista da sociedade, o cooperativismo se fortaleceu no sistema capitalista. E por isso mesmo não se encontra nenhuma barreira ideológica, econômica ou política para o seu desenvolvimento. Mas ele não para aí. Vai muito mais além. Ao se apresentar como um modelo alternativo e democrático de organização, procura mudar o capitalismo e até superá-lo. (RÍOS, 1987, p. 16) .

O autor, nesta afirmação, abrange os três pensamentos que Mladenatz nos mostrou no começo desta seção. E ainda, não exclui um pensamento do outro. Nos mostra que um pensamento pode contribuir para que haja uma eventual possibilidade de este incorrer em uma outra visão. Sendo primeiro a obtenção de lucro, depois o desenvolvimento social e econômico e por fim com o sucesso em vários âmbitos - e não somente no econômico -, o cooperativismo possa nos trazer retornos melhores do que o capitalismo.

Com a implicação de que estas três percepções não são excludentes, vemos que o cooperativismo como fora mencionado anteriormente, tem um caráter “camaleônico”, assimilando bem as condições que lhe são impostas e executando as suas funções dentro destas imposições que o cercam, o que faz com que o rótulo de “doutrina” se dissolva, se tomarmos como definição de doutrina, algo que tenha que ser seguido à risca, sem margem de desvio. O cooperativismo mudou ao longo do tempo, se não em sua essência rochdaleana, na sua forma de execução, mudando também alguns pontos de seus princípios. Os novos princípios definidos pela aliança Cooperativa Internacional em um Congresso realizado em Manchester, em 1995, são:

1 - associação voluntária e aberta: ou seja, podem associar-se a cooperativas todos aqueles que apresentem condições de utilizar seus serviços e que queiram aceitar as responsabilidades de associado, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa; 2 - controle democrático dos membros: significa participação ativa e direta de homens e mulheres associados, quer no estabelecimento de diretrizes políticas, quer na tomada de decisões. E enquanto nas cooperativas de primeiro grau pratica-se a igualdade de direito (um membro, um voto), nos demais níveis os critérios de votação poderão ser estabelecidos segundo a representação dos associados por um determinado número de delegados devidamente credenciados; 3 - participação econômica dos membros: ou seja, controle democrático da cooperativa e igual contribuição ao capital, sendo que uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa. A Assembléia Geral poderá fixar uma limitada compensação ao capital subscrito como condição ao membro que associa-se à cooperativa (quotas-partes), bem como benefícios aos cooperados na proporção de suas transações com a cooperativa. Poderão, ainda, ser criadas outras contribuições - para fundo de reserva, o desenvolvimento das atividades da cooperativa ou outras iniciativas aprovadas pelo corpo de associados; 4 - Autonomia e independência: decorrem do entendimento adotado pela ACI de que a cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades nas áreas econômicas, social e cultural, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização. No caso de haver entendimentos para apoio de outras organizações, inclusive governos, ou captação de recursos de fontes externas, devem ser asseguradas a autonomia e o controle democrático da cooperativa por seus próprios associados; 5 - Educação, treinamento e informação: dos associados, dos representantes eleitos, dos executivos e empregados da cooperativa para que eles possam, efetivamente, contribuir para o seu desenvolvimento. Além disso, a natureza e os benefícios do cooperativismo devem estender-se ao público, em especial aos jovens

e aos líderes da comunidade; 6 - Cooperação entre cooperativas: o trabalho conjunto e/ou a interação das cooperativas, em níveis local, regional e internacional, fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados de maneira mais efetiva; 7 - Preocupação com a comunidade: ou seja, os membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades (PINHO, 1995 p.2).

Nota-se que as principais particularidades dos princípios rochdaleanos permanecem, mas há algumas adaptações que se fizeram necessárias para que houvesse uma evolução e adaptação do cooperativismo ao mundo de hoje, fazendo com que o interesse por esse sistema não diminua e assim continue a progredir.

Atenta-se principalmente ao item 7 que mostra a preocupação da Aliança Cooperativa Internacional com a sustentabilidade, fazendo com que o pensamento das cooperativas se volte para este ideário que poderá vir a ser uma alternativa de desenvolvimento para os dias de hoje assim como fora o cooperativismo anteriormente, mais precisamente na revolução industrial.

A ACI, durante as comemorações de seu centenário, reafirmou que os valores cooperativos estão baseados na ajuda mútua, auto-responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Com base na tradição de seus pioneiros, a ACI reiterou a importância dos valores éticos da honestidade, dos mecanismos democráticos de consulta e informação dos associados, da responsabilidade social e da associação voluntária de pessoas para se auto-ajudarem economicamente. E insistiu na premência atual de direcionamento do modelo cooperativo para o desenvolvimento auto-sustentável, a valorização dos recursos humanos, a participação consciente de seus associados, a defesa da ecologia e a interação da cooperativa com o entorno econômico, político e social (PINHO, 1995 p. 3).

Fazendo parte desse caráter mutante do cooperativismo, as políticas públicas de desenvolvimento passaram a apoiá-lo, demonstrando toda a importância deste sistema dentro do processo de evolução econômica e social. Por esse caráter adaptativo é que o cooperativismo está em vários países do mundo, tendo sucesso em países de mercado livre e de grande intervenção do Estado, de culturas de grandes diversidades orientais e ocidentais, de religiões ortodoxas e heterodoxas, entre tantas e tantas diferenças mais que possa existir.

Apesar de modificado ao longo do tempo, pela necessidade de adaptação, não se pode negar a importância do cooperativismo, assim como a sua utilidade, que continua eficaz e estimada ainda nos dias de hoje.

A seguir abordaremos a história da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, procurando analisar os principais fatos históricos referentes a este empreendimento, resultados de ações, procedimentos e realizações feitas por essa cooperativa, pautadas nos princípios rochdaleanos estabelecidos nesse capítulo.

2 FORMAÇÃO ECONÔMICA DO NORDESTE PARAENSE E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DOS IMIGRANTES JAPONESES EM TOMÉ-AÇU.

Ao longo dos tempos, o processo de colonização foi o sistema que os homens utilizaram para a ocupação de novos espaços e assim se espalhavam pelo mundo. Derivado deste processo surge uma nova identidade, própria do novo território, devido ao choque de culturas entre os habitantes locais e os novos habitantes. Várias nações passaram pelo processo de colonização, colaborando com o seu desenvolvimento, e tal colonização ocorre por meio da migração.

Considera-se como ato migratório tanto um deslocamento que se processa de um departamento do lado direito de um corredor para um departamento do lado esquerdo do corredor, como um deslocamento de Bombain na Índia para Cedar Rapids, Iowa (EUA), embora seja natural que o início e as conseqüências desses dois deslocamentos apresentem diferenças imensas. [...] Não importando quão curto ou quão longo, quão fácil ou quão difícil, a verdade é que todo ato migratório implica em um lugar de origem, num lugar de destino e numa série de obstáculos intervenientes, como a distância do deslocamento por exemplo. (LEE, 1980 p. 99 - 100).

Tendo definido o que é migração, cabe aqui esclarecer que colonização não é o mesmo que migração e sim que a colonização depende da migração para que ocorra o processo de colonização.

A colonização tem o intuito de ocupar definitivamente ou de somente explorar novas terras. Isto acontece por meio de interesses governamentais (de um governo somente ou de mais de um governo), mas pode ocorrer também por interesses particulares ou ambos, quando os interesses do governo vão de encontro aos interesses particulares. Já a migração, não necessariamente, tem o objetivo de fixar o homem em um novo território, esta pode ser temporária, pode ser apenas por motivos econômicos, não precisa nem haver laços entre o imigrante e o novo território, ou como mencionou Lee (1980), não precisa nem haver outro território, o “outro lado do corredor” já basta para se consolidar um ato migratório. Mas pode ser também, que ocorra uma certa identificação entre o imigrante e o novo local e assim, o imigrante se torna por fim residente permanente deste local.

O Brasil, ao longo do tempo, desde a chegada dos europeus no século XVI, tem passado por processos de migração, tanto interna quanto externa. O fenômeno da migração,

constituiu-se em um tema com abordagem interdisciplinar. Anteriormente alguns autores o consideravam um fenômeno apenas econômico, como a exemplo de Malthus. Este considerava que a emigração era apenas a expansão em busca de novas terras para que houvesse uma maior produção de alimentos que sustentasse o rápido aumento da população (BOSERUP, 1987). No início do século XX, os estudos sobre o fenômeno da migração se intensificaram e várias ciências puderam contribuir com o estudo desse tema. Essa contribuição se reflete nos planos sociais, principalmente cultural. O aspecto político e econômico não é menos importante, e o complemento de todos esses aspectos faz com que possamos compreender melhor o fenômeno da migração e tudo o que mais possa ocorrer por meio dele (SAYAD, 1998).

A constatação da existência desses vários espaços qualificados tem permitido diferentes leituras da imigração por estudiosos das Ciências Sociais, como Geografia, Demografia, História, Sociologia, Economia, etc. que não são leituras excludentes, ao contrário, as fronteiras entre elas sugerem cada vez mais a importância da integração de conhecimentos na compreensão do processo migratório (EMMI, 2008 p. 53).

Várias ciências que estudam a migração procuram os motivos que fazem com que esse fenômeno ocorra. A relativização das condições em que vivem uma pessoa ou um grupo de pessoas com as condições do lugar de destino, pode fazer com que se possa esclarecer os motivos do movimento migratório, ou apenas alguns deles (KLEIN, 2000).

Temos então para cada movimento migratório, dois pontos de vista, da origem e do destino:

- a) Da origem – onde quem irá migrar ainda está na condição de emigrante.
- b) Do destino – onde quem irá chegar já será um imigrante.

A determinação das causas da imigração implica em ter presente no movimento de emigração e imigração em sua dupla dimensão de fato coletivo e itinerário individual, ou seja, a trajetória e as experiências singulares dos emigrantes / imigrantes. A imigração é, pois, um processo social de mobilidade de grupos que se origina em estruturas sociais essencialmente delimitadas. Mas, esse processo social contempla e nele têm lugar, diferentes trajetórias com suas particularidades, permitindo desse modo que se perceba a diferenciação entre e dentro dos vários fluxos migratórios (EMMI, 2008 p. 57).

As causas da migração devem, sim, ser primeiramente investigadas na origem, procurando entender a situação da época correspondente, do local de origem. Esta busca não impede que o local de destino não possa também fornecer algumas dessas causas. Também podemos dizer que os efeitos da migração são vistos no local de destino. As colaborações e os feitos que estes imigrantes alcançaram no local de destino devem ser investigados. (SALIM, 1992).

Trataremos primeiramente de imigração interna, a ocupação da mesorregião do nordeste paraense e, mais adiante, de imigração internacional, de imigrantes vindos do Japão para o Brasil, mais especificamente para a Amazônia. Falaremos da vinda desses imigrantes japoneses à Tomé-Açu, no nordeste paraense antes de relatar como ocorreu as suas primeiras ações, desenvolvimento e solidificação em terras amazônicas, mostrando também os antecedentes históricos que motivaram a vinda desses japoneses para terras amazônicas.

2.1 FORMAÇÃO ECONÔMICA DA MESORREGIÃO DO NORDESTE PARAENSE

O estado do Pará possui uma área de 1.249.497 Km², sendo o segundo maior estado em extensão territorial da Amazônia e do Brasil e que possui o maior PIB da Amazônia com R\$44.376.000.000,00 em sua produção interna e ainda assim é o estado da Amazônia menos desenvolvido socialmente. A economia no estado funciona de maneira extrativista e predatória, gerando riquezas que não permanecem no estado, o que impede a acumulação de capital e os investimentos em âmbitos sociais (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2009).

A CAMTA nos mostra o exemplo de que culturalmente a ajuda mútua pode fazer com que a população consiga alcançar uma melhora em seu bem-estar. A falta de trabalhos associativos colabora para que o estado do Pará continue em uma estagnação referente às precárias condições de vida da população. A falta de atitude da população em relação à realização de trabalhos em cooperação e a falta de incentivo por parte do governo para esses trabalhos faz com que a evolução seja vagarosa, quando há evolução.

Entre as mesorregiões do estado do Pará, a do nordeste paraense apresenta em seus indicadores de desenvolvimento índices muito baixos, tanto no âmbito social quanto no econômico, sendo superado nesses índices baixos apenas pela região do Marajó. É curioso que a cooperativa que perdura por mais tempo na Amazônia esteja localizada nessa mesorregião.

O começo da ocupação no Estado do Pará e da Amazônia ocorreu em Belém, onde se formou o primeiro grupo de colonização, se expandindo primeiramente por dois caminhos: pelas margens do Rio Amazonas, construindo fortes militares para defender o território de outras nações européias como Inglaterra, França e Holanda, e em direção ao nordeste paraense, pois São Luís estava ocupado pelos franceses e em direção à então Capitania do Maranhão os portugueses abriram caminho para expulsar a ocupação francesa de sua colônia.

Assim foram surgindo as vilas na região: Vila Souza do Caeté (1634) – atual Bragança – Vila Viçosa de Santa Cruz de Cameté (1637) – atual Cameté – e Nossa Senhora de Nazaré da Vigia (1693) – atual Vigia. Com a povoação estabelecida, as drogas do sertão – canela, cravo, castanha, entre outros - começaram a ser comercializadas abastecendo a colônia, apesar do exclusivo metropolitano².Essa comercialização foi intensificada durante o século XIX, principalmente com o início da exploração da borracha (ARAÚJO, 2003).

Sendo Belém o pólo do estado do Pará, o governo estadual começou a incentivar a ocupação do leste paraense, para que este fosse uma região de abastecimento da capital devido à grande demanda de trabalhadores para a borracha, o que fez com que a produção alimentícia baixasse. Muitos migrantes nordestinos vieram realizar a ocupação da mesorregião do nordeste paraense.

O processo de ocupação demográfica foi intenso, assim como o desmatamento, após a construção da estrada de ferro que ligou Bragança a Belém, e que pretendia ligar Belém a São Luís. O processo de ocupação e de desmatamento da região que começou com a busca do caminho que ligasse Belém a São Luís, aumentou em proporção bem maior com a colonização dos nordestinos no nordeste do Pará e com a construção da ferrovia.

Colônias agrícolas foram se formando na região e ao longo da extensão da malha ferroviária. A estrada de ferro colaborou com a formação de núcleos que ao seu redor foram eliminando a vegetação primária e preparando a terra para o plantio de alimentos para a subsistência da colônia e para o abastecimento da capital Belém (AMARAL FILHO, 1975).

A imigração na região aumentaria com a construção da rodovia Belém-Brasília, que realizaria a integração entre regiões do Brasil. Às margens da rodovia que foi inaugurada em 1960, começou uma ocupação numerosa de migrantes, e o desmatamento no leste paraense que havia sido bastante grande com a construção da estrada de ferro Belém-Bragança, se tornou ainda mais forte com a construção da estrada Belém-Brasília. A estrada atraiu um

² Exclusivo metropolitano é um sistema de privilégios que Portugal tinha com o Brasil que mantinha o monopólio de importação das matérias-primas mais lucrativas para Portugal, e este também era o único exportador de bens de consumo para o Brasil.(MELLO, 1986).

grande contingente de imigrantes que se estabeleceram no entorno da rodovia, fazendo com que a mata primitiva se reduzisse a pequenos e poucos focos ao redor da nova estrada (PINHEIRO, 2008).

A rodovia Belém-Brasília, trouxe uma perspectiva de desenvolvimento no Pará em diferentes regiões. O sul do Pará teve sua ocupação intensificada a partir de 1960 com a construção da nova rodovia e se tornou o foco principal de desenvolvimento do estado, pois essa região foi ocupada, por empresários, fazendeiros e madeireiros. Houve investimentos privados como também públicos, facilitando a estabilidade dos novos capitalistas que expandiram seus negócios para a Amazônia. Essa foi a principal diferença para a colonização do nordeste paraense. O grupo de imigrantes que foram para lá eram em sua maioria pequenos agricultores e quase que totalmente descapitalizados, o que fez com que a região não tivesse expectativa de desenvolvimento e atingisse índices sociais e econômicos bastante preocupantes (PINHEIRO, 2008).

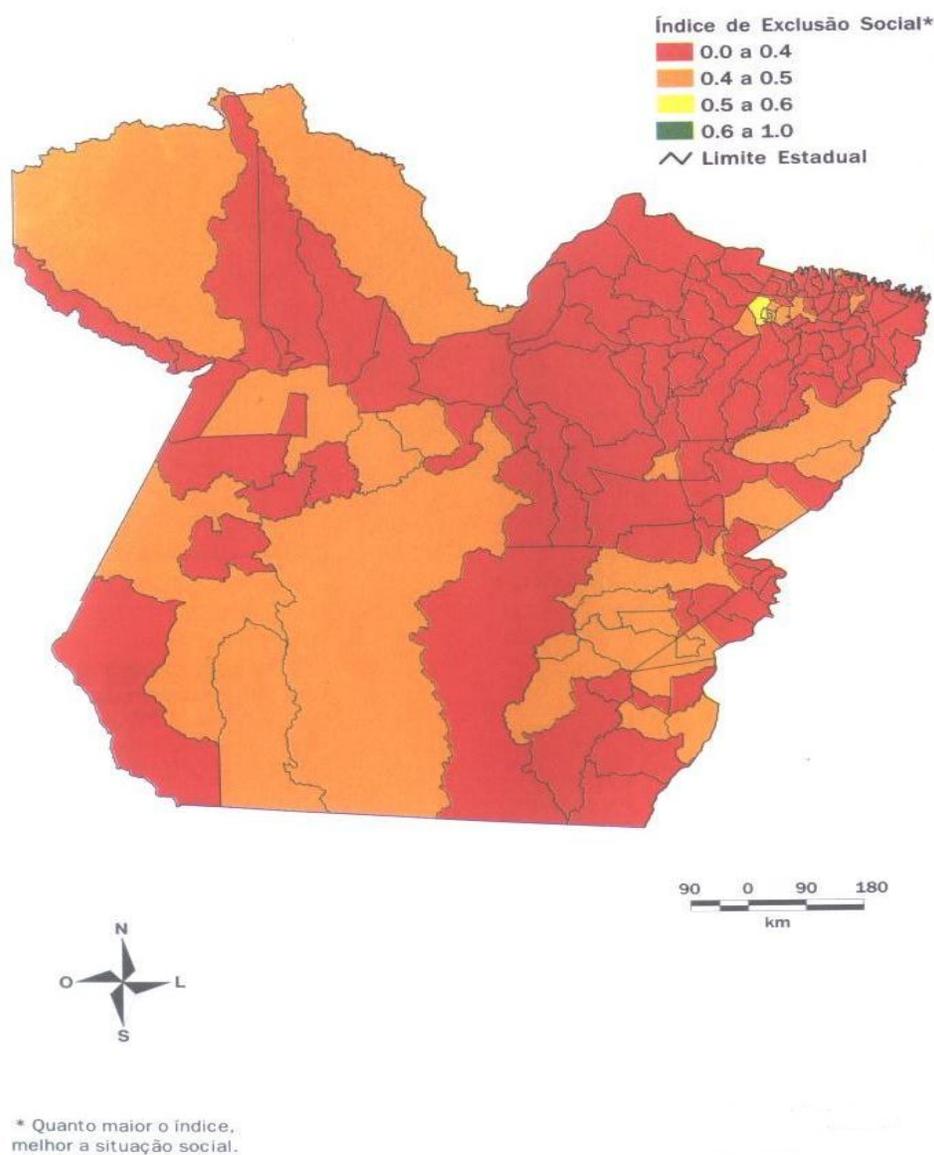
A qualidade de vida da população do Nordeste Paraense foi comprometida devido ao grande impacto demográfico que atingiu a região ao longo dos tempos. Os imigrantes nordestinos não tinham recursos para que efetivassem o progresso na região. Vieram com pouca cultura e escasso conhecimento sobre a terra. Devido a seca nordestina, pouco plantavam em sua terra de origem, a não ser para a sua subsistência e sendo exigidos a plantarem em uma escala maior para atender o abastecimento da capital, não corresponderam e a estagnação tomou conta da região.

O único empreendimento agrícola que correspondeu a expectativa nessa região foi a CAMTA. Com a chegada dos imigrantes a setenta anos atrás, mesmo sendo estes pequenos proprietários e mesmo com o primeiro capital investido não correspondendo aos objetivos da empresa investidora, a ajuda mútua que existiu entre os primeiros imigrantes japoneses perduram até hoje. Estes imigrantes conseguiram alcançar um padrão elevado de desenvolvimento, sendo significativo não só para a região como para toda a Amazônia, consolidando o cooperativismo entre os pequenos produtores agrícolas como uma oportunidade para que a produção aumentasse assim como os ganhos que poderiam ser reinvestidos não só na própria empresa como também em benefícios para a comunidade.

2.2 O ATUAL QUADRO DA MESORREGIÃO DO NORDESTE PARAENSE

A mesorregião do nordeste paraense atualmente ainda apresenta condições alarmantes para a população. O povoamento que começou na formação da região desde o

século XVII e que se intensificou conforme os anos foram passando, deixou em seu legado, uma realidade difícil para a população, que vive na região e sofre com as dificuldades devido a exclusão social que aflige a população do nordeste paraense.



Mapa 2 - Índice de Exclusão Social do Estado do Pará

Fonte: Pochman; Amorim (2003).

A maior concentração do índice de exclusão social³ está localizada no nordeste do Pará, englobando quase toda a extensão territorial da mesorregião do Nordeste Paraense.

Tabela 2 – Percentual de pobreza nas mesorregiões do Pará - 2000

| Regiões | População 2007 (hab) | % Pobre |
|---|-------------------------|--------------|
| BRASIL | 169.799.170 | 32,75 |
| PARÁ | 7.290.806 | 61,67 |
| Mesorregião Metropolitana de Belém | 2.480.263 | 54,02 |
| Mesorregião do Marajó | 432.122 | 73,94 |
| Mesorregião do Nordeste Paraense | 1.703.671 | 68,48 |
| Mesorregião do Sudoeste Paraense | 517.644 | 53,84 |
| Mesorregião do Baixo Amazonas | 704.653 | 66,53 |
| Mesorregião do Sudeste Paraense | 1.452.453 | 53,23 |

Fonte: IBGE (2000); IPEA(2000)⁴

Com exceção da mesorregião do Marajó, a mesorregião do nordeste paraense é a que apresenta a maior porcentagem de população pobre, e o que agrava ainda mais esta situação, principalmente em relação à mesorregião do Marajó, é o contingente populacional absoluto que a mesorregião do nordeste paraense abriga. Esta é a segunda mesorregião com o maior número de habitantes, atrás somente da mesorregião Metropolitana de Belém.

Os problemas sociais desta mesorregião se tornam ainda mais alarmantes quando vemos que o seu percentual de pobreza é maior do que todo o estado do Pará, que possui um percentual muito grande, quase o dobro, se comparado com o do Brasil.

Um agravante de grande importância que colabora muito com o alto percentual de pobreza desta região é a educação, e como esta é bastante precária, a população tem diminuída as suas chances de desenvolvimento. Sem o conhecimento necessário e até mesmo básico, as possibilidades dos habitantes dessa mesorregião melhorar as suas condições por meio de ações vindas da população, sem precisar de uma ação governamental se tornam limitadas.

Como nos mostra a tabela 2, a população da mesorregião do Nordeste Paraense só não é maior que a da mesorregião Metropolitana de Belém, e aqui vemos que grande parte da população dessa mesorregião - mais de 22% - não é alfabetizada. E essa condição se torna um

³ O índice utilizado no mapa engloba cinco indicadores diferentes: pobreza, desemprego, violência, concentração de jovens e taxa de alfabetização.

⁴ Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Tabela 3 – Taxa de Alfabetização nas mesorregiões do Pará

| Regiões | Tx de alfabetização (%) | Média de Anos de Estudo |
|--------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| PARÁ | 78,65 | 3,68 |
| Mesorregião Metropolitana de Belém | 87,75 | 5,05 |
| Mesorregião Marajó | 69,51 | 2,65 |
| Mesorregião Nordeste Paraense | 77,62 | 3,50 |
| Mesorregião Sudoeste Paraense | 77,11 | 3,52 |
| Mesorregião Baixo Amazonas | 81,39 | 3,85 |
| Mesorregião Sudeste Paraense | 78,54 | 3,60 |

Fonte: IBGE (2000); IPEA (2000)

obstáculo ao desenvolvimento. A média de 3,50 anos de estudo por pessoa - a segunda pior entre as mesorregiões - torna esse obstáculo ainda maior. O baixo investimento em educação acaba por gerar situações em que as ações da própria população podem prejudicá-los, como na esfera da saúde, em ocasiões em que pode ser possível a prevenção de alguma doença de forma simples e que a falta da educação formal não permite que o indivíduo tenha esse conhecimento. O meio ambiente também sofre com os limites impostos pela falta de estudos por parte da população. A preparação da terra, o plantio e a forma incorreta de preparação do solo e o desmatamento se agravam conforme a população aumenta e o uso da terra se torna cada vez mais necessário.

Tabela 4 - Taxa de Desmatamento das mesorregiões do Pará

| Regiões | Área (Km ²) | Taxa de Desmatamento % |
|--------------------------------------|-------------------------|------------------------|
| PARÁ | 1.249.497 | 23,02 |
| Mesorregião Metropolitana de Belém | 6.921 | 98,69 |
| Mesorregião Marajó | 104.350 | 30,19 |
| Mesorregião Nordeste Paraense | 83.500 | 56,86 |
| Mesorregião Sudoeste Paraense | 416.057 | 7,94 |
| Mesorregião Baixo Amazonas | 340.680 | 16,42 |
| Mesorregião Sudeste Paraense | 297.989 | 37,87 |

Fonte: INPE (2000); Governo do estado do Pará (2009)

A alta taxa de desmatamento e a pequena extensão de terra da mesorregião do nordeste paraense, faz com que poucas áreas de mata primária ainda estejam conservadas. O

desmatamento ocasionado desde o período de ocupação, primeiro portuguesa e depois nordestina, fez com que a paisagem fosse se transformando. E após a abertura da estrada Belém-Brasília, e com o aumento da produção da indústria madeireira, o desmatamento foi muito intenso e o que restou de mata virgem nesta mesorregião foi resumido a poucas áreas.

A posição em que se encontra a população da mesorregião do Nordeste Paraense é muito delicada como vimos, e a falta de condições básicas para melhorar a vida da população juntamente com poucas ações e incentivos por parte do governo, impede que esta região se desenvolva.

Tabela 5– Índice de Desenvolvimento Social – IDS – das Mesorregiões do Pará (2000)

| Regiões | IS | IE | IT | IR | IH | IDS |
|--------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| PARÁ | 6,67 | 3,10 | 7,24 | 2,87 | 1,11 | 4,20 |
| Mesorregião Metropolitana de Belém | 6,86 | 4,22 | 7,04 | 2,96 | 1,71 | 4,56 |
| Mesorregião Marajó | 6,48 | 2,26 | 7,24 | 2,66 | 0,56 | 3,84 |
| Mesorregião Nordeste Paraense | 6,63 | 2,96 | 7,39 | 2,64 | 0,59 | 4,04 |
| Mesorregião Sudoeste Paraense | 6,76 | 2,89 | 7,59 | 2,77 | 0,58 | 4,12 |
| Mesorregião Baixo Amazonas | 6,60 | 3,24 | 7,27 | 2,8 | 1,04 | 4,19 |
| Mesorregião Sudeste Paraense | 6,65 | 3,04 | 7,35 | 2,99 | 0,91 | 4,19 |

Fonte: IPEA (2000)

O Índice de Desenvolvimento Social (IDS)⁵ da mesorregião do nordeste paraense é menor do que o do estado do Pará, sendo que entre as mesorregiões, novamente está em condição superior somente perante a mesorregião do Marajó.

É esse o quadro atual da região onde está localizada a CAMTA que é um foco de desenvolvimento em meio a fortes limitações, o que torna esta empresa ainda mais importante para a região. Quando os primeiros imigrantes japoneses chegaram em Tomé-Açu, o momento era de exploração. A ocupação na região estava adiantada, mas Tomé-Açu ainda como distrito do município do Acará, pouco estava habitado. A exploração foi feita à maneira dos imigrantes, e com o suporte da KANEBO. Desde que a CAMTA alcançou a estabilidade

⁵ IDS=(IS (saúde) + IE (educação) + IT (trabalho) + IR (rendimento) + IH (habitação)) / 5

IS = (Esperança de Vida ao Nascer - Ano x 6(peso)) + (Índice de Sobrevivência Infantil x 4 (peso))/10

IE= (Tx. Alfabetização x 2 (peso)) + (Média de Anos de Estudo x 8 (peso)) / 10

IT= (Tx Atividade x 4 (peso)) + (População Ocupada x 6 (peso)) / 10

IR= (PIB Per Capita em Log x 8 (peso)) + (Coeficiente de Igualdade (1 - Coeficiente do Índice de Gini) x 2 (peso))/10

IH= (% de domicílios com água + % de domicílios com esgoto + % de domicílios com energia)/3

com o APL de pimenta-do-reino, esta empresa sempre contribuiu com o social na região direta ou indiretamente.

2.2.1 Fundamentos Conceituais de Arranjos Produtivos Locais (APL).

Várias são as definições de Arranjo Produtivo Local (APL) existentes em diversas obras, diferenciando pouco de uma para outra, sendo que dois pontos são os mais importantes para essa definição: 1) especialidade da produção; e 2) delimitação territorial. Assim sendo, “qualquer concentração de um tipo de produção seja em uma região, município, bairro ou mesmo rua pode ser denominada de APL” (NORONHA; TURCHI, 2005 p.8). Aprofundando a definição de APL, não deixando-a de forma genérica, temos que identificar quem são os atores que constroem e executam os APLs. Em cada esfera territorial há atores que engendam a elaboração do desenvolvimento e a melhoria do bem-estar da população. Esses são agentes políticos, econômicos e sociais que aproveitam certas condições para alcançar a prosperidade por meio das relações sociais e dos fatores de produção.

APLs são aglomerações que contam com o envolvimento de agentes econômicos, políticos e sociais, que com foco em atividades de um segmento econômico específico, apresentam vínculos para a articulação, cooperação e aprendizagem entre si (LASTRES; CASSIOLATO, 2003 p. 3-4).

Ao entender o APL, não só nas suas relações sociais, mas também em sua esfera econômica, vemos que é essencial o capital humano, incorporando o nível de cultura e a habilidade dos trabalhadores necessárias para a produção, assim como o capital social, para que se tenha uma organização social e a difusão e aplicação de novos conhecimentos, em uma territorialidade concreta (COSTA, 2005). Com os imigrantes japoneses na Amazônia ocorreu desta forma. A propensão associativista demonstrada pelos japoneses desde a sua chegada no Brasil, com criações de várias cooperativas, mostrou que a cultura e a forte organização e cooperação já existentes entre eles, foram, juntamente com os altos lucros proporcionados pelo APL de pimenta-do-reino, determinantes para que o cooperativismo na Amazônia evoluísse.

Podemos perceber que os agentes “fazedores” do local são o cerne do APL. Estes tendo uma especificidade forte e interagindo, buscando um aproveitamento máximo de seus conhecimentos, que quando são socializados, alavancam cada vez mais a produção,

aumentando-a e inovando cada vez mais em suas formas de produzirem. Assim funcionava com os imigrantes japoneses.

Aqui todo mundo se ajudava. Quando um acabava de mexer na plantação já ia ajudar os outros principalmente os mais novos que tinham chegado a pouco tempo e não sabiam direito como mexer com a pimenta. Porque esses mais novos demoravam mais pra mexer com a terra, sabe? Aí sempre ia alguém ajudar nas plantações deles. (Informação Verbal⁶).

Torna-se fundamental para o desenvolvimento do APL o compromisso coletivo por parte dos atores, respaldados sempre por uma coordenação que reja as regras para que as relações de produção de bens e serviços e também para disseminar o conhecimento entre todos.

2.3 OS MOTIVOS QUE ORIGINARAM A EMIGRAÇÃO JAPONESA

Em 1929, no dia 24 de julho, partia da cidade de Kobe, no Japão, o primeiro navio que chegaria com os imigrantes japoneses pioneiros à Amazônia. O navio Montevideú Maru trazia 43 famílias, com um total de 189 pessoas. Este chegou no Rio de Janeiro, no dia 7 de setembro. Já no dia seguinte os imigrantes japoneses embarcaram no navio Manila Maru, que chegou em Belém no dia 16 de setembro. Após desembarcarem em Belém, seguiram viagem no barco Tefé até onde hoje se encontra, o município de Tomé-Açu, chegando no dia 22 de setembro. Nessa data dava-se início o processo de colonização japonesa na Amazônia.

A chegada dos japoneses no Brasil e posteriormente na Amazônia não foi um acontecimento isolado ou que se deu ao acaso. A vinda desses imigrantes foi resultado de uma atividade entre os dois países (Brasil e Japão), que visava em comum acordo a política de imigração. O Brasil precisava de mão-de-obra para que houvesse o desenvolvimento na Amazônia e o Japão necessitava emigrar parte da sua população devido ao excesso de camponeses que estavam vivendo em condições precárias.

Entre os anos de 1640 e 1868, o regime político no Japão era o xogunato, em que o comandante supremo era denominado de xogum. Este regime político era militar e governado pelo clã Tokugawa com uma natureza ditatorial. Com uma política de defesa e de confinamento dentro do país, o clã Tokugawa conseguiu fechar as fronteiras e obter

⁶ Hajime Yamada. Entrevista concedida ao autor em 21 de setembro de 2008.

autonomia total e a tranqüilidade necessária para governar o Japão em um regime feudal sem interferências externas. Com a evolução galopante da revolução industrial, na primeira metade do século XIX, o poderio militar não era o suficiente para manter as influências ocidentais fora do território japonês tornando-os vulneráveis as ações do capitalismo. Após assinado o primeiro tratado com uma grande potência, os Estados Unidos, o xogunato começou a entrar em uma crise financeira, pois houve forte pressão por parte das outras grandes potências que estavam em busca do mercado Oriental, para que o Japão abrisse o seu território ao capitalismo do Ocidente. Esses tratados eram parciais, sendo favoráveis as grandes potências, já que o Japão estava fechado, os seus governantes não tinham o conhecimento necessário para exigir melhores condições. Juntando esse fator com a grande habilidade que os governantes ocidentais tinham para negociar os tratados fizeram com que o xogunato perdesse a sua credibilidade, o que começou a gerar resistências dentro do país.

A assinatura desses “tratados desiguais” com as potências do Ocidente (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Rússia, França e Holanda), entre 1859 e 1866, funcionou como um golpe de misericórdia sobre o regime Tokugawa. [...] O xogunato, se demonstrou incapaz de fazer valer sua autoridade sobre alguns daimios, demonstrava ainda uma desenvoltura ineficiente para liderar as negociações com os ocidentais, defendendo bases vantajosas para o Japão. O direito da extraterritorialidade para os cidadãos ocidentais e o limite máximo de 5% para as taxas alfandegárias cobradas sobre as importações foram algumas medidas adotadas que enfraqueceram a autoridade do governo japonês (CURY, 2006, p. 138).

A crise dentro do xogunato estava instalada. Outros clãs, resistentes a esta ditadura militar, incentivaram a volta das ações imperiais. Essa pressão levou a renúncia do xogum e o Japão voltava às suas tradições com a volta do Imperador ao comando do país. Começava então a Era Meiji em 1868, com idéias inovadoras, o que significou o fim do feudalismo no Japão e o início de sua modernização.

Os primeiros objetivos do novo governo japonês foi centralizar o poder e formar uma economia industrial. Para que esses objetivos fossem alcançados, o governo teria que ser extremamente autoritário. E assim foi. A primeira medida realizada pelo governo Meiji foi a reforma tributária. O governo assegurou a propriedade privada das terras, fazendo com que os pequenos camponeses, que não podiam pagar os altos impostos cobrados, ficassem às margens do desenvolvimento proposto pela Era Meiji, agravando a situação da população japonesa que era bastante numerosa na época. Assim, as propriedades se concentraram nas

mãos dos latifundiários que aumentaram a escala da produção e grande parte do excedente adquirido na produção agrícola era destinado à industrialização. Mas a pressão social aumentou (CURY, 2006).

A situação se tornou desfavorável para os pequenos agricultores no Japão. O processo de modernização proposto pelos governantes japoneses da Era Meiji começou, em um primeiro momento, com uma política que funcionava de forma contrária ao fim do xogunato, pois não abria espaços à captação de recursos estrangeiros. Essa modernização se deu apenas com recursos internos que aumentaram com a reforma tributária. Isso fez com que a vida dos camponeses piorasse significativamente (SANO, 1989).

Devido a esse motivo, houve um aumento de mão-de-obra excedente, pois vários camponeses e pequenos proprietários pararam de produzir, e tiveram que vender seus serviços. A Era Meiji encontrou na emigração a saída para que os problemas populacionais do Japão fossem sanados, aliviando os problemas de tensões sociais que o país passava na época. Já no primeiro ano da Era Meiji, ocorreu a primeira leva de imigrantes com destino à Honolulu no Haváí para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar.

No século XIX, tanto as cidades como a zona rural tinham grandes números de indigentes e pedintes. Este quadro não se alterou na Era Meiji. A grande quantidade de indigentes foi o que motivou a emigração no Japão (CASTRO, 1979, p. 24).

O momento no Japão era o de modernização devido à imposição ao favorecimento pró-ocidental, característico do imperador Meiji. Assim veio a “Revolução Meiji”, fazendo que o Japão passasse de uma sociedade praticamente feudal, de base agrícola, para uma sociedade industrial e mercantilista. Isso acentuou os problemas para os proprietários rurais e com a falta de recursos básicos como a alimentação, as condições de vida pioraram e a pressão demográfica aumentava cada vez mais (HOMMA, 1998).

... não foi à toa que os primeiros contingentes de imigrantes tenham sido recrutados entre desempregados e indigentes espalhados pelas cidades japonesas, sendo suas saídas estimuladas pelo governo, diminuindo a pobreza e a população (SANO, 1989, p.23).

Assim, durante praticamente todos os últimos 30 anos do século XIX o governo japonês incentivou a emigração, que foi agravada com as guerras sino-japonesas (1894-1895)

e russo-japonesas (1904-1905). Após essas guerras, o Japão via agravada a crise da agricultura, tendo que dar maior ênfase à sua política expansionista.

2.4 UMA BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE AS GUERRAS SINO-JAPONESA E RUSSO-JAPONESA

A guerra sino-japonesa foi um conflito entre Japão e China, no período de 1894-1895, motivada pelo controle da Coréia. Japão e China disputavam a influência na região. O Japão chegou a mandar tropas à Taiwan, em 1874, mas por influência dos ingleses eles a retiraram. Depois, em 1879, os japoneses anexaram ao seu território as ilhas Ryukyu sob protesto chinês. O Japão então, se instala na Coréia, pois esta ocupava uma região estratégica e grandes reservas de minério de ferro. Desta maneira, o protesto chinês iria virar uma guerra (ANDO, 1976).

A guerra tem início em agosto de 1894 quando os chineses atacaram os barcos japoneses. O Japão responde com bombardeios à frota chinesa e invade também a Manchúria e a Província de Chang-Tung, tomando o porto Arthur e controlando todo o acesso - marítimo e terrestre - a Pequim. A paz é selada no ano de 1895 com o Tratado de Shimonoseki. A China teve que reconhecer a exploração coreana por parte do Japão, além de pagar uma indenização e fornecer territórios a este. O Japão, com a guerra sino-japonesa, passou a controlar o porto Arthur, no Sul da Manchúria e uma mediação conjunta entre Rússia, França e Alemanha tentou forçar o Japão a aceitar uma indenização em troca do porto referido (CROPMTON, 2005).

O Japão mantinha seu objetivo de exploração da Coréia e dependia do porto Arthur para as operações comerciais com o exterior, e a insistência por parte da Rússia levou à guerra russo-japonesa, com início em 1904, terminando logo no ano seguinte, em 1905.

As tropas russas se instalaram no porto Arthur e se estenderam por toda a Manchúria. Vários acordos diplomáticos foram tentados e nenhum obteve sucesso. Assim, o Japão com uma frota moderna para a época e um número maior de soldados bem treinados, expulsou os russos do porto com facilidade. Essa derrota russa contribuiu para agravar a crise russa e seu regime czarista e posteriormente serviu como um dos motivos para desencadear a Revolução Russa, em 1917 (ANDO, 1976).

Para que o Japão vencesse essas duas guerras, muitos investimentos foram destinados à elas, mesmo com este em uma posição social não muito boa. Após essas guerras houve uma intensificação na política de emigração por parte do governo japonês.

2.5 CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DO JAPÃO ANTES DA CHEGADA DOS IMIGRANTES JAPONESES À AMAZÔNIA

Após as duas guerras vencidas pelo Japão, a situação da população piorou. O governo japonês destinou cifras significativas às guerras para que o Japão saísse como vencedor. A política voltada para educação era tido como o maior trunfo da Era Meiji, com o fim de tornar a mão-de-obra especializada para trabalhar nas novas indústrias, teve sua intensidade diminuída durante as guerras, e assim a concentração urbana que já era alta devido ao êxodo rural, aumentou com a mudança dos destinos dos investimentos, fazendo com que grande parte da população que em 1914 era de aproximadamente 55 milhões, vivesse em uma situação de bem-estar extremamente baixo, pois a pressão demográfica que já era grande agravou-se após as guerras mencionadas na seção anterior (BUENO, 2006).

O Japão estava, sim, em plena expansão da sua industrialização, várias indústrias importantes começaram a se desenvolver durante a Era Meiji. Incentivadas por esta, Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo e Yasuda, representavam a grande indústria japonesa, funcionando com a mais alta tecnologia (CURY, 2006). Um contraste de situações, assim como foi, principalmente em seu início, a revolução industrial na Inglaterra. O desemprego era alto, os produtos agrícolas atingiram um ponto crítico, houve acúmulo de riqueza nas mãos dos capitalistas

Os recursos do Japão atingiram o limite e a política de emigração, que não havia parado, voltava a ser intensificada. Após a morte do Imperador Meiji, em 1912, assume o imperador Taishô que continua firmemente, com a política de migração, expulsando a pobreza do Japão, diminuindo os possíveis custos em infra-estrutura e ainda recebendo quantias de alguns imigrantes que mandavam divisas de volta para os familiares que ficaram no Japão, incentivando estes a também migrarem à outros países (BUENO, 2006).

2.6 A CHEGADA DOS IMIGRANTES JAPONESES NA AMAZÔNIA

A intensificação da política de emigração japonesa devido as guerras se juntou a proibição de japoneses entrarem no Havai devido a anexação desta ilha aos Estados Unidos em 1900 e à *Quota Immigration Act* que proibiu a emigração em 1907 para a Austrália e em 1904 ao próprio Estados Unidos (HOMMA, 1998), fazendo com que o Japão procurasse outros territórios para que sua política de emigração continuasse em vigor.

Na Constituição brasileira de 1891 havia uma prerrogativa que dava aos estados o direito de legislar com respeito à imigração e colonização. A relação entre Brasil e Japão já era muito boa devido ao Tratado da Amizade assinado em 1895, o que foi importante para colocar o Brasil como um ponto de imigração (HOMMA, 2007).

Os japoneses passaram a dar início ao processo de entendimento com o Brasil para que a imigração fosse viabilizada.

Em 18 de junho de 1908, o navio Kasato Maru aportou em Santos, depois de uma viagem de 52 dias, vindo do porto de Kobe, com 165 famílias e 781 pessoas. Dava-se então início a imigração japonesa no Brasil (NOGUEIRA, 1984).

Houve um impacto muito grande quando os japoneses chegaram ao Brasil. Os brasileiros, sem ter convívio algum com os japoneses, já haviam formado um preconceito contra estes, que eram chamados de “negros amarelos”. Este preconceito era baseado basicamente no misticismo, sem razões fundamentadas, pois não houve conflitos entre Brasil e Japão antes desta imigração.

As negociações para a vinda dos japoneses ao Brasil se deram por empresas privadas tanto do Japão como do Brasil. Os primeiros imigrantes japoneses no Brasil foram alocados em fazendas de café no interior de São Paulo. Esses imigrantes puderam ver que tudo o que foi prometido tanto pelas agências de imigração japonesa – era um negócio muito lucrativo no Japão e ainda havia incentivos do governo – quanto pelos contratantes brasileiros era muito diferente da realidade brasileira. Muitas das moradias oferecidas aos japoneses eram as antigas senzalas, onde ficavam os negros na época da escravidão no Brasil. Outro problema encontrado pelos primeiros imigrantes japoneses foi a alimentação. Os brasileiros não cultivavam verduras, e assim, em poucos meses vários imigrantes morreram de subnutrição ou doenças. As dificuldades de comunicação com o fazendeiro devido a diferença de idioma e de cultura geravam desentendimentos constantes.

Os imigrantes foram explorados e empurrados ao trabalho, vivendo na miséria em condições sub-humanas. Das 781 pessoas que chegaram em junho de 1808 no Kasato Maru, restaram nas fazendas brasileiras apenas 359 pessoas, contadas em dezembro do mesmo ano. A alocação de imigrantes japoneses na fazenda de café obteve pouco sucesso, e as empresas de imigração japonesa começaram a adquirir grandes terrenos cobertos por mata virgem e começaram a trazer os imigrantes japoneses para se tornarem produtores agrícolas. A primeira colônia foi em Cafelândia, interior de São Paulo, e neste local os colonos se organizaram de forma independente, conforme a cultura japonesa. Ações associativistas começaram a surgir para que os japoneses conseguissem assegurar a sua sobrevivência, e a educação dos filhos

também passou a ser executada em escolas rurais com ensino em japonês. Assim começou a ajuda mútua entre os imigrantes japoneses no Brasil (HANDA, 1987).

Não demorou muito e a primeira cooperativa formada por japoneses foi fundada em Uberaba, Minas Gerais, sendo chamada de “Syndicato Agrícola Nipo-Brasileiro”. Esta não ficou muito tempo ativa, mas inspirou muitas outras iniciativas de cooperativas similares a esta. A mais importante delas foi a CAC (Coopertaiva Agrícola de Cotia), fundada oficialmente em 1927. A CAC começou com 83 fundadores e cresceu muito, se tornando a maior entidade cooperativista da América do Sul. Em 1988, possuía 16.309 associados e um patrimônio avaliado em mais de 59 milhões de dólares.

Com as ações cooperativistas, o crescimento das colônias japonesas aconteceu rapidamente. Bastos e Tietê foram municípios fundados por japoneses, em 1928, que trabalhavam no café. Iguape e Registro, no litoral Sul de São Paulo, cresceram respectivamente com produção agrícola de banana e chá, tendo iniciado a colonização nesses dois municípios em 1917. Fora de São Paulo destacaram-se as colônias de Londrina, no Paraná, e Anápolis, Goiás que investiram na plantação de café, prejudicada pela quebra da Bolsa de Nova York em 1929, além da colônia de Tomé-Açu na Amazônia que ocorreu por meio de várias negociações que destacaremos agora (HANDA, 1987).

Em 1915, Kinroku Awazu (1893-1979), veio ao Brasil para estudar as possibilidades de se promover uma colônia japonesa na Amazônia. E assim, com o processo de emigração sendo cada vez mais incentivado pelo governo japonês, começaram a aparecer as Companhias de Imigração. Estas empresas eram privadas, porém subsidiadas pelo governo japonês e tinham o objetivo de negociar com países contratantes de mão-de-obra. Por meio de uma dessas companhias deu-se início às negociações entre o governo japonês e o governo do Pará.

Em 1925, o governador do Pará, Dionísio Bentes, recebeu os enviados da Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha (Kanebo), indústria de tecidos no Japão, Yasuhei Ashizawa e Hideo Nakano, do Ministério das Relações Exteriores no Japão, com uma carta do embaixador Hichita Tatsuki demonstrando o interesse dos japoneses em colonizar a Amazônia (HOMMA, 1998 p.4).

Neste encontro o governador Dionísio Bentes ofereceu aos japoneses as terras situadas às margens dos rios Capim, Moju e Acará. Em 28 de maio de 1925 chegaram em Belém oito técnicos japoneses chefiados por Hachiro Fukuhara para avaliar as terras e decidirem em que iriam iniciar o processo de colonização. Os japoneses deram uma preferência maior às terras situadas às margens dos rios Acará e Moju, devido a profundidade

desses rios, o que facilitava a navegação, única via de transporte até Belém na época (CAMTA, 1969).

Em 11 de agosto de 1928, Sanji Muto, então presidente da Kanebo, fundou, com um capital inicial de Y\$10.000.000,00 (US\$4.756.000,00), a Nambei Takushoku Kabushiki Kaisha (Companhia Nipônica de Plantações no Brasil S/A), ficando conhecida como Nantaku, uma espécie de filial da Kanebo, uma vez que a Nantaku tinha como objetivo se desenvolver no Brasil, esta precisava de uma razão social brasileira (TSUNODA, 1988). Tinha por finalidade:

Colonização ultramarina; venda e compra de terras; administração de terras adquiridas; e realização de atividades comerciais relacionadas aos núcleos de colonização (CAMTA, 1969 p.8).

Em 13 de novembro de 1928 o governo do Pará concedeu para Hachiro Fukuhara 600 mil hectares de terra em Acará, 400 mil hectares em Monte Alegre e 3 lotes de 10 mil hectares em Marabá. Em 1º de junho de 1929 a Nantaku - que tinha como presidente Hachiro Fukuhara - começou a preparar essas terras para os primeiros imigrantes japoneses que chegaram onde hoje está situado o município de Tomé-Açu em 22 de setembro de 1929.



Figuras 1 e 2 - Hachiro Fukuhara e seu busto na entrada da sede da CAMTA.
Fonte: HOMMA (2008)



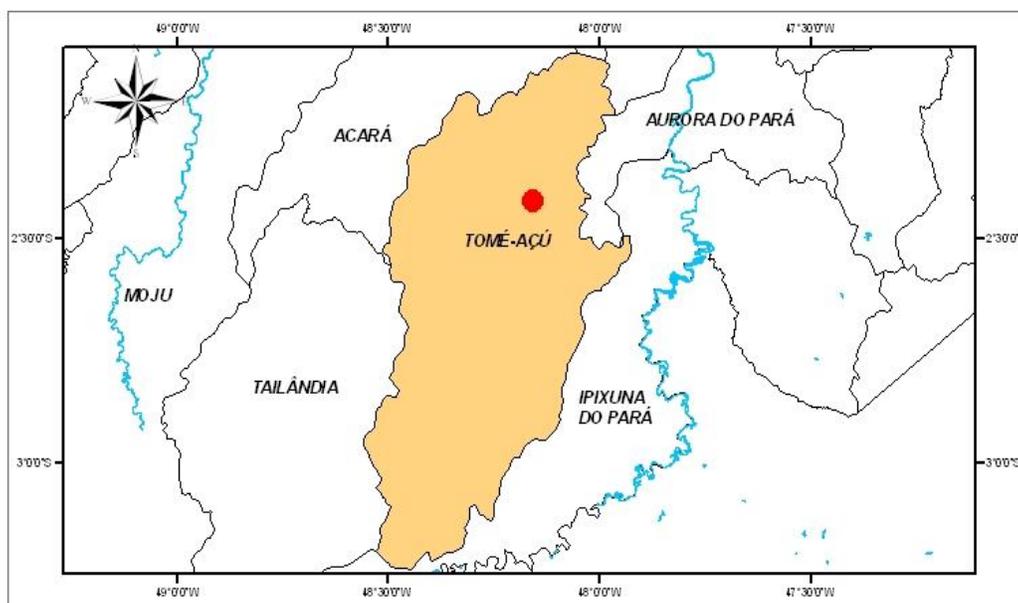
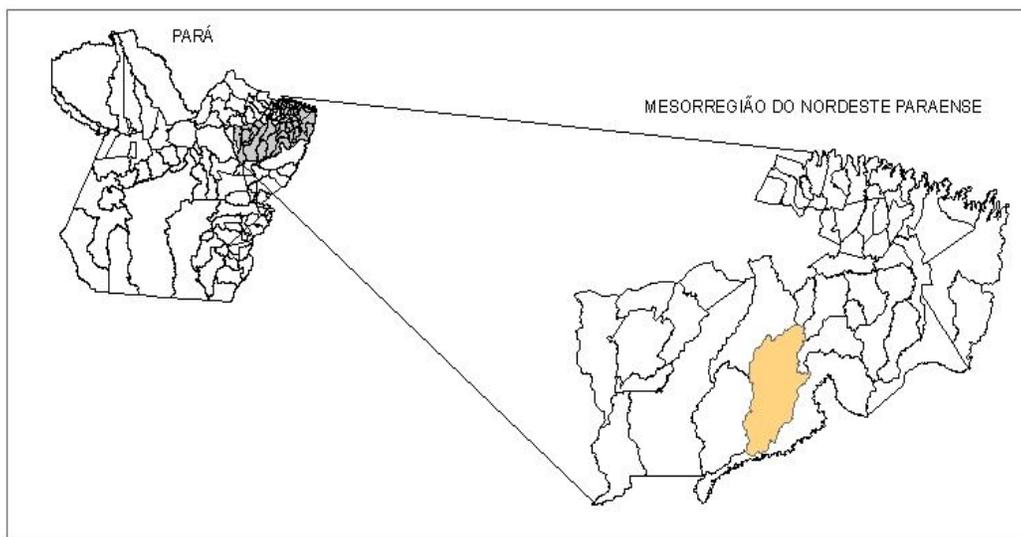
Figuras 3 e 4 - Sanji Muto e seu busto na entrada da Associação Cultural de Tomé-Açu.
Fonte: HOMMA (2008)

Tomé-Açu está localizado na mesorregião do nordeste paraense como mostra o mapa 3.

Quando os primeiros imigrantes japoneses chegaram em Tomé-Açu - que ainda pertencia ao município do Acará - encontraram muito trabalho à fazer. Tiveram que labutar bastante para desmatar, construir e plantar. Era o que esses primeiros imigrantes faziam sem folga alguma. As condições eram extremamente precárias.

[...] no começo pelo que eu me lembro a gente trabalhava muito, não tinha um domingo pra gente descansar né, não podia parar porque tinha muita coisa pra fazer aqui, tinha que plantar, cuidar da terra porque senão a gente podia perder tudo o que tinha feito de trabalho, então a gente não podia ficar parado né..., não podia. (YAMADA, 2008).

Em dezembro de 1929 chegou a segunda leva de imigrantes. O entusiasmo com a nova terra era grande e a idéia de abundância atraía cada vez mais emigrantes à virem para a Amazônia. Logo depois veio a terceira leva. O contingente populacional da colônia foi aumentando. As condições econômicas não eram favoráveis, a ponto de todos que vieram no quarto navio, voltassem ao Japão.



LEGENDA



Escala

1:1.350.000

30 15 0 30 Kilometers



Elaboração: Laena/Naea/Ufpa
 Armando Wilson T. Júnior
 Tabilla V. S. Leite
 Fonte: Adaptado IBGE
 Data: 22/04/2009

Mapa 3 – Localização do Município de Tomé-Açu.
 Fonte: Adaptado IBGE.

[...]as vinte famílias da quarta leva acabaram deixando na história da imigração japonesa no Brasil o único caso registrado de debandada total. O que viram em Acará os inquietou, e todos se decidiram pela saída imediata sem mesmo tocar no material fornecido pela Companhia. (TSUNODA, 1988, p. 35).

O retorno destes imigrantes japoneses ocorreu devido ao estado penoso em que se encontrava a colônia. Além das condições econômicas desfavoráveis, a malária fazia muitas vítimas e o número de óbitos se elevava a cada instante, sendo que nos primeiros quatro anos foram 51 falecimentos.

[...] Ih! Aqui a malária matava muita gente. Teve uma semana que morreu três. Eu me lembro bem, tinha 5 anos. Primeiro foi o vizinho aqui do lado [o Sr. Hajime Yamada reside no mesmo lugar destinado à sua família quando esta chegou em Tomé-Açu], depois foi o meu irmão. Esses dois morreram um num dia e outro no outro e depois de três dias morreu o filho do vizinho da frente [...](Informação Verbal⁷).

Mesmo com este estado precário os imigrantes não paravam de chegar. Foram 21 viagens ao todo, trazendo 362 famílias, no período de 1929 até 1937.

As terras em Marabá foram tomadas de volta pelo governo paraense, pois, segundo este, não foi cumprido o contrato por parte dos japoneses e em Monte Alegre a colônia não progrediu e virou abrigo para receber imigrantes nordestinos.

2.7 O COOPERATIVISMO COMO SAÍDA PARA SANAR OS PROBLEMAS E ALCANÇAR A ESTABILIDADE

A Nantaku tinha como objetivo a produção de cacau, pois o consumo mundial deste produto era grande e a produção, em igual escala, era pequena. Como a carência do cacau era de cerca de 3 anos, outra cultura foi designada pela Nantaku para que os colonos pudessem trabalhar e obterem alguma renda. A cultura do arroz foi a sugerida pela Nantaku, fazendo com que esta também pudesse servir como subsistência para a colônia.

Junto com o arroz, os colonos japoneses plantavam hortaliças para o seu próprio consumo, alimentos que já faziam parte da alimentação nipônica na época. Os imigrantes passaram cada vez mais a plantar hortaliças, pois a lavoura cacaueira não obteve o sucesso

⁷ IDEM p.51

que a Nantaku esperava, e vários outros experimentos realizados por esta como: mandioca, extração de fibras e produção de açúcar, seguiam os mesmos rumos do cacau. Diante da necessidade imediata, os japoneses tomaram a decisão de produzirem para sua subsistência. Tomate, pimentão, berinjela, pepino, e principalmente o nabo - os imigrantes japoneses eram chamados de “nabo” pelos belenenses, quando passaram a vender as hortaliças na capital - foram algumas das hortaliças plantadas por estes primeiros imigrantes.

Após dois anos da chegada dos primeiros japoneses em Tomé-Açu, todos estavam produzindo juntos os mesmos produtos, em meio de diversas dificuldades, foi então fundada a Cooperativa de Hortaliças, em 1931 (ABE, 1959). A diretoria era composta por: Konesuke Takada (presidente), Toshio Sugae (tesoureiro) e Tatsunosuke Murakami (encarregado de vendas). Os japoneses então recorreram ao cooperativismo, sistema econômico que já era conhecido em seu país de origem.

A Cooperativa de Hortaliças abriu em Belém um depósito para fornecer às famílias paraenses os seus produtos. A primeira dificuldade encontrada foi a alta perecibilidade dos produtos, pois muitos estragavam durante a viagem e eram jogados no rio. Outra dificuldade era o transporte que era fluvial, feito pelo barco Antonina I, pertencente a Nantaku. O tempo de viagem era de 12 horas na ida para Belém e de 18 horas retornando da capital paraense para Tomé-Açu (HOMMA, 2007).

Mas a principal dificuldade que os imigrantes japoneses encontraram, foi o fato dos paraenses não possuírem o costume de consumir hortaliças. Somente as pessoas que pertenciam à classe alta é que consumiam legumes e verduras. As pessoas de classe mais baixa nunca haviam consumido ou nem mesmo visto tais produtos. A missão de introduzir aos poucos esse tipo de alimento no cardápio e no gosto dos paraenses era muito difícil.

Tatsunosuke Murakami, o responsável pelas vendas, enfrentando o problema dos baixos consumos, teria que aumentar as vendas para poder obter uma maior receita, tornando-as suficientes para os colonos. E assim foi feito.

[...] a venda somente na banca era insuficiente, e Murakami, lembrando-se então dos vendedores ambulantes da sua terra, contratou vinte vendedores brasileiros, que acrescentaram uma nota nova às ruas de Belém. (TSUNODA, 1988, p. 40).



Figura 5 - Barco Antonina I
Fonte: CAMTA...(2009)

A partir desta iniciativa, gradativamente a procura foi aumentando e também aos poucos a produção começava a se expandir. Já no segundo ano, o saldo da Cooperativa de Hortaliças foi positivo (ABE, 1959).

Com o tempo as hortaliças passaram a ser freqüentes na mesa dos paraenses e houve até aluguel de refrigeradores para que aumentasse a conservação das hortaliças e diminuísse a quantidade de produtos estragados.

Mesmo com o aumento das vendas, o preço dos produtos era muito baixo se comparado com as despesas necessárias de primeira necessidade que os japoneses tinham que comprar, ainda mais porque os navios com novos imigrantes não paravam de chegar, aumentando a demanda desses produtos.

A colônia passava por dificuldades em detrimento do que se vendia que era muito barato e o que se comprava era muito caro. A população ia aumentando e foi se tornando naturalmente impraticável a vida num ambiente totalmente inexplorado. Não havia sido ainda descoberto de modo definitivo, uma cultura agrícola capaz de trazer uma estabilidade à vida. Não havia condição para o auto-empresendimento dos colonos por causa das condições precárias, principalmente sanitárias [...] e para agravar ainda mais a situação, a Companhia (Nantaku) começou a visar lucros imediatos direcionando o interesse mais para o comércio do que para administração da colônia (ABE, 1959, p. 8).

Com a pressão da Nantaku aumentando, e somando isso as condições dos colonos, a relação entre as duas partes que antes era de grande expectativa, passou a ser tensa e com perigo de ruptura.

A primeira controvérsia entre as partes ocorreu devido ao baixo preço do arroz no mercado. A rizicultura gerava pouco lucro aos colonos e a Nantaku exigia 30%, constado em contrato, de toda a produção dos colonos. Estes exigiram a revogação, ameaçando não colher o arroz até que a Nantaku abrisse mão desta cláusula. Esse primeiro incidente foi chamado de “o dissídio dos trinta por cento” (TSUNODA, 1988).

Outro problema entre os colonos e a Companhia Nantaku foi a baixa da produtividade das culturas agrícolas. Não se encontrava nenhuma cultura economicamente viável à região. O cacau fracassou, assim como os experimentos feitos com outras frutas nas estações agrícolas. Nesse contexto, e com o fim da cláusula dos 30%, a Nantaku se viu sem recursos para manter a colônia e passou a solicitar ajuda da empresa matriz, a Kanebo, pois o empreendimento encontrava-se estagnado.

Em 1933, Makinosuke Ussui, coordenador do 13º grupo de imigrantes que veio para Tomé-Açu, trouxe 20 mudas de pimenta-do-reino de Singapura. O navio teve que parar neste país devido ao falecimento de uma senhora que estava no navio que trazia os japoneses para o Brasil (CAMTA, 2009).



Figura 6 - Makinosuke Ussui.
Fonte: HOMMA (2008)

Com os constantes pedidos da Nantaku, a Kanebo mandou o Sr. Mojuro Iguchi realizar um novo estudo na colônia, avaliando-a com o intuito de encontrar soluções para o desenvolvimento da mesma. O resultado do estudo não poderia ser mais objetivo:

O Sr. Iguchi realizou o estudo sobre a gestão da colônia e de imediato contactou os colonos em busca de diálogo para que se chegasse a alguma conclusão. O resultado do estudo foi apresentado no dia 3 de abril de 1935. O Sr. Iguchi constatou que deveria haver uma drástica redução no empreendimento, consistindo em desativação da fazenda agrícola com mais de um mil hectares, abolição do sistema de colonato e fechamento das estações experimentais agrícolas (ABE, 1959, p. 9).

As três medidas colocadas pelo Sr. Iguchi eram de extrema importância para os colonos, que se reuniram em assembléia e apontaram o presidente da Nantaku, Hachiro Fukuhara, como sendo o responsável pelo atraso em que a colônia se encontrava, e que este deveria arcar com recursos próprios para custear a eliminação da crise (HOMMA, 1998). Fukuhara assumiu a responsabilidade:

Devido a erros de administração no passado assumo inteira responsabilidade pela situação caótica atual dos senhores... e, conforme a exigência dos senhores, colocarei à disposição a maior parcela que puder de minhas posses, e me retirarei...(TSUNODA apud FUKUHARA, 1988, p.57).

Hachiro Fukuhara se retirou do cargo e voltou para o Japão. A Nantaku ficou com o sistema de navegação, importação de artigos para vender aos colonos, escolas e hospital que foram construídos com o recurso da empresa. O sistema de colonato foi abandonado e tudo ficou a cargo dos colonos. A situação que já não era boa foi agravada. O êxodo de colonos passou a ser constante. Após 5 anos de dificuldades e condições precárias, boa parte dos japoneses começaram a abandonar Tomé-Açu. De 1935 a 1942 cerca de 1600 pessoas deixaram o Pará, a maioria indo se fixar em São Paulo. Das 362 famílias que chegaram nesses 7 anos 288 abandonaram o Vale do Acará, permanecendo apenas 98 famílias.

2.8 A REORGANIZAÇÃO DOS COLONOS

Diante desses acontecimentos a Cooperativa de Hortaliças foi acumulando tempo e os colonos experiência diante desse sistema econômico formando uma base para o

desenvolvimento do cooperativismo na colônia, já que agora a colônia passara a ter autonomia na produção.

Os colonos acrescentaram o arroz - que era só plantado para a subsistência - aos produtos comercializados pela cooperativa, que com a nova ordem de produção autônoma passava a se chamar Cooperativa Agrícola do Acará. Esta nascera com 3 objetivos : “ auto-administração efetiva da comunidade; redução de despesas ou austeridade econômica; e fortalecimento do cooperativismo.” (KATO, 1994 p.35)

Constata-se que o foco era o trabalho associativo, em que todos tinham que cooperar com todos. Esta nova cooperativa surgiu diante da necessidade dos colonos que permaneceram na colônia, de procurar desenvolvê-la e assim melhorar as suas condições de vida.

Kato (1994) afirma que a permanência dessas 98 famílias pode ser explicada por questões culturais. No que se refere às questões materiais o autor aponta para a falta de estrutura para a família e a falta de capital como os problemas mais importantes enfrentados pelas famílias que ficaram na colônia. As questões culturais abrangem também a paciência e a palavra dada, com o comprometimento do desenvolvimento da colônia.

Assim, a cooperativa passou a ser o centro da comunidade, todos trabalhavam voltados para aumentar a produção em perfeita harmonia, buscando a estabilização econômica. Procuravam sempre a venda e a compra nas condições mais vantajosas possíveis, pois agora tinham total autonomia para isso, o que corrobora a ocorrência dos princípios cooperativos analisados no capítulo 1 (CAMTA, 1954).

Já nessa época a pimenta-do-reino estava sendo cultivada em caráter experimental por alguns colonos, pois agora a busca por outras culturas ficara a cargo dos colonos. Mesmo sem haver um melhora significativa na renda dos colonos, o desenvolvimento da cooperativa ocorria dentro da normalidade e o reflexo era visto nas estruturas de produção, fazendo com que os associados acreditassem cada vez mais no auxílio mútuo como uma forma de vencer os obstáculos.

A cooperativa Agrícola do Acará perdurou por sete anos, de 1935 a 1942, quando a cooperativa fora confiscada pelo governo brasileiro devido a Segunda Guerra Mundial. Os 7 anos de existência da Cooperativa Agrícola do Acará foram marcados pela modernização do sistema agrário e uma maior organização da estrutura, e, principalmente, pelo espírito cooperativista incorporado pelos colonos que acreditavam que o cooperativismo poderia ser a solução para a colônia.

2.9 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A COLÔNIA JAPONESA EM TOMÉ-AÇU.

A Segunda Guerra Mundial foi o maior conflito da história da humanidade. Envolveu 72 países e foi travada em todos os continentes, direta ou indiretamente. Esta guerra foi travada por dois grupos chamados de Eixo e Aliados. Alemanha, Itália e Japão formavam os países do Eixo que acreditavam que com o expansionismo e a anexação de diferentes territórios, poderiam alcançar a condição de potências hegemônicas (CROMPTON, 2005).

Vários motivos foram criados para se justificar a invasão por parte desses países. Para invadir a Polônia, o governo nazista (alemão) adotou um discurso de que a raça pura, a ariana, deveria prevalecer sobre as outras, e tendo a Polônia um grande contingente de judeus, começou a perseguição destes, um anti-semitismo sem justificativa que ocasionou uma limpeza étnica que quase acabou com os judeus na Europa. Essa chacina ficou conhecida como Holocausto.

Com a Polônia sendo invadida, Inglaterra e França entraram na guerra em defesa do país invadido. Dava-se com isso, o início da guerra. Em 1941, a então União Soviética entrou na guerra devido a ataques alemães. Depois foi a vez dos EUA, que sofreu ataques aéreos dos japoneses em sua base naval de Pearl Harbor. Assim estava composta a força dos Aliados, que começou a ser montada com a Inglaterra e França, e depois somou-se a estes a União Soviética e os EUA (CROMPTON, 2005).

O Brasil entrou na guerra em 2 de agosto de 1942, adicionando suas forças à base dos Aliados. O Brasil possuía bases aéreas e navais na costa do Atlântico, e quando os EUA entraram na guerra passaram a utilizar essas bases com o propósito de apoio para ataque aos campos de batalhas africanos e asiáticos. Assim, os alemães perceberam que a neutralidade dos brasileiros não era real, e começaram a bombardear os navios mercantes brasileiros e o Brasil entrou para guerra apoiando os Aliados (BUESCU, 1976).

Com a entrada do Brasil na guerra, os japoneses passaram a ser inimigos e isso afetou diretamente a colônia dos imigrantes japoneses em Tomé-Açu. Com o Brasil e Japão em lados opostos na Segunda Guerra Mundial, os japoneses resistentes na Amazônia foram tratados como inimigos. Não só os japoneses sofreram, alemães e italianos - nacionalidade dos países do Eixo - também foram atingidos. Os bens pertencentes às pessoas destas nacionalidades foram confiscados assim como os documentos, sendo alguns queimados. Estes imigrantes passaram dificuldades, pois os brasileiros se negavam a vender-lhes produtos de primeira necessidade.

A situação piorou quando um navio mercante brasileiro foi afundado por um submarino alemão. A hostilidade do povo paraense aumentou. Casas e comércios pertencentes a imigrantes que vieram dos países do Eixo foram invadidas, incendiadas e até derrubadas. Os imigrantes chegaram a ser apedrejados e passaram a correr risco de morte dia após dia (ABE, 1959).

O governo federal então com o argumento de que iria proteger os imigrantes, confinou os japoneses e outros poucos alemães e italianos em Tomé-Açu, mas não sem antes tomar posse da Cooperativa Agrícola do Acará. Esta passou a se chamar Colônia Estadual de Tomé-Açu (CETA). Os imigrantes eram restringidos a fornecer e a receber mercadorias. Era um “campo de concentração”⁸ disfarçado, pois Tomé-Açu era cercado por densas florestas e o único acesso a Belém era pelo rio Acará.

Com o confisco da cooperativa, os imigrantes japoneses, que estavam conseguindo melhorar um pouco as suas condições, testemunharam a cooperativa ser administrada por funcionários não comprometidos com a empresa, e assim sendo, esta ficou praticamente estagnada. A CETA era a responsável pela aquisição dos produtos de primeira necessidade dos imigrantes e pela venda dos produtos da cooperativa à população belenense. No transporte para a execução das vendas e compras, não havia cuidado algum com as hortaliças, estragando-as, e assim o montante da venda era diminuído, e a condição de vida dos colonos começou a piorar novamente.

Neste contexto, alguns poucos colonos compraram as últimas mudas de pimenta-do-reino que restavam no campo experimental, o que aumentou um pouco a renda desses imigrantes (KATO, 1994). Entre os dias 6 e 9 de agosto de 1945, houve os bombardeamentos em Hiroshima e Nagasaki. O Japão se rendia e era o fim do conflito mais sangrento que a humanidade já viu, que terminou com 50 milhões de mortos e 30 milhões de mutilados (CROMPTON, 2005).

Anunciada a chegada da paz, os colonos que viveram um período cheio de restrições, em que não podiam nem conversar, foram liberados para poderem sair da colônia. A Cooperativa agrícola do Acará ainda estava em posse do governo, que intermediava as transações. Os produtos produzidos pelos colonos eram vendidos por um valor muito baixo e as mercadorias trazidas para a colônia tinham um valor elevado.

⁸ Campo de concentração foi o nome dado as áreas onde os alemães confinavam, torturavam e matavam os judeus.

[...] a CETA constituía um obstáculo para o desenvolvimento da colônia, que estagnada vivia a marcar passos, e era urgente a tomada de medida para libertá-la da administração da CETA e recuperar a autogestão sobre a venda de produtos e compras de mercadorias, fazendo a entidade voltar a caminhar por si próprio como antes (ABE, 1959, p.11).

Com esse objetivo, dezessete jovens⁹, da colônia se reuniram, em novembro de 1945, e criaram a organização denominada “Noumin Doshi Kai” ou União dos lavradores. Na primeira reunião da união dos Lavradores foi determinado as diretrizes desta nova empreitada dos imigrantes japoneses:

Permitir ingresso de novos associados; melhorar o processo de circulação de dinheiro; promover negociação com a CETA; melhorar a finança da cooperativa mediante a separação entre as seções de venda e de compra; estudar a possibilidade de construir um meio de transporte próprio motorizado para a cooperativa (ABE, 1959 p. 16).

O primeiro trabalho feito pelos colonos foi em prol do transporte. A CETA, ainda um órgão pertencente ao governo, fazia o transporte dos produtos da colônia, não satisfazendo o gosto dos colonos, o que impedia o aumento da renda e o desenvolvimento das plantações (CAMTA, 1969). Assim, os lavradores decidiram construir um barco, mas entre esses dezessete lavradores, não havia ninguém que tivesse tido nenhum tipo de experiência com a construção naval. Ficou decidido então que Keishi Nagano, carpinteiro, iria chefiar a construção e o desenhista seria outro membro da União dos Lavradores, Katsumasa Takahashi. Todos os membros participaram da construção do barco que ficou pronto em 7 meses, pesando 18 toneladas. Este era movido por um motor velho de um caminhão desativado. Foi batizado como Universal I (ABE, 1959).

No dia 18 de fevereiro de 1946, o Universal I, comandado pelos dezessete lavradores fizeram a primeira viagem à Belém. Este acontecimento foi muito comemorado pela União dos Lavradores.

O fato impulsionou estes lavradores para uma nova missão: a de negociar o fim da intervenção estatal na cooperativa e de readquiri-la a favor dos colonos. A negociação foi difícil, havendo diversas conversas para o convencimento das pessoas que comandavam a

⁹ Katsuhiro Seki; Shiro Toda; Tadao Sato; Katsumasa Takahashi; Kowashi Sawada; Satoshi Sawada; Fukashi Sawada; Keishi Nagano; Tooru Ikeda; Teruo Sawada; Yoshiharo Nagano; Ilideo Shibata; Torao Hidaka; Hiromu Murakami; Akio Shibata; Noburo Abe e Kozo Fujihashi (CAMTA, 2009 p. 21).

CETA, mas a paciência e a insistência dos colonos acabou por viabilizar a recuperação da cooperativa. Assim, os problemas foram se resolvendo. O transporte já era feito pela União dos lavradores, recuperou-se a autonomia na compra e venda de produtos e de materiais, a colônia por inteira apoiava as ações dos lavradores passando-lhes coragem, credibilidade e confiança (ABE, 1959).



Figura 7 - Barco Universal I
Fonte: Relatos..., (2009)

Assim, com a recuperação da cooperativa os colonos assumiram responsabilidades que antes eram da Nantaku e depois do governo estadual. Várias atividades deveriam ser executadas pela cooperativa, como: manutenção e abertura de vias de escoamento da produção, saúde, educação, entre tantos outros serviços internos que favoreceriam os cooperados (KATO, 1994).

Em 30 de junho de 1946, foi feita uma reunião que tinha como assunto principal de sua pauta a oficialização e o reconhecimento da cooperativa administrada pelos japoneses. Era a reconciliação com o cooperativismo, consolidando o associativismo como o princípio centralizador para a nova investida destes imigrantes.

Esta idéia de ter uma cooperativa oficialmente reconhecida nasceu justamente porque, tanto a Cooperativa de Hortaliças como a Cooperativa Agrícola do Acará eram uma sociedade comunitária de fato, mas sem nenhuma proteção constitucional ou legal do governo brasileiro (CAMTA, 2009, p.29).

A idéia de uma cooperativa registrada formal e legalmente amadurecia entre os colonos, mas os poucos recursos que estes detinham os impediam de concretizar essa idéia. Em 1946 e 1947 a pimenta-do-reino começava a se destacar na produção estando abaixo apenas do arroz e das hortaliças. Em 1947, a produção do arroz estava no valor de Cr\$322.697,00. A produção de hortaliças alcançava a quantia de Cr\$105.279,00. Até 1946, só aparecia nos relatórios da cooperativa os itens arroz, hortaliças e outros. A pimenta-do-reino apareceu no relatório de 1947, e sua produção obteve a importância de Cr\$55.066,00 (CAMTA, 2009). Antes de 1947 a pimenta-do-reino sempre era encaixada no item “outros”, mas com a devastação dos pimentais ocasionada pela Segunda Guerra Mundial nos países que eram os maiores produtores de pimenta-do-reino – Malásia, Indonésia e Índia – o preço desta iguaria teve um aumento de 2000% , o que serviu de incentivo para os colonos japoneses cultivarem essa iguaria.

No final da guerra em 1945, a pimenta-do-reino passou a despontar como uma cultura realmente promissora quando o quilo desse produto subiu de 5 mil réis para 100 mil réis em 1946, isto foi o sinal de largada para a produção de pimenta-do-reino no Estado do Pará (HOMMA, 1998, p. 69).

Os colonos passaram a ter uma maior prosperidade por meio da pipericultura. Já em 1947, a pimenta-do-reino plantada no Pará representava 10% da produção mundial e era a terceira maior produção do mundo. Essa iguaria chegou a ser chamada de “diamante negro” da Amazônia, e assim os colonos conseguiram os recursos para a oficialização da cooperativa.

3 A PIPERICULTURA E A FUNDAÇÃO DA CAMTA

No início do século XV os italianos de Gênova e Veneza dominavam o comércio entre a Europa e a Ásia. O Oriente produzia muitos itens de consumo dos europeus, principalmente as especiarias como o cravo, gengibre, canela e a pimenta-do-reino eram algumas dessas especiarias. Estas saíam da Ásia para Constantinopla e Alexandria e depois eram destinadas às cidades italianas citadas anteriormente. Esse comércio prejudicava os interesses de portugueses e espanhóis, pois comercialmente estes sempre tinham um intermediário, e dificilmente conseguiriam negociar diretamente com os fornecedores. Para que isso fosse possível, teriam que entrar em guerra com os italianos e assim poderiam navegar pelo mar Mediterrâneo sem maiores problemas (SILVA, 1990).

Para os portugueses era necessário se estender comercialmente. Então começou a expansão marítima de Portugal. Em 1498 fazendo uma rota marítima inovadora, Vasco da Gama seguiu por todo o litoral africano, contornando o Cabo da Boa Esperança e chegou a Calicute na Índia. Assim, os portugueses se livraram do monopólio comercial dos italianos e poderiam adquirir diretamente as especiarias. O comércio de especiarias na época era o mais rentável do mundo, sendo assim, o país que tivesse acesso a essa mercadoria poderia obter uma acumulação maior, aumentando também o seu poderio de desenvolvimento (SILVA, 1990).

Antes da chegada de Vasco da Gama em Calicute, seis anos antes em 1492, Cristóvão Colombo, um italiano, genovês, a serviço da coroa espanhola, tentou chegar na Índia sempre navegando em direção ao Ocidente e assim descobriu a América. Em 1500, a coroa portuguesa saiu em navegação para as Índias a comando de Pedro Alvarez Cabral, e antes de chegar no seu destino, chegou ao Brasil.

A pimenta-do-reino juntamente com as outras especiarias está intimamente ligada com os processos de descobrimento do Brasil e da América.

3.1 A IMPORTÂNCIA DA PIMENTA-DO-REINO ATÉ A FORMAÇÃO DA CAMTA.

Com a devastação das maiores plantações de pimentas-do-reino ocasionadas pela guerra, o preço dessa piperácea aumentou consideravelmente e os imigrantes japoneses da colônia de Tomé-Açu começaram a plantar a iguaria que gerava lucros substanciais. Essa investida dos imigrantes japoneses na pipericultura acabou determinando um grande poder de

acumulação por parte desses imigrantes, e esse lucro que foi reinvestido nos pimentais foi multiplicado, aumentando o poder aquisitivo dos imigrantes japoneses de uma forma rápida e em uma quantidade monetária absoluta muito grande (KEYNES, 1982).

Esse poder de acumulação era alavancado conforme a quantidade de imigrantes adeptos da pipericultura aumentava. Quanto maiores eram as vendas, maiores eram as quantidades de pimentas-do-reino plantadas pelos colonos, sempre trabalhando juntos em busca de uma melhor condição de vida. O efeito multiplicador fez com que os colonos conseguissem capital suficiente para viabilizar a cooperativa.

Os colonos, que recuperaram o poder de compra e venda, transporte e a logística necessária para chegar aos consumidores de Belém, conseguiram em pouco mais de dois anos, quantidade suficiente de capital para legalizar os trabalhos associativos que começaram com a Cooperativa de Hortaliças, passando pela Cooperativa Agrícola do Acará e enfim pela União dos Lavradores.

Todos os trabalhos em grupos que os imigrantes japoneses fizeram desde quando chegaram na Amazônia em 1929, seria reconhecido, e começava assim o maior e mais eficiente Arranjo Produtivo Local (APL) da Amazônia.

3.2 A FUNDAÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ-AÇU (CAMTA).

Com os recursos obtidos pelos colonos japoneses por meio da pimenta-do-reino, juntamente com a autonomia de compra e venda, transporte e produção adquiridas por estes, a idéia da fundação de uma cooperativa oficialmente reconhecida pelos órgãos legislativos brasileiros se tornava perfeitamente viável.

As cooperativas legalizadas tinham proteção do Estado e gozavam de direitos assegurados em leis, e assim os colonos poderiam obter uma maior seguridade para o seu desenvolvimento. Todas as outras cooperativas anteriores deixaram de usufruir as vantagens que eram permitidas às cooperativas oficialmente reconhecidas.

A colônia inteira se uniu para poder se desenvolver e sair do estado arcaico em que se encontrava. Passaram a projetar o futuro nas inúmeras reuniões que passaram a fazer para discutir quais seriam as melhores decisões a serem tomadas (CAMTA, 2009). As providências para oficializar a cooperativa foram executadas com arrojo, pois a pimenta-do-reino estava se destacando no mercado cada vez mais, proporcionando todos os recursos necessários para os colonos colocarem em prática os seus objetivos.

Nesse cenário, o consenso geral da colônia se inclinava para a centralização e da unificação em torno da cooperativa, e cada vez mais se consolidava esta consciência da União. Os agricultores, através da autonomia com seus produtos passaram a obter uma renda maior o que fazia com que outros entendessem o espírito de uma associação (CAMTA, 2009 p.30).

Com tanta prosperidade, em 30 de setembro de 1949, foi fundada, dentro dos termos legais, a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), dando início a uma nova etapa na colonização japonesa na Amazônia (CAMTA, 1954).

Com a legalização da cooperativa, a CAMTA, poderia usufruir de todos os incentivos e benefícios que eram oferecidos pelo governo, fazendo com que a colônia fosse impulsionada de forma mais rápida para o progresso.

3.3 PIMENTA-DO-REINO: DA ASCENSÃO À QUEDA.

No fim da década de 40 a pimenta-do-reino começou a dar sinais de grande rentabilidade. A Segunda Guerra Mundial que trouxe grandes complicações para a colônia japonesa como já visto na seção 2.7, fez com que fossem devastados os campos de plantações de pimenta-do-reino dos maiores produtores do mundo desta iguaria para plantarem comida que serviriam para os soldados japoneses. A produção de pimenta-do-reino antes da guerra era de 93 mil toneladas, após a guerra essa produção passou a ser de 70 mil toneladas. A produção mundial diminuiu e o preço começou a aumentar .

O preço da pimenta-do-reino entre os anos de 1945 e 1952 não parou de subir. Em 1945, o preço da tonelada da pimenta-do-reino era de US\$220,00, já em 1948 o preço da mesma tonelada era de US\$1.368,40, aumentando mais de 500% nesse período. O preço da pimenta-do-reino, continuou aumentando a galope. Em 1949 a tonelada custava US\$2.334,20 e em 1950 US\$3.247,60. Começava aqui a estabilizar o preço da pimenta-do-reino, mas este ainda ia sempre aumentando, não com a velocidade e intensidade dos anos anteriores, mas sempre havia um acréscimo no valor do preço da tonelada de pimenta-do-reino. Em 1952, o preço da tonelada desta iguaria era de US\$3.381,40 (HOMMA, 2007).

Havia pouca oferta de pimenta-do-reino em escala mundial, o preço desta iguaria aumentou consideravelmente. Em apenas sete anos o preço da pimenta-do-reino aumentou de US\$220,00 para US\$3.381,40. Em dólares esse aumento chegou em torno de 1500%. Sendo considerável e repentino. Os cooperados da CAMTA praticamente abandonaram as outras

culturas e passaram a plantar a pimenta-do-reino em grande número. A CAMTA passava a operar em sistema de monocultura, pois a piperácea indiana começava a dar lucros muito altos. O número de cooperados aumentava assim como o número de pimenteiras.

Com esses números, a CAMTA passava a ser uma cooperativa de pimenta-do-reino. A pipericultura era o que gerava desenvolvimento e renda para os cooperados. Em 1955, a produção brasileira já conseguia atender totalmente a demanda interna. No ano seguinte, o governo federal concedeu a CAMTA uma autorização para a exportação da pimenta-do-reino. A primeira exportação teve como destinos a Argentina e os EUA (CAMTA,1971).

Essa foi a fase de progresso da colônia: a fase do “diamante negro” da Amazônia.

A casa dos japoneses plantadores dessa cultura (pipericultura), de acordo com o grau de dependência e da capacidade de plantio, assumiram evoluções partindo de casas cobertas de cavaco, para casas de madeira com cobertura de telha e, enfim, casas de alvenaria[...]. Como símbolo maior de ostentação possuíam veículos, automóveis de luxo estacionados nas residências e percorrendo as estradas rurais entre os plantios de pimenta (HOMMA, 2007, p. 105 - 106).

Tabela 6 – Número de cooperados e de pés de pimenta-do-reino e produção na Colônia de Tomé-Açu - PA, no período de 1947-1960.

| Ano | Cooperados | Nº de Pimenteiras | Produção (Kg) |
|------|------------|-------------------|---------------|
| 1947 | 58 | 30.550 | 21.065 |
| 1948 | 53 | 48.450 | 38.361 |
| 1949 | 59 | 65.490 | 69.338 |
| 1950 | 61 | 104.700 | 80.000 |
| 1951 | 62 | 176.375 | 294.016 |
| 1952 | 65 | 253.555 | 465.332 |
| 1953 | 78 | 332.655 | 650.000 |
| 1954 | 78 | 443.893 | 800.000 |
| 1955 | 103 | 564.453 | 890.000 |
| 1956 | 103 | 670.443 | 1.200.000 |
| 1957 | 103 | 767.230 | 1.800.000 |
| 1958 | 176 | 820.665 | 2.300.000 |
| 1959 | 186 | 916.500 | 2.300.000 |
| 1960 | 219 | 1.193.800 | 2.368.000 |

Fonte: HOMMA, 2007

Havia um forte ufanismo entre os colonos. A pimenta-do-reino trouxe uma quantia considerável aos colonos. Estes passaram a gastá-lo sem pensar em economizar, isso devido também a inflação galopante da época.

Nas festas não havia “presentes” era só dinheiro. Tudo era dinheiro. Um dando dinheiro pro outro. Quando um filho de alguém saía para estudar fora todos davam dinheiro ao menino de presente, não se dava outra coisa a não ser dinheiro [...] (Informação Verbal¹⁰).

A prosperidade na colônia ia aumentando cada vez mais e no dia 1 de setembro de 1949, já com uma autonomia econômica concreta, Tomé-Açu se emancipa da cidade de Acará, sendo elevada ao “status” de município. Acará arrecadava uma grande parte de sua receita por meio da produção de pimenta-do-reino em Tomé-Açu, e neste, então distrito, estradas, saúde e educação eram precários e a dificuldade de ir até a sede de Acará requerer algum documento também colaborou para essa emancipação. (SEPOF, 2008).

Assim, com o “boom” da pimenta-do-reino, o dinheiro gerado por esta cultura, não foi destinado somente para o luxo dos cooperados. A CAMTA passava a ter outras preocupações. Esta juntamente com cooperados de diferentes localizações dentro da colônia, passavam a investir mais em educação além de saúde e transporte. Os filhos passaram a não mais trabalhar na lavoura e a maioria desta geração foi estudar em Belém (KATO, 1994).

O lucro também foi destinado a aprimorar a produção de pimenta-do-reino. Houve grandes compras de maquinaria agrícola e de fertilizantes (HOMMA, 1998). “Era comum a chegada de tratores e materiais agrícolas vindo de São Paulo e trazidos por barcos até a colônia” (KATO, 1994 p. 33).

Desta maneira a colônia caminhava cada vez mais forte para a monocultura, com grande aumento da produção e da renda, sendo todos os insumos comprados dedicados à pipericultura.

Na tabela 7, vemos como o aumento do número de cooperados foi significativo. Não houve nenhuma diminuição do número de cooperados de um ano para o outro. Os valores dos produtos oscilam entre os anos de 1952 e 1958, mas chegou a um valor considerável em 1966.

O período de prosperidade da colônia foi de 1947 até 1968. Neste último ano, deu-se uma forte recuperação dos concorrentes asiáticos. Houve uma superprodução na Indonésia fazendo com que o preço da pimenta-do-reino caísse de US\$750,00 para US\$470,00 em um

¹⁰ IDEM p. 51

Tabela 7 – Valor da produção de pimenta-do-reino entre 1947-1966.

| Ano | Valor da Produção (Cr\$) |
|------|--------------------------|
| 1947 | 55.066 |
| 1948 | 358.880 |
| 1949 | 1.484.678 |
| 1950 | 6.266.052 |
| 1951 | 8.232.514 |
| 1952 | 20.350.078 |
| 1953 | 43.817.210 |
| 1954 | 26.714.676 |
| 1955 | 107.672.575 |
| 1956 | 88.275.413 |
| 1957 | 102.544.678 |
| 1958 | 57.201.148 |
| 1959 | 154.976.788 |
| 1960 | 326.289.463 |
| 1961 | 521.161.272 |
| 1962 | 464.214.586 |
| 1963 | 909.011.879 |
| 1964 | 2.097.696.909 |
| 1965 | 3.105.970.429 |
| 1966 | 6.375.671.089 |

Fonte: CAMTA, 1971

mesmo ano (1968) (CAMTA, 1971). A monocultura começava a mostrar sua fragilidade aos imigrantes japoneses, logo os cooperados começaram a sentir dificuldades em manter lucrativa a produção de pimenta-do-reino.

Para agravar ainda mais a situação o *fusarium* passou a atacar os pimentais. A fusariose, como passou a ser conhecida esta doença, reduz de imediato a vida útil do pé de pimenta-do-reino, com isso os cooperados passaram a ter pimentais de várias idades para tentar combater a doença (UNE, 1988).

A violenta expansão da fusariose, a partir do fim da década de 60, fez com que os pimentais fossem reduzidos a praticamente à produção de subsistência (HOMMA, 1998).

A combinação da queda do preço com a fusariose arruinou as plantações de pimenta-do-reino da colônia, mostrando que a necessidade de diversificação da produção era evidente. A perspectiva de agravamento da situação e a falta de uma política que protegesse a pipericultura, fizeram com que ao pipericultores e trabalhadores rurais comessem a explorar a policultura.

A Secretaria de Agricultura do Pará passou a incentivar a cacauicultura e a CAMTA passou a buscar sementes híbridas desta cultura na Bahia. Desta forma, o cacau passava a ganhar força na região.

3.3.1 A Ascensão da Pimenta-do-reino como Atração para a Imigração Pós-guerra.

A ascensão e a prosperidade que a pipericultura proporcionou aos cooperados da CAMTA atraiu vários imigrantes japoneses que vieram à Tomé-Açu para trabalhar em propriedades de colonos já instalados anteriormente. Estes estavam em polvorosa devido a alta da pimenta, com muito capital e bem sucedidos.

Os imigrantes que vieram para o Brasil na imigração pós-guerra eram diferentes dos imigrantes pré-guerra, mas estavam em situações parecidas. A maioria dos imigrantes eram ex-combatentes ou faziam parte do setor de serviços. O Japão depois da guerra passou por uma inflação galopante e estes imigrantes não viam nenhuma perspectiva em seu país e assim resolveram emigrar (HOMMA, 2007).

Em 3 de agosto de 1953 saía do porto de Kobe o primeiro navio imigrante pós-guerra com destino a Tomé-Açu, com 25 famílias (129 pessoas). Como vimos na última tabela o número de cooperados da CAMTA cresceu muito e isso se deu também devido a chegada dos imigrantes pós-guerra.

A colônia de Tomé-Açu até 1959 chegou a abrigar 450 famílias com 2.500 pessoas, imigrantes ou descendentes de imigrantes. Acrescentaram-se aos imigrantes pré e pós-guerra, devido a prosperidade da pimenta-do-reino, vários japoneses ou descendentes que foram para Tomé-Açu vindos das margens do Rio Amazonas, São Paulo e Maranhão (CAMTA, 1971).

3.3.2 A Necessidade da Diversificação

Com a queda do preço da pimenta-do-reino, a CAMTA já estimulava os cooperados a diversificarem a produção, não comprometendo assim, a sua renda com as flutuações do preço de mercado, e passou a enfatizá-la a seus cooperados. Com a chegada da fusariose, a diversificação se tornou extremamente necessária.

Noburo Sakaguchi, então diretor da CAMTA, propôs a cultura do cacau como uma alternativa e com vários incentivos estatais, o cacau começou a ter vários cooperados adquirindo-o para a plantação (CAMTA, 2009).

A Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), financiou um projeto para reestruturar a cultura da pimenta-do-reino, incentivar a cultura do cacau e fortalecer o plantio de outras culturas como o dendê, seringueira, maracujá entre outras, já visando a diversificação. A JICA liberou para esse projeto a verba de Y\$1.200.000,00 (CAMTA, 2009).

A diversificação evoluiu muito nos anos 80, indo além da pimenta-do-reino e do cacau, aumentando consideravelmente a quantidade de frutas tropicais cultivadas.

3.4 O PROCESSO DE INTRODUÇÃO DO CACAU APÓS A CRISE DA PIMENTA-DO-REINO.

Com a queda da pipericultura, o cacau começou a ganhar corpo nas plantações dos cooperados. Foi uma fase de transição, em que os pimentais teriam que dar um pouco de seu espaço ao cacau. As mudanças são complexas, pois misturam um pouco da peculiaridade da situação original com o incremento dos novos traços que está entrando na configuração de uma introdução de uma nova cultura, ou seja, um novo sistema de plantação.

Em Tomé-Açu, o processo de transição teve início com uma nova tentativa de produção do cacau. Com esta cultura voltando à produtividade na colônia, mudanças como o uso do tipo de solo e a forma de plantio teriam que ser efetuadas. A cacauicultura era uma necessidade para os cooperados que teriam que ter uma resposta devido a crise da pipericultura.

Assim, com a escolha da cooperativa feita a favor do cacau no começo dos anos 70, a Secretaria de Agricultura do Pará deu início ao Programa Inicial do Projeto Cacau (PIPC), e assim oficialmente passou a apoiar a cacauicultura no município de Tomé-Açu, que tentava se reestruturar após a crise da pimenta-do-reino (CAMTA, 2009).

Este programa determinava a ativação da cacauicultura em várzeas e ilhas, áreas de pimentais decadentes e áreas que são objeto de programas em desenvolvimento [...], o objetivo básico era recuperar economicamente áreas de pimentais em extinção não constituindo, por tanto, um programa específico de difusão do cacau no Pará, apenas a cacauicultura era umas das opções a pipericultura decadente (COMISSÃO..., 1980, p. 4 - 5).

Com a criação do Programa de Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional (PROCACAU), por parte do governo federal, houve definitivamente a seguridade

do cultivo do cacau em Tomé-Açu. A policultura começava a aparecer nas plantações dos agricultores de Tomé-Açu.

Os cooperados da CAMTA, não abriram mão do cultivo da pimenta-do-reino por completo, mas cederam um pouco do espaço em que estavam plantados os pimentais para o executar o cultivo do cacau.

Vê-se na tabela 8 o processo de transição por qual passou a agricultura em Tomé-Açu. Percebe-se que a área colhida de pimenta-do-reino permanece estável, e isso ocorre devido ao cultivo consorciado¹¹. Observa-se também que há uma queda brusca na quantidade produzida da piperácea, assim como uma alta considerável na quantidade produzida e nas áreas plantadas de cacau.

A lavoura de cacau estava se expandindo, tendo aumentado sua produção no período de 1980-1982 em mais de 400%, enquanto a pimenta-do-reino reduziu sua produção em 40%, os pimentais foram sendo gradativamente desativados e substituídos, como mostra a tabela 9.

Tabela 8 – Produção da pimenta-do-reino e do cacau em Tomé-Açu – 1973-1982.

| Ano | Quantidade Produzida (T) | | Área Colhida (Ha) | |
|------|--------------------------|-------|-------------------|-------|
| | Pimenta | Cacau | Pimenta | Cacau |
| 1973 | 12.288 | — | 2.560 | — |
| 1974 | 12.294 | 43 | 2.560 | 180 |
| 1975 | 9.072 | 229 | 1.890 | 342 |
| 1976 | 6.952 | 587 | 2.028 | 978 |
| 1977 | 9.083 | 587 | 2.028 | 978 |
| 1978 | 10.000 | 310 | 2.490 | 913 |
| 1979 | 5.600 | 375 | 2.500 | 683 |
| 1980 | 6.048 | 957 | 2.700 | 897 |
| 1981 | 2.999 | 1.907 | 1.800 | 3.051 |
| 1982 | 3.665 | 3.020 | 2.200 | 4.000 |

Fonte: GCEA-PA ; FIBGE (1985)

Vemos um total de área cultivada das duas culturas, cacau e pimenta-do-reino, respectivamente de 420,2ha e 159,3ha. Apenas 6 das 42 propriedades tem plantação de pimenta-do-reino maior que a do cacau (14,2% das propriedades da tabela), sendo que há 9

¹¹ Plantio de mais de uma cultura na mesma plantação.

Tabela 9 – Área plantada com cacau e pimenta-do-reino em 42 propriedades de Tomé-Açu em 1982.

| Nº das Propriedades | Cacau (Ha) | Pimenta-do-reino (Ha) |
|---------------------|--------------|-----------------------|
| 1 | 10,0 | 2,0 |
| 2 | 9,5 | 2,0 |
| 3 | 13,0 | 5,0 |
| 4 | 12,0 | 2,0 |
| 5 | 6,0 | 2,0 |
| 6 | 4,5 | 2,5 |
| 7 | 5,0 | 6,0 |
| 8 | 10,0 | 4,0 |
| 9 | 10,0 | 2,0 |
| 10 | 8,0 | 6,0 |
| 11 | 10,0 | — |
| 12 | 3,0 | 4,0 |
| 13 | 8,0 | 3,0 |
| 14 | 16,0 | 1,0 |
| 15 | 30,0 | 10,0 |
| 16 | 20,0 | — |
| 17 | 10,0 | — |
| 18 | 3,0 | 0,8 |
| 19 | 3,5 | — |
| 20 | 18,0 | 3,0 |
| 21 | 4,7 | — |
| 22 | 13,5 | 10,0 |
| 23 | 25,0 | 25,0 |
| 24 | 2,0 | 1,0 |
| 25 | 29,0 | 11,0 |
| 26 | 20,0 | 14,0 |
| 27 | 7,0 | 3,5 |
| 28 | 29,0 | 5,0 |
| 29 | 4,5 | — |
| 30 | 15,0 | 1,0 |
| 31 | 10,0 | 10,0 |
| 32 | 20,0 | — |
| 33 | 4,0 | 1,5 |
| 34 | 2,5 | 4,0 |
| 35 | 0,5 | — |
| 36 | 3,0 | 8,0 |
| 37 | 7,0 | 3,0 |
| 38 | 3,0 | 1,0 |
| 39 | 8,0 | 2,0 |
| 40 | 0,5 | — |
| 41 | 1,5 | 2,0 |
| 42 | 1,0 | 2,0 |
| Total | 420,2 | 159,3 |

Fonte: CAMTA (1983); SANTOS (1989).

propriedades só com plantio de cacau (21,4% das propriedades da tabela) e nenhuma com plantio somente de pimenta-do-reino.

O cacau ajudou a CAMTA a recuperar um pouco das suas forças, mantendo a preço estável, mas os rendimentos eram baixos ou ainda deficitários.

3.5 A COOPERATIVA DE TELEFONIA E ELETRECIDADE.

A década de 80 foi a da tentativa da recuperação para os cooperados da CAMTA. Todos estavam lutando por uma reconstrução e o lema adotado pelos cooperados foi : “ A reconstrução depende da autoconsciência de cada um” (CAMTA, 2009). Nessa década houve uma fusão operacional com a fábrica de sucos da Associação de Fomento Agrícola de Tomé-Açu (ASFATA).

Em meio a esses acontecimentos, houve a elaboração de um projeto que levaria eletricidade à zona rural. A JICA disponibilizou US\$3.600.000,00 para a execução desse projeto. Houve a tentativa de recorrer também a recursos brasileiros, mas a Companhia Elétrica do Pará (CELPA) não pode colaborar financeiramente. Ainda assim, o governo do Estado colaborou com US\$100.000,00, que foram destinados às obras de telefonia (CAMTA, 2009).

O projeto foi executado, com uma rede tronco de 80Km e as vicinais com 50 Km. Havia cerca de 180 sub estações, atendendo quase 200 famílias. Assim nascia a Cooperativa de Eletrificação e Telefonia Rural da Região Geoeconômica de Tomé-Açu (COERTA) em 1989.

Para o funcionamento da eletrificação, a rede tronco deveria ser doada à CELPA, pois se esta não tivesse a posse da rede principal, a eletrificação não poderia ocorrer. Como todos queriam a execução do projeto, assim foi feito, e a rede tronco foi doada à CELPA (Informação Verbal¹²).

Com a CELPA obtendo os direitos sobre a rede tronco, esta teria que pagar 28% de imposto, cerca de US\$1.400.000,00. Os seus diretores decidiram transformar sua posse em ações para que esses impostos não fossem cobrados. Essas ações foram avaliadas como D¹³ e foram repassadas para a COERTA.

¹² Francisco Sakaguchi. Entrevista concedida ao autor em 16 de outubro de 2009.

¹³ As ações são avaliadas de acordo com seu risco e nomeadas como: A, B, C, D e E, sendo que as ações A têm o menor risco e as ações E o maior risco.

Nesse momento a CAMTA estava com problemas. Mesmo com a administração da fábrica de sucos que foi transferida da ASFATA para a CAMTA, os rendimentos eram baixos até que em 1995 e 1996 houve prejuízos como mostram as tabelas 10 e 11.

Tabela 10 – Demonstração de Resultado da CAMTA - Exercício 1995

| CAMTA Geral | Valores em R\$ | |
|--|---------------------|--------------------|
| | Receitas e Despesas | Resultado |
| Discriminações | | |
| Vendas de Produtos Agrícolas | 1.536.533,55 | |
| (-) Custo de Produtos Agrícolas | 1.184.813,35 | 351.720,20 |
| Venda de Sucos | 1.474.119,48 | |
| (-) Custo de Sucos Vendidos | 1.111.806,56 | 362.312,92 |
| Fornecimento de Mercadorias e Serviços | 1.466.810,51 | |
| (-) Custo de Mercadorias Vendidas | 878.464,56 | 588.345,95 |
| Resultado com Trans. de Prod. Agrícolas | (+) | 30.100,00 |
| Resultado com Trans. de Sucos | (+) | 45.756,08 |
| (-) Deduções da Rec. Bruta (ICMS, PIS, COFINS) | (-) | 223.470,86 |
| Despesas Operacionais | (-) | 1.157.432,19 |
| Receita Financeira | 69.191,56 | |
| Despesa Financeira | 146.588,24 | (77.396,68) |
| Resultado líquido do Ano | TOTAL | (80.064,58) |
| Perdas do exercício de 1995 | (80.064,58) | |

Fonte: Relatório da Diretoria – Exercício 1995 (1996)

Em 1995 houve um prejuízo de R\$80.064,58. O número de cooperados esse ano era de 133.

Tabela 11 – Demonstração de Resultados da CAMTA – Exercício 1996

| CAMTA Geral | Valores em R\$ | |
|--|---------------------|--------------------|
| | Receitas e Despesas | Resultado |
| Discriminações | | |
| Vendas de Produtos Agrícolas | 1.227.825,00 | |
| (-) Custo de Produtos Agrícolas | 949.510,00 | 278.315,00 |
| Venda de Sucos | 2.150.638,45 | |
| (-) Custo de Sucos Vendidos | 1.566.673,40 | 583.965,05 |
| Fornecimento de Mercadorias e Serviços | 951.182,88 | |
| (-) Custo de Mercadorias Vendidas | 569.858,20 | 381.324,68 |
| Resultado com Trans. de Sucos | (+) | 82,09 |
| (-) Deduções da Rec. Bruta (ICMS, PIS, COFINS) | (-) | 230.633,83 |
| Despesas Operacionais | (-) | 893.258,77 |
| Receita Financeira | 30.352,19 | |
| (-)Despesa Financeira | 182.475,26 | (152.123,07) |
| Resultado Líquido Operacional | Sub-Total | (32.328,85) |
| Resultado com Venda do Imobilizado | (+) | 150,00 |
| RESULTADO LÍQUIDO GERAL DO ANO DE 1996 | | (32.178,85) |

Fonte: Relatório da Diretoria – Exercício 1996 (1997)

Em 1996 o prejuízo foi de R\$32.328,85. E o número de cooperados já era de 118.

Com esse contexto, passou a ganhar força a idéia de dissolução da empresa. Em busca de uma verticalização foi proposto pela nova diretoria da CAMTA, que assumiu em 1997, a fusão das cooperativas - CAMTA e COERTA - e das associações - ASFATA e Associação Cultural de Tomé-Açu - com a idéia de que os custos iriam diminuir e assim facilitaria o investimento, melhorando a estrutura em prol dos cooperados. Essa idéia não foi aceita, assim como a nova diretoria não aceitou a dissolução da CAMTA. As associações se fundiram e as cooperativas passaram a funcionar em parceria, a COERTA, que estava bem financeiramente, financiava os recursos de que a CAMTA necessitava para se manter. Não houve a fusão de imediato entre as duas cooperativas porque a CAMTA não estava bem e poderia atrapalhar o desenvolvimento da COERTA (SAKAGUCHI, 2009). Assim sendo, já em 1997 a CAMTA obteve um saldo positivo em sua receita.

Tabela 12 – Demonstração de Resultado da CAMTA – Exercício 1997

| CAMTA Geral | Valores em R\$ | |
|---|----------------------------|------------------|
| Discriminações | Receitas e Despesas | Resultado |
| Vendas de Produtos Agrícolas | 847.290,00 | |
| (-) Custo de Produtos Agrícolas | 662.180,00 | 185.110,00 |
| Venda de Sucos | 1.552.400,79 | |
| (-) Custo de Sucos Vendidos | 1.216.425,58 | 335.975,21 |
| Fornecimento de Mercadorias e Serviços | 146.688,30 | |
| (-) Custo de Mercadorias Vendidas | — | 146.688,30 |
| (-) Deduções da Rec. Bruta (ICMS, PIS, COFINS) | (-) | 156.724,84 |
| Despesas Operacionais | (-) | 470.008,21 |
| Receita Financeira | 27.246,82 | |
| (-)Despesa Financeira | 96.960,42 | -69.713,60 |
| Resultado Líquido Operacional | Sub-Total | -28.673,14 |
| Resultado com Venda do Imobilizado | (+) | 43.620,59 |
| RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA | | 14.947,45 |
| IMPOSTO DE RENDA SEM GANHO DE CAPITAL | | -10.905,15 |
| RESULTADO LÍQUIDO APÓS O I.R. DO ANO DE 1997 | | 4.042,30 |

Fonte: Relatório da Diretoria – Exercício 1997 (1998)

Houve um superávit pequeno de apenas R\$4.042,30. Mas já era um respiro e uma esperança para 109 cooperados que compunham a CAMTA naquele momento. Em 1998 a recuperação foi ainda maior. O superávit foi significativo. Foi maior que os prejuízos absolutos somados de 1995 e 1996.

Tabela 13 – Demonstração de Resultados da CAMTA – Exercício 1998

| CAMTA Geral | Valores em R\$ | |
|---|----------------------------|-------------------|
| | Receitas e Despesas | Resultado |
| Discriminações | | |
| Vendas de Produtos Agrícolas | 2.006.788,00 | |
| (-) Custo de Produtos Agrícolas | 1.621.756,00 | 385.032,00 |
| Venda de Sucos | 2.444.836,43 | |
| (-) Custo de Sucos Vendidos | 1.710.575,60 | 734.260,83 |
| Fornecimento de Mercadorias e Serviços | 95.380,17 | |
| (-) Custo Sob Serviços | — | 95.380,17 |
| (-) Deduções da Rec. Bruta (ICMS) | (-) | -215.001,09 |
| (-) Despesas Operacionais | (-) | -662.481,43 |
| Receita Financeira | 18.663,59 | |
| (-) Despesa Financeira | 174.697,44 | -156.033,85 |
| Resultado Líquido Operacional | Sub-Total | 181.156,63 |
| Resultado com Venda do Imobilizado | (+) | 3.224,62 |
| RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA | | 184.381,25 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | -741,65 |
| RESULTADO LÍQUIDO APÓS O I.R. E ANTES DAS RESERVAS | | 183.639,60 |
| DISTRIBUIÇÃO/FUNDOS/CONF. ESTATUTO | | |
| 1-FATES (5%) | 9.181,98 | |
| 2-RESERVA LEGAL (10%) | 18.363,96 | 27.545,94 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 1998 | | 156.093,66 |

Fonte: Relatório da Diretoria – Exercício 1998 (1999)

A CAMTA começava a reagir, em meio as privatizações estabelecidas pelo governo federal na época. Com essa estratégia, adotada pelo governo federal, as ações da COERTA tiveram seu valor aumentado significativamente, pois era necessário ter uma quantia mínima de ações para poder concorrer aos leilões das empresas estatais que estavam sendo privatizadas. A COERTA fez um leilão com envelope fechado para poder vender as suas ações.

Nunca se viu tanto movimento aqui em Tomé-Açu, o aeroporto ficou cheio de aviões daqueles monomotor, a cidade tava infestada de caminhonetes e carros, era gente de todo lugar do Brasil. Não tinha hotel na cidade pra tanta gente (Informação Verbal¹⁴).

As ações foram vendidas pelo valor de US\$3.800.000,00, quase o valor de todo o investimento da cooperativa. Esse dinheiro foi todo investido na colônia e US\$1.400.000,00 foram destinados a ampliação e estruturação da fábrica de suco da CAMTA. A fruticultura começava a obter ainda mais força na produtividade de Tomé-Açu.

¹⁴ IDEM p. 82

3.6 O AVANÇO DA FRUTICULTURA

Com a ampliação da fábrica de sucos e a construção da câmara fria para manter os produtos estocados, a fruticultura passou a ser o “carro chefe” da cooperativa, sendo o açaí o produto mais vendido pela CAMTA. A pimenta-do-reino e o cacau (também a venda da polpa de cacau e não somente a venda da amêndoa) ainda geram cifras expressivas. As exportações de polpas de frutas congeladas passaram sempre a aumentar, principalmente após a capacidade de estocagem frigorífica. As tabelas 14 e 15 nos mostram a quantidade de variedades de polpas de frutas e os números de exportação destas.

Tabela 14 – Demonstrativo de Vendas de Polpas de Frutas em 2007.

| Produto | 2007/ R\$ | % de Vendas | Quantidade/Kg |
|------------------------|----------------------|--------------------|----------------------|
| Polpa Maracujá | 582.185,66 | 3,90961 | 163.422 |
| Polpa Acerola | 1.050.442,38 | 7,05415 | 429.170 |
| Geléia Cupuaçu | 3.246,35 | 0,0218 | 1.193 |
| Polpa Cupuaçu | 1.312.415,59 | 8,8134 | 364.139 |
| Polpa Açaí | 8.413.657,54 | 56,5011 | 1.637.632 |
| Geleada Cupuaçu | 3.811,90 | 0,0256 | 1.342 |
| Polpa Mix Açaí | 1.146,80 | 0,0077 | 238 |
| Polpa Açaí Mix Guaraná | 615.062,19 | 4,13039 | 100.978 |
| Geleada Goiaba | 3.834,05 | 0,02575 | 1.351 |
| Polpa Abacaxi | 449.495,56 | 3,01855 | 181.497 |
| Polpa Carambola | 41.917,19 | 0,28149 | 21.030 |
| Polpa Graviola | 562.202,22 | 3,77542 | 95.351 |
| Polpa Muruci | 133.413,48 | 0,89593 | 45.007 |
| Polpa Taperebá | 650.446,48 | 4,36801 | 159.226 |
| Polpa Caju | 297.883,34 | 2,00041 | 103.765 |
| Polpa Goiaba | 757.410,99 | 5,08632 | 245.531 |
| Camu-Camu | 930,8 | 0,00625 | 716 |
| Polpa Cacau | 7.812,03 | 0,05246 | 2.060 |
| Geléia de Maracujá | 3.442,50 | 0,02312 | 1.261 |
| Outros | 376 | 0,00252 | 130 |
| Total | 14.891.133,05 | 100 | 3.555.040,40 |

Fonte: Relatório da Diretoria (2008)

Percebe-se nesta tabela que há o início da produção de geléias de frutas. Esses produtos ainda estão em caráter experimental.

Tabela 15 – Demonstrativo de Exportação de Polpas em 2007.

| País | Kg. | R\$ | % Kg. | % R\$ |
|--------------|------------------|---------------------|--------------|--------------|
| Austrália | 21.906 | 59.538,26 | 1,5 | 0,77 |
| Japão | 592.658 | 3.302.725,06 | 40,65 | 42,84 |
| USA | 843.448 | 4.348.059,58 | 57,85 | 56,39 |
| Total | 1.458.012 | 7.710.322,90 | 100 | 100 |

Fonte: Relatório da Diretoria (2008).

Japão e EUA são os maiores importadores das polpas de frutas produzidas pela CAMTA. Há um início de exportações para a Austrália, que embora ainda seja pequeno mostra a busca de aumento de mercado por parte da cooperativa.

Nas tabelas 16 e 17 vemos que a importância da pimenta-do-reino e do cacau ainda são significativas.

Tabela 16 – Demonstrativos de Vendas de Produtos secos em 2007.

| Tipo | Quantidade/ Kg. | Valor/ R\$ |
|----------------|------------------------|---------------------|
| Pimenta Branca | 219.730 | 1.972.569,30 |
| Pimenta Preta | 193.952 | 1.224.672,00 |
| Cacau | 290.760 | 1.418.227,00 |
| Total | 704.442 | 4.615.468,30 |

Fonte: Relatório da Diretoria (2008)

Juntos, pimenta-do-reino e cacau foram responsáveis em 2007 por um total de vendas de R\$4.615.468,30, um valor extremamente expressivo para a Amazônia.

As exportações desses produtos também são destinadas ao Japão e EUA, assim como a polpa de frutas, mas os principais importadores dos produtos secos são Alemanha e Argentina.

Nessas tabelas vemos que apesar das baixas, a produção de pimenta-do-reino e do cacau não foi cessada, sendo que pode ser visto a importância dessas culturas em Tomé-Açu pelo grande número de instalações que executam o mercado paralelo desses produtos.

Tabela 17 – Demonstrativo de Exportação de Produtos Secos em 2007.

| País | Produto | Quant./Kg. | Total |
|--------------------|----------------|-------------------|---------------------|
| Alemanha | Pimenta Branca | 50.000 | 362.175,00 |
| | Pimenta Preta | 25.000 | 243.375,00 |
| Japão | Pimenta Preta | 20.000 | 129.210,00 |
| USA | Cacau | 15.000 | 76.590,00 |
| | Pimenta Preta | 25.000 | 176.625,00 |
| Argentina | Pimenta Preta | 73.000 | 433.755,00 |
| | Pimenta Branca | 179.500 | 1.615.750,00 |
| Total Geral | | 387.500 | 3.037.480,00 |

Fonte: Relatório da Diretoria (2008)

A CAMTA continua a tentar diversificar seus produtos e expandir o seu mercado para assim obter um maior valor agregado à sua produção. A industrialização dos produtos agrícolas passará a processar experimentalmente a extração de óleos vegetais advindos do cacau e do cupuaçu. O sistema agroflorestal consorciado desenvolvido pelos cooperados da CAMTA ao longo do tempo em Tomé-Açu atrai a atenção de várias partes do mundo e esse sistema faz com que essa cooperativa aumente a sua produção e desenvolva o seu entorno sempre em harmonia com a natureza.

4 AS CONTRIBUIÇÕES DA CAMTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE TOMÁ-AÇU.

4.1 AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DA CAMTA PARA O DESENVOLVIMENTO

Ao longo dos anos de sua existência, a CAMTA contribuiu para o desenvolvimento de Tomé-Açu, proporcionando melhores condições de vida não só para imigrantes japoneses e cooperados, mas também para a população deste município. Com o “boom” da pimenta-do-reino várias obras foram construídas, a partir de meados da década de 50, em prol da comunidade de Tomé-Açu.

Com os recursos da cooperativa, o Hospital Água Branca foi construído, contribuindo para que a saúde no município de Tomé-Açu melhorasse. Ainda com os recursos da cooperativa, foi montado um escritório, Companhia de Erradicação da Malária em Tomé-Açu (CEM-TA), para que se coordenasse o combate à malária, doença que, como mencionado no capítulo 2, foi a causa da morte de vários imigrantes japoneses. O CEM-TA, ficava encarregado das despesas de dedetização, de fornecer medicamentos e da distribuição de vacinas, sendo adquirido um jipe por meio de governo estadual para que todas essas ações fossem executadas e houve contratação de funcionários para que as atividades fossem intensificadas.

O Hospital foi repassado ao município de Tomé-Açu e o CEM-TA para o governo estadual. Hoje o hospital se tornou patrimônio tombado e é esperado que este seja restaurado e sirva à população como museu histórico da imigração japonesa em Tomé-Açu.

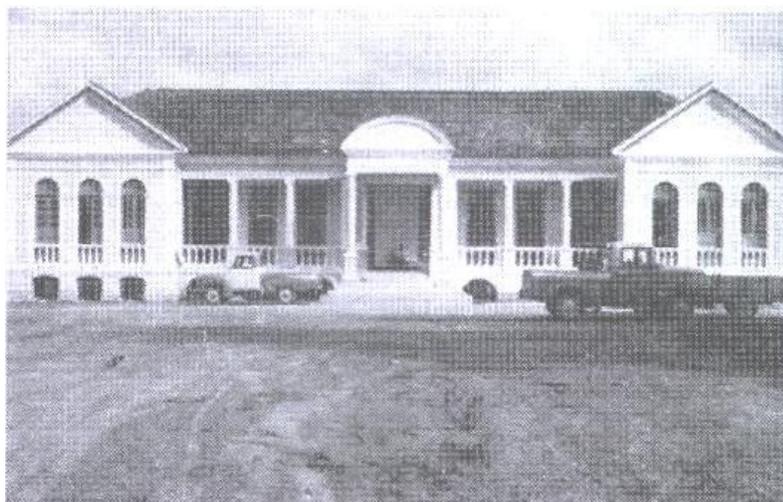


Figura 8- Hospital da CAMTA – Água Branca.
Fonte: CAMTA (2009).



Figura 9 - 1ª equipe médica do Hospital Água Branca.
Fonte: CAMTA (2009)



Figura 10 - Escritório da Companhia de Erradicação Malária em Tomé-Açu.
Fonte: CAMTA (1971)

Obedecendo ao quinto princípio rochdaleano, o de investir na educação dos cooperados e da população em geral, a CAMTA fundou várias escolas com recursos da própria cooperativa e conjuntamente com recursos do governo japonês. Três escolas de ensino primário – atual ensino fundamental - foram construídas com recursos da CAMTA e repassadas ao município de Tomé-Açu: Escola Primária Dr. Dionísio Bentes de Carvalho, Escola Primária Reunido de Ipitanga e o Grupo Escolar de Tomé-Açu. Outras duas escolas foram construídas pela *Japan Emigration Service*, com o intuito de suprir as necessidades dos imigrantes “pós-guerra”, e também foram repassadas ao município: Escola Isolada Esperança e Escola Reunida Ipiranga.

Ainda foi subsidiado pela CAMTA, o transporte das crianças que moravam longe de onde estudavam. Este transporte era uma espécie de carreta que transportava os alunos do primário e funcionava em um sistema de rodízio entre os pais e parentes dos discentes nos períodos matinal e vespertino. Assim, as crianças que moravam longe das escolas poderiam frequentar as aulas sem maiores dificuldades de locomoção (CAMTA, 1971).



Figura 11 - Escola Primária Dr. Dionísio Bentes de Carvalho.
Fonte: CAMTA (1971)



Figura 12 - Escola Primária Reunido de Ipitanga.
Fonte: CAMTA (1971)



Figura 13 - Grupo Escolar de Tomé-Açu.
Fonte: CAMTA (1971).



Figura 14 - Carreta especial transportando os alunos de casa para a escola.
Fonte: CAMTA (1971).



Figura 15 - Escola Reunida Ipiranga
Fonte: CAMTA (1971)

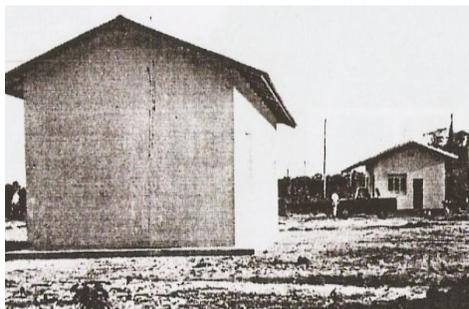


Figura 16 - Escola Isolada Esperança
Fonte: CAMTA (1971)

Com a educação de base já instalada na colônia, a CAMTA recorreu ao governo do estado para que este a ajudasse a suprir a necessidade do ensino ginasial – atual ensino médio –, pois quando os estudantes chegavam à essa condição, ou iam para a capital Belém, ou tinham os seus estudos estancados apenas na formação primária. Com muitas negociações, no início de 1963, foi inaugurado o Ginásio Estadual Antônio Brasil. A CAMTA financiou a estrutura, e o governo assumiu a escola, administrando-a e contratando os professores e funcionários necessários para o funcionamento desta escola.

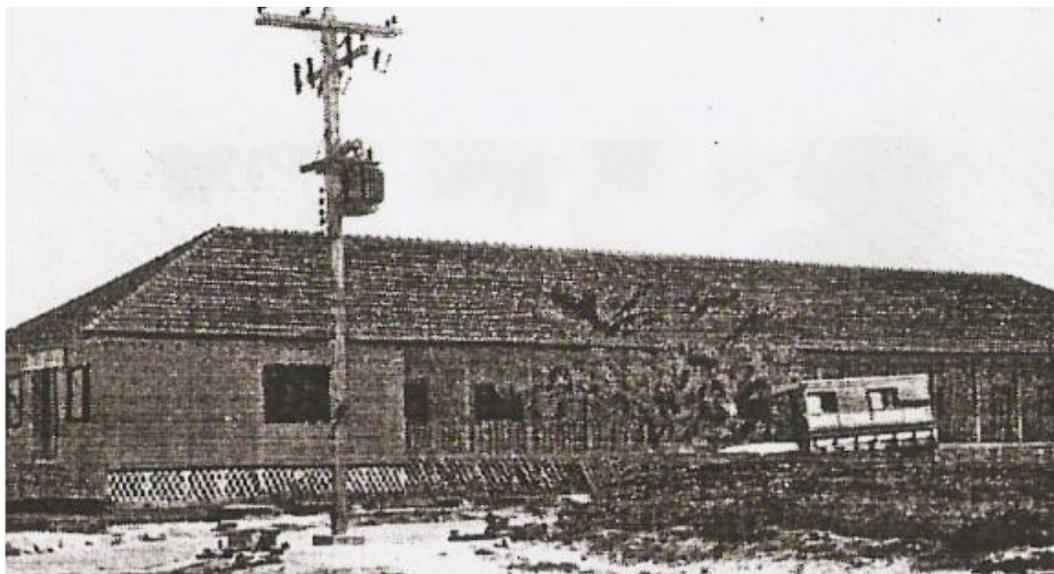


Figura 17 - Ginásio Estadual Antônio Brasil
Fonte: CAMTA (1971).

Quero prestar a minha homenagem à laboriosa coletividade japonesa responsável pelo surto de progresso desse município de Tomé-Açu. Nunca a inauguração de um estabelecimento de ensino foi tão oportuna como a que estamos presenciando. Espero ver amanhã esses jovens, que hoje vem buscar o saber nesta escola, se tornarem homens feitos e como tal, trabalhando para o engrandecimento do Brasil (CAMTA, 1967 apud GOVERNADOR AURÉLIO CORRÊA DO CARMO p.J).

No âmbito cultural, os japoneses construíram áreas de lazer, pois com os resultados alcançados por meio da pimenta-do-reino, a vida social dos imigrantes tornou-se mais intensa e com isso várias associações esportivas e recreativas foram criadas. Entre elas destaca-se a Sociedade do Amadores de Haikai – forma poética de origem japonesa – fundada em 1960, que contribuiu para que as manifestações literárias dos imigrantes japoneses pudessem ser expostas a todos. No esporte tivemos a criação do Clube de Beisebol e da Academia de Judô. Para a recreação foi criado o Conjunto Musical “King Rose” (CAMTA, 1967).

A CAMTA oferece não só aos seus cooperados, como também a pequenos produtores, que podem se tornar fornecedores da CAMTA, uma assistência técnica específica para cada tipo de cultura. Todos os cooperados conseguem aproveitar melhor a sua plantação e produzir em maior quantidade e de forma eficiente, independente do tipo de cultura que privilegie. Conseguem fazer a reprodução do capital dos pequenos proprietários da região de

Tomé-Açu, fazendo com que consigam aumentar a renda familiar e dessa forma estes pequenos proprietários conseguem melhorar as suas condições de bem-estar. Essa assistência técnica agrícola é feita por agrônomos contratados pela CAMTA, para somente exercerem esse tipo de serviço, que é baseado no modo de produção consorciado e em uma composição agroflorestal, o qual entenderemos o funcionamento na seção 4.3 deste mesmo capítulo. Este trabalho também é exercido por cooperados voluntários como Michinori Konagano. Em conjunto cooperados e funcionários conseguem colaborar com a agricultura de até 5 mil famílias (JICA, 2009).

4.2 A MODERNIZAÇÃO DA CAMTA

Com a venda das ações da COERTA, o dinheiro adquirido foi todo reinvestido na colônia e parte deste dinheiro, devido a parceria da COERTA com a CAMTA, como foi explicado no capítulo 3, foi destinado ao aumento da infra-estrutura da fábrica de sucos. A partir desse aumento do espaço físico, a produção começou a aumentar, assim como o investimento em automação. As construções das câmaras frias deram condições à CAMTA de produzir até 24 horas seguidas, sendo que antes o que havia sido produzido teria que ser comercializado, pois o produto poderia estragar, e tornava difícil a produção em grande escala.



Figura 18 - Fábrica de sucos da CAMTA ampliada
Fonte: CAMTA (2009).

Com novo incentivo da JICA na ordem de Y\$70.000.000,00 as obras de ampliação da fábrica de sucos não param. Ainda está em andamento a construção de mais uma câmara fria e a área da fábrica de sucos já atinge 600m². E, sendo assim, a CAMTA pode investir os seus recursos em equipamentos para aumentar a rapidez e a qualidade da produção. Foi instalada a linha de produção de polpa de açaí, cacau e cupuaçu, além da linha de produção das outras frutas, que processa um tipo de fruta por vez, sendo higienizada nos intervalos de passagem de utilização de um tipo de fruta para a outra. As medidas de higiene foram aprimoradas e equipamentos de esterilização como a caldeira foram adquiridos pela cooperativa para evitar a proliferação de bactérias. Atualmente, a fabricação de sucos abrangem mais de 70% do movimento da cooperativa, sendo processadas 5 mil toneladas por ano, atingindo vendas de 3,5 mil toneladas e um faturamento bruto de Y\$920.000.000,00.



Figura 19 - Fábrica de sucos da CAMTA totalmente automatizada vista do escritório administrativo.

Fonte: Foto tirada pelo autor.



Figura 20 - Lavagem da fruta Automatizada.
Fonte: CAMTA (2009).



Figura 21 - Máquina de esterilização do suco antes de ser embalado e congelado.
Fonte: CAMTA (2009).



Figura 22 - Laboratório de pesquisa CAMTA
Fonte: CAMTA (2009).



Figura 23 - Obras de ampliação da fábrica: da construção de uma nova câmara fria.
Fonte: foto tirada pelo autor.

Com o aumento da fábrica, os produtos da CAMTA estão sendo representados em vários lugares do Brasil, aumentando as operações comerciais nacionais, além das exportações de polpa de frutas freqüentes para Estados Unidos e Japão, iniciando o fornecimento de polpa de frutas para a Austrália, conforme nos mostra a tabela 11 no capítulo 3.

Com o alcance do sucesso nacional e exportando a sua produção para diferentes países e buscando novos mercados, a CAMTA, com o seu empenho de décadas, se tornou o APL de maior relevância da Amazônia e a maior cooperativa japonesa do Brasil.



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



LEGENDA

- Brasil
- Limites
- Oceano Atlântico
- Sedes Municipais

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Sistema de Projeção UTM
 DATUM SAD 1969
 Fonte: IBGE 2006
 LAENAINAEAMJPPA
 Projeto Cartográfico: Tabilla Verena S. Leite
 Data: 12/03/2010

Mapa 4 – Cidades do Brasil onde há representação dos Produtos da CAMTA

Fonte: IBGE, 2006.

4.3 O SISTEMA DE PLANTAÇÃO AGROFLORESTAL.

As plantações dos cooperados da CAMTA são baseados nos sistemas agroflorestais, fazendo com que esse APL produza sempre em harmonia com a natureza e atendendo as necessidades da sociedade, obtendo com essa prática uma agricultura sustentável. Nos últimos 30 anos, uma área duas vezes maior que a área do Japão foi devastada, e a CAMTA não colabora com esses números.

O sistema agroflorestal exercido em Tomé-Açu representa um caminho para um futuro melhor para a terra e para os trabalhadores que a utilizam para produzir. A característica principal desse sistema é a cultivação variada de espécies nativas da região e exóticas, e assim as plantações acabam por se confundir com a floresta, colaborando com a biodiversidade da fauna e da flora na região. Assim, vemos que é possível fazer praticar a agricultura na Amazônia sem prejudicar o meio ambiente.

O desmatamento na Amazônia chegou a 17% da sua área total, se tornando invariavelmente em pastagens e monoculturas, prejudicando a população que sobrevive utilizando os recursos da floresta e colaborando para que ocorram fenômenos climáticos extremos. O sistema agroflorestal implantado pela CAMTA cultiva diferentes espécies de plantas, causando um impacto muito pequeno no meio ambiente (JICA, 2009).

Esse sistema faz com que a diversidade abasteça o agricultor desde o primeiro ano da plantação, colaborando com o produtor também na parte econômica. O agricultor planta a cultura interna, normalmente a pimenta-do-reino, e no espaço entre as fileiras desta plantação, são plantadas outras variedades de frutas como banana e cacau intercaladamente. Ao redor são plantadas as árvores frutíferas maiores, podendo ser açaí e taperebá, por exemplo, e ainda no entorno da plantação são plantadas mognos, que são incluídos no sistema para que o agricultor tenha uma renda, para quando for se aposentar. Em meio a essa produção, nos espaços entre as plantações é cultivado o arroz. Esta será a primeira produção vendida pelo agricultor, gerando lucro já em seu primeiro ano de cultivo. No quinto ano da plantação esta já se parece com uma floresta densa mas que produz uma grande variedade de gêneros alimentícios. A policultura desse sistema ainda garante uma colheita anual permanente, fazendo com que sempre haja rendimentos ao agricultor. Dessa forma, os cooperados da CAMTA, produzindo em conjunto, conseguem produzir em grande escala e a cooperativa atinge grandes lucros. Após o sétimo ano, a pimenta-do-reino não produz mais (assim como a banana que usamos como exemplo) e os seus pés são retirados da plantação, mas o cacau intensifica a sua produção suprimindo a receita que estava sendo gerada pela plantação da

pimenta-do-reino. As árvores maiores também permanecem produzindo, o que faz com que a plantação se pareça com um jardim floresta (JICA, 2009).



Figura 24 - Plantação em seu quinto ano.
Fonte: tirada pelo autor

As espécies que serão plantadas variam de acordo com o agricultor e são escolhidas de acordo com vários fatores: tipo de solo, tamanho da propriedade e disponibilidade de água. Assim, os cooperados da CAMTA alcançaram a produção estável que muito foi procurado pelos imigrantes japoneses.

O início da idealização do sistema agroflorestal começou após a queda do preço da pimenta-do-reino. Vivendo as conseqüências da monocultura, Noburo Sakaguchi, um dos agricultores que permaneceram em Tomé-Açu, mesmo com a situação crítica que se encontrava, reparou, durante suas viagens de barco pelos rios locais, que a população ribeirinha tinha excelente saúde e averiguou que essas famílias plantavam uma grande variedade de espécies de plantas ao redor de suas casas, e assim, quando uma fonte de alimentação falhasse em sua produção, as outras espécies compensariam essa perda. Dessa forma, a população ribeirinha garantia a obtenção de produtos para atender as suas necessidades. Noburo Sakaguchi chegou então a conclusão de que a policultura era a melhor forma de produção (JICA, 2009).

Ao longo do desenvolvimento da CAMTA, o sistema agroflorestal foi ganhando força e hoje atrai a atenção de várias partes do mundo. Os estudiosos de implementação agrícola e inclusão social na Amazônia organizam eventos e workshops com agrônomos de todos os países da Amazônia e de outros lugares do mundo – principalmente Estados Unidos e Japão – para que estes conheçam e participem de treinamentos e aprendam a executar o sistema agroflorestal desenvolvido pela CAMTA. Assim, todos conseguem conhecer esse sistema e dessa forma podem tentar implementá-lo em suas regiões e aumentar as condições sociais e econômicas sem prejudicar o meio ambiente.

É uma pena que meu pai [Francisco Sakaguchi é filho de Noburo Sakaguchi] não tá vivo pra ver o quanto estão estudando esse sistema que ele começou. Ele ia saber que deu certo e que gente de todo lugar do mundo vem aqui pra aprender o nosso sistema de plantação (Informação verbal¹⁵).

Os benefícios ambientais que o sistema agroflorestal traz para as plantações e para a população em geral são:

1-menor erosão do solo; 2- maior biodiversidade; 3- promoção de micro clima favorável; 4- formação de nicho ecológico para a fauna; 5- proteção de recursos hídricos; 6- seqüestro de carbono; 7- formação de corredores ecológicos; 8- ambiente agradável para trabalho; 9- redução no uso agrotóxico; 10- aumento da qualidade funcional dos alimentos (maior concentração de antioxidantes e vitaminas) (CAMTA, 2007, não paginado).

Depois de 80 anos, e passando por diversas dificuldades, a CAMTA conseguiu sobreviver e, por meio dos seus cooperados, contruíram o APL mais importante da Amazônia e colaborou com atos e exemplos para a região. A produção sustentável na Amazônia faz com que esse foco de desenvolvimento seja cada vez mais significativo, passando por várias diversidades, desde a busca por um produto que desse sustentação aos primeiros imigrantes japoneses, passando pela monocultura da pimenta-do-reino, pela transformação dessa monocultura em policultura a CAMTA e seus cooperados alcançaram a produção abundante em grande escala.

¹⁵ IDEM p. 82.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que ocorra o desenvolvimento na Amazônia com equidade social e respeitando o meio ambiente, é necessário que as análises feitas pelas instituições políticas sejam adequadas a essa região, que apresenta singularidades, e que não sejam baseadas em modelos abstratos ou direcionados a outras regiões. O planejamento de desenvolvimento para a região amazônica tem que ter diferentes perspectivas sociais, econômicas e ambientais diferentes e direcionadas. Todos os planejamentos que foram implementados na Amazônia, não conseguiram atingir uma produção eficiente, nem mesmo alcançar um desenvolvimento dinâmico ou inovador. Ocorreu o contrário, as dificuldades da região foram agravadas: aumento da concentração da riqueza e da pobreza, abrindo um abismo na desigualdade social, concentração fundiária, geração de conflitos e a degradação do meio ambiente.

A CAMTA, ao longo dos 80 anos de imigração japonesa na Amazônia, mesmo nos períodos de dificuldades, nos mostrou que é possível fazer o desenvolvimento sócio-econômico, não impactando de forma gritante o meio ambiente. O APL montado pela CAMTA, e a forma de conduzi-lo, agregando valor por meio da modernização, gerando lucro aos cooperados, colaborando com os pequenos agricultores, fazendo com que também tenham um aumento na renda, e mostrando que o cooperativismo, sendo seguido de forma transparente e com comprometimento dos cooperados, consegue fazer com que haja a inclusão social e aumente o bem-estar da população, mesmo que esta esteja localizada em uma região pobre e que enfrente dificuldades de todas as ordens.

Mediante tantos fracassos de incentivos políticos de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, baseados em financiamentos públicos sem qualquer discriminação, que procuravam a integralização econômica, onde a região seria fornecedora de matérias-primas para as economias internas emergentes, fazendo parte de uma cadeia produtiva nacional, que provocaram conseqüências desastrosas para a região que ainda não foram superadas, e a necessidade de novas perspectivas de desenvolvimento se torna urgente, sendo obrigação das futuras execuções das políticas governamentais ao implementar novos programas de desenvolvimento, levando sempre em consideração as particularidades da região, observando as perspectivas internas para a elaboração da metodologia dos novos planos que deverão surgir. Essa metodologia pode ser baseada em processos produtivos regionais que se estabeleceram espontaneamente e que privilegiam os atores que estão no entorno desse foco de prosperidade. Copiando uma forma de desenvolvimento dentro da Amazônia, pode-se criar um nicho de mercado que faz com que as instituições possam interagir, fazendo com que seja

elaborada uma forma de produção com maior grau de eficiência, diminuindo as externalidades negativas. Assim, por meio de uma ação coletiva, o número de empregos pode aumentar assim como a renda, fazendo com que haja um crescimento sócio-econômico e ambientalmente prudente.

Isso seria um novo paradigma nos programas de desenvolvimento da Amazônia. E o APL criado pelos imigrantes japoneses em Tomé-Açu, com base no sistema agroflorestal, poderia servir de exemplo para que houvesse essa quebra de paradigma. Não estamos aspirando aqui derrubar as plantas nativas da Amazônia e plantar árvores frutíferas em seu lugar, mas sim, aproveitar os mais de 17% de devastação ambiental na Amazônia, que foram destinadas à extração de madeira em sua maioria, e outras partes destinadas a pecuária e a monocultura. A implementação da policultura de acordo com o modelo exercido pela CAMTA, pode ajudar a incluir socialmente a população que dependia da floresta para viver e que foram atraídos pelos planos de desenvolvimento que fracassaram e hoje vivem à margem da sociedade.

Há o exemplo do projeto AGROPALMA, em Tailândia, município vizinho de Tomé-Açu, que hoje produz 70% da produção de dendê do Brasil. Toda a plantação foi cultivada em áreas desmatadas pela indústria madeireira, que é muito forte na região. E com a nova forma de produção estabelecida pela CAMTA e com a difusão do conhecimento há condições de reproduzir em outras partes da Amazônia, o APL de Tomé-Açu. Essa alternativa pode colaborar com a desconcentração da renda, e não cabe só o estabelecimento por meio de capital público. Também há a possibilidade do capital privado investir, pois os produtos amazônicos estão cada vez mais atraentes no mercado – tanto interno, quanto externo –, principalmente os produtos alimentícios. Assim, a tecnologia poderia sempre ser renovada por meio de pesquisas, o que aumentaria a produção e conseqüentemente a renda.

Diante dessa possibilidade, e de ser cada vez maior o interesse do mercado por produtos amazônicos, este é o momento para que se aumente ainda mais a produção da fruticultura na Amazônia. Após o estabelecimento de novos APLs, o governo colaboraria com políticas que incentivariam o investimento por parte dos atores que estariam produzindo em conjunto. como por exemplo: 1) criar e ou aumentar as fontes de financiamento para que se tenha capital para que ocorra a modernização e aumente a produtividade; 2) estabelecer instituições e cursos profissionalizantes que possam colaborar com a formação, organização e coordenação do APL; 3) apoio a aquisição de novos mercados e a exportação; 4) assistência técnica agrícola para que o sistema agroflorestal possa fluir; 5) melhorar as condições da

escoação da produção; 6) e aumentar o poder de reciclagem do lixo industrial, como por exemplo, as embalagens de agrotóxicos.

Não são somente essas ações que podem colaborar com o desenvolvimento, são somente as que foram identificadas na pesquisa e projetadas para algum problema que possa vir a embargar a possível execução. Também vale reafirmar por meio das ações políticas mencionadas que o estado é extremamente importante para que este processo de desenvolvimento obtenha sucesso.

O Estado entra como regulador do processo, para que não haja uma distorção no projeto em que algum ator se sobreponha a outro, sendo necessário a elaboração de políticas públicas para impedir que isso ocorra, fazendo com que prevaleça a sintonia entre os atores. Desde os primeiros anos em que os imigrantes japoneses chegaram na Amazônia, mesmo depois de tantas frustrações e tentativas de progresso sem resultado, esses imigrantes sempre se associaram e evoluíram juntos, fazendo com que a cooperação eliminasse qualquer tipo de desesperança e esmorecimento que poderiam ter tomado conta da colônia. Portanto, o papel fundamental nesse projeto de desenvolvimento não é do governo e sim da população, que terá de acreditar, colaborar e confiar no outro para que, como os japoneses de Tomé-Açu, alcancem uma condição de desenvolvimento plena. Alfredo Homma afirma que há o espírito cooperativista no caboclo da Amazônia, mas quando essa relação cooperativista é oficializada sendo “colocada no papel”, surge a desconfiança de um para o outro, o que impede o progresso de uma associação.

Este pode ser o principal empecilho para que um projeto baseado no modelo de cooperação e produção da CAMTA não evolua. Foi constatado, nesta pesquisa, a grande propensão à cooperação que os japoneses têm, e essa propensão tem que fazer parte dos atores que participariam do projeto de desenvolvimento que aqui está sendo proposto, e assim surge a necessidade de haver uma fiscalização e regulação para que não ocorra um sobreposição entre os atores.

Assim, a política da Amazônia deveria ser orientada, de forma a conduzir uma aproximação entre as instituições públicas, privadas e a população, com o fim de consolidar e incentivar o APL – que obtiveram sucesso com a CAMTA – estimulando pesquisas e desenvolvimento, convênios e parcerias público-privadas, melhorando as condições sócio-econômicas da população amazônica, que é esquecida na maioria das discussões científicas que atualmente acontecem em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

ABE, N. **História de 30 Anos da Cooperativa Agroindustrial de Tomé-Açu**. Tomé-Açu: CAMTA, 1959.

ALIANÇA Cooperativa Internacional (ACI). **What is the ICA?** Disponível em: www.ica.coop/al-ica . Acesso em 23 de maio de 2009.

AMARAL FILHO, Z. P. **Capacidade do Uso de Terra das Microrregiões do Nordeste Paraense**. Belém: IDESP, 1975.

ANDO, Z. **Estudos sócio-históricos da Imigração Japonesa**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiro, 1976.

ARAGÓN, L. E. **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

ARAÚJO, R. A **Razão na Selva: Pombal e a Reforma Urbana da Amazônia**. Lisboa: Revista de Letras e Culturas Lusófonas n.15/16 jan/jun p.151-165 2003.

ARON, R. **Mitos e Homens**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (**ABPHE**). Disponível em : www.abphe.org.br . Acesso em 08 de setembro de 2009.

BARRE, R. **Manual de Economia Política**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

BORDALLO Jr., O. **Cooperativas Agrícolas de Pequenos Produtores: uma alternativa para o desenvolvimento regional**. 1985, 120f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), Belém, 1985.

BORGES, V. P. **O que é História?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

BOSCHI, C. C. **Por que estudar História**. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

BOSERUP, E. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Editora HUCITEC., 1987.

BUENO, E. **O Japão e o Dilema da Imigração**. Revista espaço acadêmico, n.66. nov. p.22-43, 2006.

BUESCU, M. **Guerra e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. APEC, 1976.

CAMTA. **Comemorativo do 25º Aniversário de Fundação da Colônia de Tomé-Açu**. Tomé-Açu, 1954

CAMTA. **Relatos Históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu**. Tomé-Açu, 1967.

CAMTA. **Relatos Históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu**. Tomé-Açu, 1969.

CAMTA. **Relatos Históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu**. Tomé-Açu, 1971

CAMTA. **Relatos Históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu**. Tomé-Açu, 1983

CAMTA. **Frutas Tropicais: o Sabor Natural da Amazônia**. Tomé-Açu, 2007.

CAMTA. **Relatos Históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu**. Tomé-Açu, 2009

CARR, E. H. **O que é História?** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

CASTRO, F. **50 anos da Imigração Japonesa na Amazônia**. Belém: Funtelpa, 1979.

CHANDLER Jr., A. **Strategy and Structure (Chapters in the History of the Industrial Enterprise)**. Cambridge :MIT Press, 1966.

COLISTETE, R. **O que é História Econômica?** Ribeirão Preto: FEA-USP, 2008.

COMISSÃO Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **A Cacaucultura no Pará.** Belém, 1980.

COSTA, F. **Questão Agrária e macropolítica na Amazônia: novos momentos grandes desafios.** Revista do Centro de Estudos Avançados n.53 mar. São Paulo, 2005.

CROMPTON, S. **100 Guerras que Mudaram a História do Mundo.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

CRUZ, E. **História do Pará.** Belém: Governo do Estado do Pará, 1973.

CURY, V. **História da Industrialização no Século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

DANHOF, C. **Goals of Economic Life.** New York: Harper & Brothers, 1963.

EMMI, M. F. **Italianos na Amazônia.** Belém : Ed. Universitária UFPA, 2008.

FIBGE. Fundação Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **Censos Agropecuários do Pará.** 1985.

GCEA-PA. Grupo de Coordenação de Estatística Agropecuária-Pará. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.** 1985.

GHILDE, V. G. **O que aconteceu na História.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

GIDE, C.; RIST, C. **Historia de las Doctrinas Económicas.** Buenos Aires: Ed. Del Palma, 1949.

GIL, C. A. **Como elaborar Projetos e Pesquisas.** São Paulo: Atlas, 1996.

GOODE, W. J. ; HATT, P. K. **Métodos de Pesquisa Social.** São Paulo: Ed. Nacional, 1973.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Conheça o Nosso Pará.** Belém, 2009.

HANDA, T. **O Imigrante Japonês: História de sua Vida no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1987.

HICKS, J. **Uma teoria sobre História Econômica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

HOLANDA, S. B. **Leopold Von Ranke - História .** São Paulo: Ed. Ática, 2003.

HOLYOAKE, G. J. **Os 28 tecelões de Rochdale.** Porto Alegre: WS Editor, 2000.

HOMMA, A. **Amazônia: Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola.** Brasília EMBRAPA-SPI, 1998.

HOMMA, A. **Imigração Japonesa na Amazônia: Sua Contribuição para o Desenvolvimento Agrícola.** Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2007.

HOMMA, A. **Apresentação sobre a Imigração Japonesa da Amazônia.** Seminário Internacional: Migração Internacional na Pan-Amazônia. Belém, 2008.

HUGON, P. **História das Doutrinas Econômicas.** São Paulo: Ed. Atlas, 1980.

IBGE. **Censo Demográfico.** 2000.

INPE. **Desmatamento e Área Verde do Pará.** 2000

IPEA. **Índices Sociais.** 2000.

JICA. **Sistemas Agroflorestais: a Experiência dos Imigrantes Japoneses de Tomé-Açu.** [S/L] 2009.

KATO, M. **A Colônia Nipônica no Acará: sua evolução no contexto regional e nacional.** Belém: FIPAM, 1994.

KEYNES, J. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** São Paulo: Ed. Atlas, 1982.

KLEIN, H. Migração Internacional nas Histórias das Américas. In: FAUSTO, B. (Org.) **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, p. 13-31, 2000.

LASTRES, H. M.; CASSIOLATO, J. E. **Novas Políticas na Era do Conhecimento: o Foco em Arranjos Produtivos Locais**. 2003. Disponível em [HTTP://www.ie.ufrj.br/redesist/Artigos/LasCasParcerias.pdf](http://www.ie.ufrj.br/redesist/Artigos/LasCasParcerias.pdf) . Acesso em: 12 jan. 2010.

LEE, E. S. Uma Teoria Sobre Imigração. In: MOURA, H. (Org.) **Migração Interna: Textos Selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, p. 89-114, 1980.

LEFEBVRE, H. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1983.

MANKIW, G. **Introdução à Economia**. São Paulo: Ed. Thompson, 2005.

MARINS FILHO, L. A. **História e Empresa**. São Paulo: ABRAC, 2006.

MARQUES, T. **História de Empresas, Memórias e Fontes**. Rio de Janeiro UFRJ, 1998.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes., 2003.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S. A., 1989.

MELLO, J. M. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

McCRAW, T. K. **Alfred Chandler, um ensaio para uma teoria histórica da grande empresa**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

MLADENATZ, G. **História das Doutrinas Cooperativistas**. Brasília: Ed. Confedbras, 2003.

MONEZI, M. **Espírito Cooperativista: O Requisito Essencial do Cooperativismo**. São Paulo: Artigos Jurídicos, 2005.

MOZARÈ, C. **Introdução à História Econômica**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura., 1952.

NIVEAU, M. **Histoire des faits économiques contemporains**. Paris: Press Universitaires de France, 2001.

NOGUEIRA, A. R. **Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil**. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-brasileiro, 1984.

NORONHA, E.; TURCHI, L. **Política Industrial e Ambiente Institucional na Análise de Arranjos Produtivos Locais**. IPEA. Texto para Discussão nº 1076. Brasília, 2005.

NUNES LINS, H. **Colonização Fourierista no Sul do Brasil: o Falanstério de Sai**. XXXVII Encontro Nacional de Economia. Foz do Iguaçu, 2009.

PENROSE, E. **A Teoria do Crescimento da Firma**. Campinas, Ed. Unicamp, 2006.

PINHEIRO, A. M. **Infra-estrutura de Transporte e Desenvolvimento Regional Sustentável: um estudo sobre Arranjo Produtivo Local e Estrutura do Nordeste Paraense**. 2008, 158p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA) Belém, 2008.

PINHO, D. B. **A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalistas e Socialistas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1966.

PINHO, D. B. **Economia e Cooperativismo**. São Paulo Ed. Saraiva, 1977.

PINHO, D. B. **Tradução e adaptação de publicações de divulgação da ACI**. Organização das Cooperativas Brasileiras, Brasília, 1995.

POCHMAN, M.; AMORIM, R. **Atlas da Exclusão Social do Brasil**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

RELATÓRIO da Diretoria - Exercício 1995. Tomé-Açu, 1996.

RELATÓRIO da Diretoria - Exercício 1996. Tomé-Açu, 1997.

RELATÓRIO da Diretoria - Exercício 1997. Tomé-Açu, 1998.

RELATÓRIO da Diretoria - Exercício 1998. Tomé-Açu, 1999.

RELATÓRIO da Diretoria - Exercício 2007. Tomé-Açu, 2008.

RIOS, G. **O que é Cooperativismo?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia.** Ed, Atlas, São Paulo, 1988.

SAKAGUCHI, F. Francisco Sakaguchi: entrevista realizada em 16 set., 2009. Entrevistador: Armando Wilson Tafner Junior. Tomé-Açu, 2009.

SALIM, C. A. **Migração: O Fato e a Controvérsia Teórica.** VIII Encontro de Estudos Populacionais. Brasília, 1992.

SAMUELSON, P. **Introdução à Análise Econômica.** Rio de Janeiro: AGIR Editora, 1975.

SANO, R. **Imigrantes.** Revista dos Trabalhadores. Secretaria de Cultura de Campinas, n.3. Campinas, 1989.

SANTOS, E. A. dos **Processo de Transição Econômica – Introdução as Cacaucultura em Tomé-Açu – 1970-1980.** 1989, 64 f. Monografia (Especialização em História da Amazônia) Departamento de História e Antropologia (UFPA). Belém, 1989.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Edusp, 1998.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Ed. Nova Cultural Ltda., 1988.

SEPOF. **Aspectos Históricos e Culturais do Município de Tomé-Açu.** Belém, 2008.

SILVA, F. A. **História do Brasil Colônia.** São Paulo: Ed. Moderna, 1990.

SILVA, F. C. Raízes Amazônicas: Universidade e Desenvolvimento Regional. In: MELLO, A. F. (Organizador). **O Futuro da Amazônia: Dilemas, Oportunidades e Desafios no Limiar do Século XXI.** Editora da UFPA. Belém, p. 55-70, 2002.

SOUZA, A. S. **Cooperativismo: uma alternativa econômica.** Rio de Janeiro, CECRERJ, 1990.

TEIXEIRA, O. **A Interdisciplinaridade: problemas e desafios.** Rev. Bras. de Pós-Grad. n.1, p. 37-69 jul., 2004.

TSUNODA, F. **Canção da Amazônia: uma saga na selva.** Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1988.

UNE, M. T. **Pimenta-do-Reino no Estado do Pará: uma avaliação dos efeitos da tecnologia sobre a produtividade.** Revista Brasileira de Geografia v.50 n.2 p.75-98. Rio de Janeiro, 1988.

YAMADA, H. Hajime Yamada: entrevista realizada em 21 de set., 2008. Entrevistador: Armando Wilson Tafner Junior. Tomé-Açu, 2008.

ANEXO

**PRODUTOS DA CAMTA DERIVADOS DA FRUTICULTURA
COMERCIALIZADOS ATUALMENTE**



Figuras 1 e 2 - Geléias e geleadas em embalagens de 100g e 200g



Figura 3 – Polpa de frutas em embalagens de 1kg e 100g.